

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Ambiente e Sociedade

Maria Paula Keller Pinheiro

**O CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO, A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO
ENQUANTO ESTRATÉGIA DE ACUMULAÇÃO: a superexploração no contexto
brasileiro**

Teófilo Otoni / MG

2018

Maria Paula Keller Pinheiro

**O CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO, A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO
ENQUANTO ESTRATÉGIA DE ACUMULAÇÃO: a superexploração no contexto
brasileiro**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Tecnologia, Ambiente e Sociedade da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, tendo requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Leitão Rocha Junior.
Co-orientador: Prof. Márcio P. Lupatini

Teófilo Otoni / MG

2018

Ficha Catalográfica
Preparada pelo Serviço de Biblioteca/UFVJM
Bibliotecário responsável: Gilson Rodrigues Horta – CRB6 nº 3104

P654c Pinheiro, Maria Paula keller.
2018 O capitalismo contemporâneo, a precarização do trabalho enquanto estratégia de acumulação: a superexploração no contexto brasileiro. / Maria Paula keller Pinheiro. Teófilo Otoni, 2018.
166 p. ; il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Ambiente e Sociedade, 2018.

Orientador: Prof. Dr. Fernando leitão rocha Junior.
Coorientador: Prof. Dr. Márcio Paschoino Lupatini.

1. Pauperização. 2. Financeirização. 3. Neoliberalismo. I. Título.

CDD: 332

Maria Paula Keller Pinheiro

O CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO, A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO ENQUANTO ESTRATÉGIA DE ACUMULAÇÃO: a superexploração no contexto brasileiro

Dissertação apresentada ao PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA, AMBIENTE E SOCIEDADE – STRICTO SENSU, nível de MESTRADO, como parte dos requisitos para obtenção do título de MAGISTER SCIENTIAE EM TECNOLOGIA, AMBIENTE E SOCIEDADE

Orientador: Prof. Dr. Fernando Leitão Rocha Junior.
Co-orientador: Prof. Márcio P. Lupatini

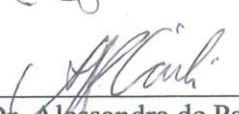
Data de aprovação: 23/03/2018



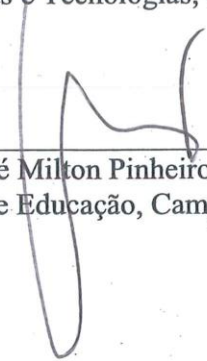
Prof. Dr. Fernando Leitão Rocha Junior
Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas- UFVJM



Prof. Dr. Carlos Henrique Lopes Rodrigues
Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas- UFVJM



Prof. Dr. Alessandra de Paula Carli
Instituto de Ciências Engenharias e Tecnologias, Campus do Mucuri - UFVJM



Prof. Dr. José Milton Pinheiro de Souza
Departamento de Educação, Campus II- UNEB

Teófilo Otoni

RESUMO

Findada a crise dos anos de 1970, o sistema capitalista deu entrada num processo de profundas transformações. Tais transformações não tiveram outro objetivo senão o restabelecimento do poder hegemônico capitalista que durante certo período histórico se viu ameaçado diante da ameaça socialista. Além de fortalecer o sistema do capital estas modificações deixaram intactas a estrutura que é a base e fonte de toda a riqueza socialmente produzida: a força de trabalho. Na atual conjuntura, o modo de produção mercantil se configura pela exponenciação da esfera financeira que pelo uso sem controle das formas fictícias de capital - que não possibilitam a geração de valor- a força de trabalho vem sofrendo o mais barbarizante ataque graças ao processo de reestruturação produtiva bem como a adoção das políticas neoliberais que munem o capital de todo arsenal para levar adiante o seu projeto societário. Inseridos nesta dinâmica salientamos os processos de superexploração do trabalho que se desenvolveram no países de economia subdesenvolvida como é o caso do Brasil. Após os anos 1990, quando ideologia neoliberal passou a nortear a dinâmica socioeconômica brasileira, a regressão dos direitos trabalhistas vem permitindo a legalização da superexploração do trabalho. Isso sem falar do processo de desindustrialização no qual o Brasil vem submergindo o que o coloca num preocupante processo de reversão neocolonial onde os produtos primários são colocados enquanto principal pauta da exportação o que contribui para exponenciação e aprofundamento do processo de superexploração do trabalho no país.

Palavras chaves: Pauperização; Financeirização; Neoliberalismo.

ABSTRACT

After the crisis of the 1970s, the capitalist system entered into a process of profound changes. Such transformations had no other purpose than the reestablishment of the hegemonic capitalist power that during a certain historical period was threatened by the socialist threat. In addition to strengthening the capital system, these changes left intact the structure that is the basis and source of all socially produced wealth: the labor force. At the current juncture, the mode of mercantile production is shaped by the exponentiation of the financial sphere, which by the uncontrolled use of the fictitious forms of capital - which do not allow the generation of value - the labor force has been suffering the most barbaric attack thanks to the process of productive restructuring as well as the adoption of neo-liberal policies that provide the capital of every arsenal to carry out its corporate project. Inserted in this dynamic we emphasize the processes of superexploration of the work that have developed in countries of underdeveloped economy as is the case of Brazil. After the 1990s, when neoliberal ideology began to guide the Brazilian socioeconomic dynamics, the regression of labor law has allowed the legalization of overexploitation of labor. This does not holding process of non-industrialization in the which the process may be important in the process of an error exponenciacion and aprofundamento of process of superexploration of work in country..

Keywords: Impoverishment; Financialization; Neoliberalismo.

AGRADECIMENTOS

Antes de mais nada agradeço a esta força superior que não deixa de ser Deus por ter me acompanhado e me sustentado diante de todas as dificuldades que passei e nos momento em que dava medo e pensava em desistir e pela sabedoria de espírito que tem me dado diante de algumas situações.

Agradeço aos meus pais pela compreensão e pelo apoio.

Agradeço imensamente ao meu orientador o Professor Fernando pelo apoio e dedicação. Ao Professor Márcio também muito me auxiliou. Aos professores da banca de qualificação.

Agradeço aos meus amigos de graduação que são verdadeiros companheiros de vida: Ingrid, Dulce, Wagner e em especial Luciana Mendes Cabral que me oferece seu apoio sempre que necessário e me aconselha como uma mãe.

Agradeço ao Raulzito, Grazy , Patrícia e muitíssimo ao meu parceiro Wandoca por aturar meus desabafos diários e também noturnos em alguns momentos (desabafos pessoais e acadêmicos).

Em especial agradeço também ao Danni. De certa forma se estou neste degrau devo muito a ele. Agradeço a grande amiga Rute que agora é como uma irmã. Fabiana, Bruno, Rafa. A todo pessoal da UFVJM. A professora Vanessa Juliana e ao Professor Rogério que contribuíram para adiantar a minha colação de grau. O tempo era curto, mas deu certo devido ao esforço e boa vontade de todos.

Enfim, agradeço a todos que infelizmente não dá para colocar nestas pequenas linhas, mas que de forma especial, com pequenos e grandes gestos em muito contribuíram neste meu inicio de caminhada. Esse degrau é uma conquista de todos nós e conto com todos novamente nos meus próximos passos.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 IDEOLOGIA NEOLIBERAL NO CAPITALISMO FINANCEIRIZADO – CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	19
2.1 A peculiaridade do modo de produção capitalista na contemporaneidade	19
2.2 O avanço do pauperismo enquanto condição sine qua non para o desenvolvimento do capital	20
2.2.1 Existirá sempre a necessidade do exército industrial de reserva?	26
2.3 Periodizando as mudanças do capitalismo no pós ii guerra mundial: um breve resgate	29
2.4 O processo de retomada do capital:ideologia neoliberal : a dupla retomada do poder.....	36
2.4.1 Poder de classe.....	37
2.4.2 Liberdade ou dominação imperial?	47
2.5 Guerra fria: um contexto dinâmico e planejamento estratégico.....	54
2.6 O "mundo financeiro": breves críticas do processo de financeirização da riqueza ..	62
2.6.1 Financeirização: histórico e características essenciais.....	66
2.7 O financiamento da pauperização : a classe trabalhadora na fase do capitalismo financeirizado de capitalismo neoliberal	68
3 A ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS PRODUTIVOS NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA : GENESE E DESOBRAMENTOS.....	75
3.1 As metamorfoses do processo de valorização	75
3.2 O trabalho nos moldes do capital : processo de trabalho e processo de valorização	75
3.3 Forças produtivas : o desenvolvimento do controle sobre o trabalho	81
3.4 Breves considerações sobre a evolução dos processos de trabalho no modo de produção capitalista	83
3.4.1 A organização do trabalho através da cooperação.....	83
3.4.2 O processo de trabalho na manufatura	84
3.4.3 A organização dos processos produtivos adequados ao capital : maquinaria e grande indústria.....	87
3.5 Transição: da acumulação extensiva a intensiva	90

3.5.1 <i>Taylorismo e fordismo</i>	93
3.6 O fordismo propriamente dito: a massificação da produção	98
3.6.1 <i>Os impactos do fordismo sobre a sociedade burguesa</i>	101
3.7 O toyotismo: do Japão para o mundo.....	104
4 A RECONFIGURAÇÃO DO MUNDO DO TRABALHO: A SUPERXPLORAÇÃO E SUA FUNCIONALIDADE NA DINAMICA DO CAPITALISMO ATUAL- o breve exemplo brasileiro	113
4.1 A década de 1970: a crise e os impactos no mundo do trabalho	113
4.2 O processo de acumulação flexível: saída para o capital?	116
4.2.1 <i>A automação produtiva : contradição ou afirmação do capital?</i>	121
4.2.2 <i>A superexploração da força de trabalho: aumento da mais valia para o capital.</i>	127
4.3 Reversão neocolonial : fundamento da superexploração do trabalho no Brasil	131
4.3.1 <i>A produção do valor no Brasil</i>	131
4.3.2 <i>A particularidade capitalista do país tropical</i>	132
4.4 Breves apontamentos sobre a industrialização brasileira e os impactos da reestruturação produtiva	139
4.5 A dinâmica da superexploração como alavanca da acumulação	141
4.5.1 <i>Desindustrialização: o retrocesso</i>	142
4.6 O trabalhador no contexto brasileiro: a regressão dos direitos como forma de adequação as necessidades de acumulação ampliada do capital	146
CONCLUSÃO	153
REFERENCIAS	157

1 INTRODUÇÃO

Desmistificar a dinâmica pelas quais vem se movimentando a sociedade capitalista nas últimas décadas de forma alguma pode ser considerada tarefa simplória e isto, devido à própria complexidade do tema e acrescentado a este, uma série de fatores principalmente ideológicos, visto que o modo de produção capitalista se sustenta em ideais que são condizentes à sua forma de concepção de realidade e que na maioria dos casos acabam por obscurecer os fundamentos reais do sistema.

Não podemos negar o fato de que todo avanço tecnológico atingido pela humanidade no decorrer do desenvolvimento capitalista tem trazido facilidades e melhorias para as condições da população. Isso é perceptível, por exemplo, nas comunicações. Se a centenas de anos atrás, para que um comunicado chegasse à outra cidade eram demandados dias, semanas e ou até meses, nos dias de hoje isto é feito em tempo real. Contraditoriamente, munidos de uma opinião mais profunda este desenvolvimento tem permitido melhorias a uma minoria da população mundial enquanto a maioria está sendo mergulhada num pauperismo degradante. Em pleno século XXI, persistem regiões no globo onde milhares de pessoas ainda morrem de fome ou são acometidas por doenças que eram mais comuns de épocas muito pretéritas. A esta altura é possível que façamos uma pergunta: a quem este desenvolvimento realmente favorece?

O sistema capitalista sempre apresentou a necessidade de se firmar e se colocar enquanto único poder hegemônico. Findada a longa onda expansionista (Mandel, 1982) vivenciada pelo capital, período comumente conhecido como os “trinta anos gloriosos”, o sistema capitalista deu entrada em uma fase de recessões que perlongam até os dias atuais. É sabido que as crises são inerentes à própria dinâmica do sistema, se não fosse arriscado dizer que estas são essenciais. Ao passar de cada fase recessiva, o capital se renova sob novas bases cada vez mais fortes, mas não menos contraditórias.

Assim como existiu a necessidade de que o sistema feudal fosse derrubado para que o capitalismo se erguesse, durante o seu percurso de constituição e afirmação o modo de produção capitalista foi descobrindo e derrubando barreiras e muitas destas foram erguidas pelo próprio sistema e não é por acaso que as crises são acontecimentos rotineiros que expressam as contradições geradas pelo próprio dinamismo do modo de produção capitalista.

Um estudo aprofundado, tendo enquanto objeto de análise a atual dinâmica do capital e suas novas estratégias de acumulação de riqueza, somente será possível se relacionarmos o contexto atual aos acontecimentos históricos situados no pós - crise de 1929.

Devem-se buscar elementos que fortalecem e embasam a análise exatamente no marco histórico, quando o padrão de acumulação anterior, que sustentava o sistema, deu os seus primeiros sinais de esgotamento, resultando em mais uma terrível crise do sistema capitalista em 1970. Somente a partir daí será compreensível a dinâmica capitalista que hoje tem na esfera das finanças seu *locus* de atuação.

Neste ínterim, impossível não colocar em destaque a adoção das políticas de cunho neoliberal. Tais políticas acabaram por propiciar ao sistema seu estabelecimento enquanto poder que parece onipotente e de que não será possível a conquista de outra forma de sociabilidade.

Nas últimas décadas pôde-se assistir a desregulamentação do mercado de trabalho, o aumento massivo das taxas de desemprego ou de situações de subemprego, as conquistas trabalhistas perdendo força, empresas terceirizadas ocupando todos os espaços, desde as instituições privadas até as estatais. Estas transformações - de fato bastante negativas - vieram ocorrendo desde a década de 1970, quando o padrão de acumulação capitalista baseado no fordismo/keynesianismo não mais apresentava condições de sustentar os níveis de acumulação na qual vinha se sustentando.

Diante das baixas taxas de lucro alcançadas no setor produtivo a esfera financeira se apresentou enquanto um ambiente bastante propício, capaz de atender às exigências do capital em sua busca incessante de acumulação de riqueza. O capitalismo contemporâneo se configura pela junção do capital industrial ao capital financeiro, no qual o financeiro exerce maior poder de comando.

Pelo breve exposto, esse trabalho terá enquanto propósito realizar um estudo sobre o capitalismo contemporâneo que tem na precarização do trabalho enquanto sua única e principal estratégia de valorização do capital buscando ao final elencar alguns elementos que permitam apresentar como estas transformações advindas do processo de reestruturação produtiva acontecem no Brasil bem como se dá o processo de superexploração neste país

Tratar sobre tal assunto é de extrema importância para a compreensão de como funcionam os novos mecanismos de acumulação que ultrapassam as linhas de produção e atingem a esfera financeira, no qual o capital fictício – ancorado pelo capital portador de juros - além de se apresentar enquanto propulsor do capitalismo financeirizado se constitui a forma mais parasitária de valorização de capital.

Nossa metodologia é realizada com base em pesquisas bibliográficas pautada na extensa literatura da teoria social de Marx e também na vasta tradição marxista. Esta pesquisa tem enquanto objeto de análise a retomada da esfera financeira enquanto *locus* de acumulação

do capital, a contribuição das políticas neoliberais para afirmação do sistema financeiro e a consequente precarização do trabalho resultante da atual dinâmica capitalista num contexto geral dando enfoque do como a reestruturação produtiva decorrente do colapso de 1970 influenciou a dinâmica social do trabalho nas sociedades brasileira e chinesa. A questão levantada gira em torno de desvendar a dinâmica de atuação do capital na esfera financeira. Quais as suas estratégias para manter a lógica de acumulação e a consequente precarização do trabalho como principal fonte de riqueza, tendo o pano de fundo para sua sustentação política, econômica e ideológica a adoção do neoliberalismo. Neste ínterim, levantar como tais modificações refletiram na classe trabalhadora chinesa e brasileira salientando que o crescimento da economia chinesa se deu via superexploração do trabalho

Para melhor compreensão do assunto este trabalho será dividido em trescapítulos: no primeiro capítulo será feito um resgate histórico no qual será necessário a contextualização dos trinta anos gloriosos e a resultante crise de 1970, crise esta que é o pano de fundo central para compreender todo o processo de transformações do sistema, a adoção do modelo de acumulação flexível e o espraiamento das premissas neoliberais. No segundo capítulo será feita uma breve abordagem das modificações que foram se desenvolvendo nos processos de trabalho partindo da análise da cooperação até o modelo toyotista de organização do trabalho. Por fim, no ultimo capítulo trataremos do processo de resstruturação produtiva no pos 1970 destacando a inserção da microeletrônica.o central neste capítulo será introduzir a categoria superexploração do trabalho e tratar como este mecanismo de exploração se dá em economias periféricas exemplificando a economia brasileira.

2 IDEOLOGIA NEOLIBERAL NO CAPITALISMO FINANCEIRIZADO - CONSIDERAÇÕES GERAIS

2.1 A peculiaridade do modo de produção capitalista na contemporaneidade

Financeirização, neoliberalismo e precarização do trabalho. Três fenômenos que para um leitor despercebido, parecem ser fatos isolados e de relações desconexas. Muito Ao contrário, tais fenômenos são extremamente conexos e é simplesmente impossível tratá-los enquanto categorias singulares e isoladas.

É de consenso entre vários autores tais como Chesnais (1996); Harvey (1993); Mézáros (2003) que após a crise de 1970 o sistema capitalista passou por uma série de transformações em especial aquelas que tangem a organização e também as inovações tecnológicas utilizadas nos processos produtivos. De tal modo que estes processos/inovações continuam se construindo até os dias atuais. Transformações estas que refletiram e continuam refletindo forma negativa à classe trabalhadora.

Estamos convencidos de que o nosso maior desafio será esclarecer o que são em profundidade finanças. Se tratarmos finanças apenas enquanto transações em bolsas de valores de modo bastante superficial, dificilmente conseguiremos absorver o papel real que a exacerbação das finanças exercem na sociedade capitalista, ou seja, demonstramos como o processo de apropriação da riqueza socialmente produzida cada vez mais é apropriado *lato sensu* pelo “mundo das finanças”.

As transformações dos processos produtivos no pós-crise de 1970 tornou mais expoente a contradição capital / trabalho. Assim, queremos mostrar no decorrer deste capítulo que o capitalismo contemporâneo mais do que nunca, necessita de “estratégias de acumulação” que implicam diretamente na exacerbação da precarização do ato laborativo, bem como, em processos de “superexploração da força de trabalho”. Em suma, que a precarização do trabalho tornou-se na atual quadra histórica, uma estratégia mais que necessária ao processo de valorização do capital. A nosso juízo, acreditamos que a prática do “trabalho informal¹” e de condições laborais extremamente insalubres e grotescas não são

¹ O nosso entendimento sobre trabalho informal extrapola o significado técnico daqueles sujeitos que não possuem carteira de trabalho assinada. Para nós: o conceito de trabalho informal abarca um significado mais rico, ou seja, é aquele tipo de trabalho em que o indivíduo está exposto a uma jornada de trabalho que pode ser prolongada e intensificada sem nenhum plus salarial, como também a partir de Marx (1984) e em especial Tavares (2003) e Soares (2008) uma ressignificação de práticas laborais antediluvianas, como o trabalho por peça, em domicílio, etc. Neste alargamento da categoria *trabalho informal*, também entendemos que sua

apenas características de economias subdesenvolvidas, muito pelo contrário, tais práticas estão presentes também em economias desenvolvidas e mais do que isso, estamos convencidos de que seja tendência do modo de produção capitalista em sua atual fase financeirizada de cunho neoliberal, de que estas formas de trabalho tornem-se modelos e espraíem-se a todo território mundial.

Ademais, no nosso entendimento, para que o modo de produção capitalista pudesse se universalizar enquanto projeto hegemônico da burguesia, a ideologia do neoliberalismo² caiu como uma luva no que diz respeito ao papel que as políticas neoliberais vem desempenhando pelo menos nas últimas três décadas, e que tem deixado o caminho livre para que o capital desenvolvesse suas estratégias de acumulação de forma nunca antes vista.

O desenvolvimento descontrolado das finanças tem enquanto decorrência uma diminuição dos investimentos no setor produtivo e tudo isto tem enquanto consequência uma intensa precarização do trabalho que representa nas mais variadas formas desde o trabalho em tempo parcial, redução dos salários, trabalho terceirizado, enfim, assiste-se nas últimas décadas uma intensificação da precarização da classe trabalhadora.

2.2 O avanço do pauperismo enquanto condição *sine qua non* para o desenvolvimento do capital

O sistema do capital é ele mesmo um sistema contraditório e dinâmico. Quanto mais ele avança mais as suas contradições tornam-se expoentes e mais ainda apresenta enquanto estratégia de manutenção e sobrevivência novas formas de acumulação e novos mecanismos de exploração do trabalho. O sistema capitalista teve necessidade de se estabelecer enquanto sistema abrangente e, desde os seus primórdios o capitalismo passou por intensas transformações. Antes de tudo, para instalar a sociedade mercantil, o sistema feudal teve que ser abatido e em seguida tornou-se necessária a separação da sociedade em duas classes³ sociais fundamentais, a saber, a classe capitalista e a classe proletária. Já é sabido por

expressão quase sempre está sob a égide da superexploração do trabalho, ou seja, há processo de apropriação de valor no tempo de trabalho necessário do trabalhador.

² Entendemos que o Neoliberalismo seja uma ideologia. Para nós, o conceito de Ideologia significa muito mais do que algo que oculta e mistifica a realidade. Neste sentido, para nós, Ideologia é uma categoria heurística que abarca a sistematização de um conjunto de ideias que podem pertencer a quaisquer classes sociais que não necessariamente falseiam a realidade. Assim, a *Ideologia Neoliberal* configura-se como um conjunto de ideias que abarcam não apenas a dimensão econômica, mas também, social, cultural e política da sociedade.

³ Importante colocar que uma sociedade de classes não é nenhuma especificidade do modo de produção capitalista. A divisão em classes é típica de outras formações sociais até mesmo da sociedade feudal o que é característico do capitalismo é a forma como se relacionam estas classes.

muitos, mas vale a pena ressaltar aqui que tais classes se constituíram por um lado com a expropriação e apropriação privada dos meios de produção por parte dos capitalistas e consequentemente a classe trabalhadora que por terem retirados os seus meios não somente de produzir, mas seus meios de sobrevivência são obrigados a vender sua força de trabalho ao capitalista para sobreviver (MARX, 1996).

O que é afinal de contas a classe trabalhadora?⁴ Ela nada mais é do que o próprio fruto do desenvolvimento do capital, ela também é parte do capital, a parte viva do processo de produção capitalista, a força motora que movimenta e vivifica a acumulação do capital. Esta classe trabalhadora que não apenas dá vida, mas alimenta a relação social chamada capital é a classe tornada insignificante, inserida num processo contraditório: como disse Marx (1996): quanto mais ela fornece riqueza ao capitalista mais ela é expurgada dos processos produtivos. À medida que se desenvolvem as forças produtivas e no próprio movimento do capital, hora ela “é captada, liberada, arremessada pelas diversas partes da maquinaria social e expelida por outras, não de acordo com sua própria vontade ou atividade própria, mas de acordo com os movimentos do capital” (BRAVERMAN, 1980. p. 320). Claro que considerando a classe trabalhadora hoje como afirmam alguns autores, esta não é mais aquela de décadas atrás, nos dias atuais ela se apresenta enquanto uma classe muito mais ampla que concentra trabalhadores produtivos e improdutivos⁵. Nas palavras de Antunes (2007, p.49, **grifo nosso**),

Observa-se, no universo do mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo, uma múltipla processualidade: de um lado verificou-se uma *desproletarização do trabalho industrial fabril*, nos países de capitalismo avançado, com maior ou menor repercussão em áreas industrializadas do Terceiro Mundo. Em outras palavras, houve uma diminuição da classe operária industrial tradicional. Mas paralelamente, efetivou-se uma expressiva expansão do trabalho assalariado, a partir da enorme ampliação do setor de serviço; verificou-se uma significativa heterogeneização do trabalho, expressa também através da crescente incorporação do contingente feminino no mundo operário; vivencia-se também uma *subproletarização* intensificada, presente na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, “terceirizado”[...].

Além disso, o capitalismo contemporâneo também denominado por capitalismo financeirizado apresenta-se enquanto mais uma etapa de desenvolvimento do sistema

⁴ Para um aprofundamento histórico da origem da classe trabalhadora ver: THOMPSON, E. A constituição da classe trabalhadora na Inglaterra. 3. vols. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

⁵ Ao definir trabalho produtivo e improdutivo, de acordo com Marx (1978) é produtivo aquele trabalho que produz diretamente mais valia e onde seu trabalho é trocado por mais valia. É improdutivo o trabalho que não produz mais valia e seu trabalho é trocado por renda. Para um aprofundamento sobre a questão em tela, ver: COTRIM, V. Trabalho produtivo em Karl Marx: Velhas e novas questões. São Paulo, Alameda, 2012.

capitalista onde “as finanças passaram a constituir o sistema nervoso do capitalismo”. (LAPAVITSAS, 2009; 2016). Todo este processo de financeirização do capital acontece devido a superacumulação associadas às quedas das taxas de lucro industriais fortemente na década de 1970 (MANDEL, 1990).

De tal modo que boa parte desse capital superacumulado sob a forma dinheiro foi investido em mecanismos financeiros na esfera da circulação. Claro que para a sobrevivência do capital é necessário que tanto a esfera da produção quanto a esfera da circulação – onde o valor é realizado – funcionem em consonância, mas no capitalismo contemporâneo fica evidente que os investimentos tendencialmente concentram-se na circulação, ou seja,

A existência de uma certa massa de capital sob a forma de capital dinheiro é indispensável a dinâmica do capitalismo e essa massa é remunerada através dos juros. À medida que o capitalismo se desenvolveu, um segmento de capitalistas passou a viver exclusivamente desse capital que conservaram sob a forma monetária - trata-se da camada de capitalistas *rentistas*, que não se responsabilizam por investimentos produtivos. O que vem se passando no capitalismo contemporâneo é o *fabuloso crescimento* (em função da superacumulação e da queda das taxas de lucros) *dessa massa de capital dinheiro que não é investida produtivamente*, mas que succiona seus ganhos (juros) da mais-valia global – trata-se como se vê de uma sucção *parasitária* (BRAZ; NETTO, 2011, p. 241-242, **Grifos do autor**).

Nesta dinâmica contraditória insere-se o uso das mais variadas formas de capital fictício – ações, títulos, dentre outros – que através das especulações financeiras exacerbam as contradições do capital em sua esfera atual tornando desta maneira mais frequente a ocorrência de crises financeiras. Pelo que foi exposto, fica mais claro do que nunca, o mecanismo atual de drenagem de parte substantiva da riqueza socialmente produzida no modo de produção capitalista, isto é, o *locus* das finanças. Como sabemos na esfera financeira não se cria valor/riquezas, e sim há apropriação. Mas, de onde provém a riqueza social na sociedade capitalista, quem gera o valor?

No nosso entendimento, a lei geral da acumulação capitalista descoberta por Marx (1983) deixa claro a paradoxal contradição do sistema capitalista: mesmo que o capital tenha a necessidade da força viva de trabalho enquanto fonte de riqueza e acumulação esta mesma força de trabalho tendencialmente é expulsa dos processos produtivos. O capital tem a necessidade de se libertar da força viva de trabalho mesma que esta seja condição de sua sobrevivência, assim:

[...] a massa de emprego não pode ser separada de sua correlata massa de desemprego. Nas condições do capitalismo, o desemprego não é uma aberração, mas uma parte necessária do mecanismo de trabalho do modo capitalista de produção. É continuamente produzido e absorvido pela energia do próprio processo de acumulação (BRAVERMAN, 1980, p.326).

O capital não tem outro objetivo senão acumular riquezas. Nesta busca insaciável de acumulação a fonte do lucro capitalista é proveniente da força viva de trabalho, ou seja, da mais valia, do tempo de trabalho não pago ao trabalhador e apropriado pelo capitalista. E enquanto mais capital é acumulado mais se expande a exploração sobre a classe trabalhadora.

Tomando enquanto central o estudo da composição técnica do capital, Marx enfatiza as modificações que esta vai sofrendo ao longo do desenvolvimento do capitalismo:

A composição do capital tem de ser compreendida em duplo sentido. Da perspectiva do valor, ela é determinada pela proporção em que se reparte em capital constante ou valor dos meios de produção e capital variável ou valor da força de trabalho, soma global dos salários. Da perspectiva da matéria, como ela funciona no processo de produção, cada capital se reparte em meios de produção e força de trabalho viva; essa composição é determinada pela proporção entre, por um lado, a massa dos meios de produção utilizados e, por outro lado, o montante de trabalho exigido para seu emprego. Chamo a primeira de composição-valor e a segunda de composição técnica do capital. Entre ambas há estreita correlação. Para expressá-la, chamo a composição-valor do capital, à medida que é determinada por sua composição técnica e espelha suas modificações, de: composição orgânica do capital, deve-se entender sempre sua composição orgânica. (MARX, 1996, p.245).

A composição orgânica do capital então faz referência à proporção entre força de trabalho e meios de produção – maquinários e tecnologias empregados na produção.

Assim, quanto mais trabalho excedente é produzido, ainda mais capital se acumula e mais ainda capital é reempregado em produção o que possibilita por sua vez uma maior quantidade de produção de mais valia, a produção de capital em escala ampliada. Essa produção de capital em escala cada vez mais ampliada tem como resultante o incremento do valor de capital produzido quando se toma de referência toda a sociedade. A este movimento dá-se o nome de concentração de capital.

Em nível individual, empresas que apresentam elevada acumulação de capital comumente investem em novas tecnologias no intuito de aumentar a produtividade do trabalho e elevar mais ainda seus retornos lucrativos o que será abordado de forma mais aprofundada adiante deste trabalho.

Além do movimento de concentração de capital outra característica inerente ao capitalismo é a centralização de capitais. A utilização de tais termos em muitos casos causam certa confusão, mas é preciso ficarmos atentos para a diferenciação de tais fenômenos mesmo que ambos estão estreitamente relacionados.

É no mercado onde os muitos capitais se enfrentam e neste combate vence os capitais que tem maiores possibilidades de investimento e neste jogo muitos dos capitais pequenos acabam por ser engolidos. A concentração nada mais é do que a expressão da

concorrência entre os capitalistas e a expressão de que na concorrência os que não conseguem sair à frente perdem o seu poder de comando para os capitalistas mais fortes. Não é fato surpreendente, pois muitas pequenas empresas que por não conseguirem competir no mercado acabam sendo apropriadas pelas empresas maiores e integradas ao seu capital. Pois:

O processo de acumulação estimula e, ao mesmo tempo, é estimulado por inovações tecnológicas, na medida em que estas permitem aos capitalistas a redução dos seus custos; [...]. Ora, aqueles capitalistas que mais acumulam encontram-se melhor posicionados para enfrentar a concorrência – por isso, a acumulação aparece tão conectada aos progressos tecnológicos e igualmente por isso se explica o extraordinário desenvolvimento das forças produtivas no MPC. (BRAZ; NETTO, 2011, p.140, grifo nosso).

Aqui se expressa mais uma tendência do processo de acumulação e faz referência a composição técnica do capital e o seu processo de modificação ao longo do processo de expansão do capital.

Sendo a força de trabalho a fonte de toda riqueza socialmente produzida, resta aos capitalistas buscarem o aumento da “produtividade do trabalho” chegando a um ponto em que “o desenvolvimento da produtividade do trabalho social se torna a mais poderosa alavanca da acumulação” (MARX, 2013, p. 698). Este aumento da produtividade se dá pela inserção de novas tecnologias e maquinários no interior dos processos produtivos capacitando o trabalhador a produzir mais mercadorias num tempo relativamente menor.

Se dez trabalhadores produzem x mercadorias e se é possível produzir esta mesma quantidade de mercadorias empregando a metade do número de trabalhadores obviamente que nenhum capitalista escolheria o contrário. Este aumento da produtividade do trabalho faz com que os capitalistas optem por realizar modificações em sua composição técnica reduzindo e substituindo a força viva de trabalho – o seu capital variável por máquinas – o capital constante. Não que o capitalista seja em sua natureza, um homem mal que tem maquinado em sua consciência todo este movimento, mas a própria dinâmica do sistema o induz a realizar estas modificações. Resultante de todo este processo é um número cada vez maior de trabalhadores expulsos dos processos de trabalho e que vão compor o exército industrial de reserva. O desenvolvimento das forças produtivas⁶, o avanço tecnológico que é ele mesmo produto das capacidades humanas se torna ao mesmo tempo a ferramenta para sua opressão, exploração e pauperismo. Este contingente de pobres, miseráveis destituídos até mesmo da

⁶ O desenvolvimento das forças produtivas em si não são responsáveis pela expansão da quantidade de desempregados o que deve ser ressaltado é que o desenvolvimento das forças produtivas que acontecem sob relações capitalistas de produção que resultam devido a sua própria dinâmica numa massa de desempregados que tendem a se expandir. Ver a respeito, Marx (1996), Antunes (2007), Braveman (1980).

capacidade de vender a sua própria força de trabalho aumentam em consonância com o desenvolvimento do capital. Já que:

Se “o processo de liberar continuamente parte dos trabalhadores” descrito acima, tão indispensável a produção de riqueza, é o mesmo responsável pela produção de pobreza, infere-se que o pauperismo é tão indispensável à acumulação quanto a própria produção de riqueza (BONENTE, 2011, p.28).

Ao mesmo tempo em que se expande, este exército de desempregados cumpre uma funcionalidade no interior do modo capitalista de produção. De um lado eles são força de trabalho disponível ao capital sempre que este dela necessitar, do outro, permitem aos capitalistas o aumento da exploração e a pressão sobre o rebaixamento dos salários daqueles que permanecem ainda empregados.

Poderíamos fazer um paralelo que expressa a funcionalidade que cumpre este exército industrial⁷ de reserva no interior do modo de produção capitalista. Durante a vigência do período fordista do qual foi experimentado pelos países de economia capitalista mais avançada, o capital necessitou de um imenso contingente de força de trabalho disponível para que fossem empregadas nas indústrias. Esta força de trabalho estava disponível ao capital no período em questão. De tal forma que com o declínio do fordismo nos países centrais e as transformações que passaram o sistema com a crise em meados da década de 1970 esta mesma força de trabalho requisitada foi dispensada assim que o setor de produção delas não mais teve a necessidade isto é claro, devido a substituição da força viva de trabalho por maquinaria e novas tecnologias.

Quanto mais capital é acumulado, mais os capitalistas tendem a investir em pesquisas para desenvolvimento de novas tecnologias, que propiciem o aumento da produtividade do trabalho, daí decorre também a expansão dos fenômenos de concentração e centralização do capital, pois cada vez mais, capital é necessário para que o investimento em novas tecnologias possa acontecer.

O número de desempregados então, não é condizente com a realidade de que a população aumenta a cada dia. O aumento descontrolado dos desprovidos de trabalho não é de maneira nenhuma um fato ocasional, momentâneo, ao contrário eles são resultado da dinâmica do modo de produção capitalista que tende a se tornar mais grave à medida que o sistema se desenvolve.

⁷ No capítulo segundo abordaremos de forma breve sobre a superexploração do trabalho. O exército industrial de reserva mais uma vez demonstra sua funcionalidade ao colaborar para o desenvolvimento da superexploração.

2.2.1 Existirá sempre a necessidade de um exército industrial de reserva?

No primeiro item deste capítulo realizamos uma breve discussão sobre a lei geral da acumulação capitalista e ficou clara que quanto mais avança o modo de produção capitalista, mais ainda, cresce o contingente de trabalhadores desempregados. Tudo isto indica a nosso juízo que a expansão do desemprego não representa uma fase conjuntural do sistema capitalista, mais do que isso, ela é na contemporaneidade uma condição *sine qua non* para que o modo de produção capitalista se desenvolva.

Durante a era de organização dos processos produtivos capitalistas via fordismo a prédica do pleno emprego tomou conta dos debates econômicos à época, visto que era uma necessidade para que o sistema capitalista se expandisse. Além do pleno emprego, a classe trabalhadora ganhou representatividade graças ao poder dos sindicatos e com isso poderiam tornar menos tênue o combate entre o capital e o trabalho. Ademais, nunca é demais lembrar que a existência na Europa do Leste, do chamado “Socialismo real” também funcionou como importante elemento de pressão para que a classe trabalhadora no Ocidente tivesse ganhos e conquistas de direitos.

Com a relativa redução do exército industrial de reserva e o poder dos sindicatos durante os anos gloriosos em alguns países capitalistas centrais, o capital havia perdido sua base de manobra no interior dos processos produtivos e não tinha a possibilidade de explorar sem descontentamentos e reivindicações. Com a crise de 1970 e com a retração das taxas de lucro a única saída encontrada pelo capital era a recomposição do exército industrial de reserva bem como de alguma forma, enfraquecer o poder dos sindicatos. Somente assim, os capitalistas poderiam exercer o controle sobre os trabalhadores e torná-los ainda mais dependentes e fragilizados ao poder do capital. Seria necessário minar o poder da classe trabalhadora e liberar os mercados de trabalho para que o capital pudesse desenvolver o seu projeto da forma que melhor lhe conviesse. Para Neto (1998, p.80):

[...] além da ação das empresas para a implantação de programas de modernização, era fundamental o contexto de liberalização também do mercado de trabalho. A palavra de ordem é liberar, buscando a criação de um mercado de trabalho livre: livre dos sindicatos. Do mesmo modo que o capital financeiro se libertou do controle do Estado-nação, o capital produtivo passou a exigir um mercado de trabalho o mais possível desregulamentado.

A desregulamentação do mercado de trabalho que surgiu graças a adoção das políticas neoliberais, não tinha outro objetivo senão recompor o exército industrial de reserva

e conseqüentemente, enfraquecer o poder reivindicativo da classe trabalhadora ao mesmo tempo em que propiciava o avanço da exploração do trabalho no interior das unidades produtivas para aumentar a produtividade do trabalho e a recomposição das taxas de lucro. Para que o capital se restabelecesse foi necessária então a recomposição da população trabalhadora sobrando após a crise de 1970.

Assim, o exército industrial de reserva vem sempre demonstrando sua funcionalidade no interior do modo de produção capitalista. Se durante a vigência de fordismo um imenso contingente de trabalhadores foi requisitado, isto foi porque o capital apresentava esta necessidade. Passada esta fase, estes trabalhadores foram dispensados e estão disponíveis enquanto força de trabalho sobrando para o capital sempre que este deles necessitar. Para sermos mais explicativos, até por volta de 1960 e início de 1970 o setor produtivo concentrava grande parte da força de trabalho isso devido ao próprio contexto em que se encontrava modo de produção capitalista e seu modelo de acumulação.

Em decorrência da crise e com a entrada num processo de reestruturação produtiva, fase em que as novas tecnologias adentraram os processos produtivos grande parte desta força de trabalho foi descartada e isto foi possível graças ao relaxamento das leis do trabalho depois do advento das políticas neoliberais. Causa também da expansão do número de desempregados é a redução dos investimentos em produção e deslocamento do capital para investimentos em mecanismos financeiros. Assim a força de trabalho desocupada ou acaba por ocupar o setor de serviços que vem aumentando de forma significativa nas últimas décadas ou ficam disponíveis como força de trabalho sobrando em busca de qualquer ocupação e com salários cada vez mais reduzidos. Como nos aponta Braverman (1980, p. 323).

A mecanização produz um excedente relativo da população disponível para emprego a taxas inferiores de salário que caracterizam essas amplas ocupações. Em outras palavras, à medida que o capital transita para novos setores á busca de investimento lucrativo, as leis da acumulação do capital nos setores antigos operam para produzir a “força do trabalho” exigida pelo trabalho em suas novas encarnações.

O objetivo da inserção tecnológica nos processos produtivos é diminuir o exército de trabalhadores empregados e aumentar as fileiras dos pobres miseráveis que compõem a massa de desempregados disponíveis de acordo com as necessidades demandadas pela acumulação de capital. Do mesmo modo, servem de força de trabalho a ser explorada de forma cada vez mais massacrante em setores que dispõem de um aparato tecnológico mais atrasado em comparação aos grandes capitais. Pois:

O propósito da maquinaria não é o aumento, mas a diminuição do número de trabalhadores ligados a ela. Assim, não é absolutamente ilógico que com o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, o número dos disponíveis a preços baixos continue a crescer em ritmo rápido para atender aos caprichos em suas formas funcionais minimamente mecanizadas (BRAVERMAN, 1980, p. 325).

Não é por acaso que a ideologia do neoliberalismo vem permitindo as grandes empresas industriais transnacionais explorar a força de trabalho nas mais variadas regiões do globo. Em nível global o exército industrial de reserva vem permitindo que o capital explore força de trabalho onde esta esteja mais fragilizada graças aos retrocessos das legislações trabalhistas e baixa remuneração salarial. Graças a liberalização dos mercados e sobre o postulado da mundialização do capital, como nos ensinou Chesnais (1996), o capital tem total liberdade para se instalar e maior liberdade ainda para mudar de acordo com suas necessidades de custo benefício de região e sem arcar com os onerosos custos do trabalho que pode ser dispensado ou requisitado sempre que de acordo com as necessidades de produção.

De tal modo, que segundo Lapavitsas (2016) o capital em sua fase financeirizada está munido de toda liberdade para explorar e precarizar o trabalhador e mais do que isso, tem todo o consentimento social para que isto ocorra. Se o trabalhador é livre ele poderá optar em vender sua força de trabalho e submeter-se a sede de lucro do capital que faz do trabalho uma atividade desprazerosa e alienante ou ser condenado a morrer de fome sendo mais um indivíduo a compor o exército de reserva.

O avanço das tecnologias e da ciência, frutos do trabalho humano tornam-se um elemento contraditório. Visto que ao mesmo tempo em que permite o avanço da humanidade domina o trabalhador e o torna dispensável dos processos produtivos. De forma alguma o desenvolvimento científico e tecnológico é algo ruim, o que é ruim é o modo com que o capital se utiliza destas tecnologias para submeter o trabalhador.

A introdução de novas tecnologias permite ao capital aumentar a produtividade do trabalho, tem-se então um aumento da composição orgânica do capital. O que acontece é que o desenvolvimento das forças produtivas não é acompanhado na mesma proporção pela geração de novos empregos, ao contrário, ela tende a expulsar um grande número de trabalhadores dos processos produtivos e é isto que vem acontecendo desde a crise de 1970 e vem atravessando o sistema capitalista em sua fase financeirizada.

2.3 Periodizando as mudanças do capitalismo no pós II Guerra Mundial: um breve resgate

O capitalismo em sua fase contemporânea que abarca, grosso modo, os anos de 1970 até o presente somente poderá ser compreendido efetivamente em sua plenitude, se buscarmos os elementos engendrados no período do pós-segunda Guerra Mundial. Tais elementos serão de muita valia, pois irão alicerçar a construção de nosso raciocínio para posterior compreensão do processo que não aconteceu ao acaso, mas ao contrário, foi fruto de contradições que se construíram nos “trinta anos gloriosos”, mais especificamente de 1948 a 1973. Antes de qualquer coisa devemos deixar claro que as finanças (enquanto mecanismo de fornecer crédito ao sistema) não é nenhuma novidade no capitalismo.

Sabe-se que até a crise de 1929, as finanças eram instrumentos utilizados pelo sistema capitalista enquanto mecanismo para alavancar os processos de acumulação de capital. Contudo, a enorme especulação (bem como, a superacumulação de capital, isto é, não valorização dos valores produzidos) ocorre o crash da bolsa em Nova York em 1929.

Tal fenômeno coloca em xeque a concepção liberal, isto é, abriu-se terreno para práticas propositivas de maior intervenção do Estado na economia. O *locus* destes experimentos materializaram-se no início da década de 1930 nos Estados Unidos sob o governo de Franklin Roosevelt. Enquanto isso, paralelamente, no bojo das Ciências Econômicas, na Inglaterra, o Professor de Cambridge, John Maynard Keynes formulava teoricamente ideias sobre o papel do Estado enquanto indutor da Demanda Agregada, o papel da moeda numa economia monetária de produção, preferência pela liquidez, etc; cuja síntese culmina na publicação em 1936 de sua *opus magnum*, *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. Não é por acaso, que na literatura econômica convencionou-se chamar os anos gloriosos, como o período auge do chamado “keynesianismo”. Este mecanismo de acumulação permitiu a implantação de políticas econômicas via o Estado e que associadas às práticas fordistas de produção permitiram ao capital se desenvolver. Como afirmam Duménil e Levy (2010, p. 210):

[...] substituía a iniciativa privada – aliás, a finança – no controle da macroeconomia, no ajuste do nível da demanda global, respeitando fundamentalmente a gestão descentralizada dos executivos, assim como a propriedade capitalista, [...]. Essa perda da posse do controle macroeconômico marcou o recuo do poder da finança.

Sinteticamente, podemos afirmar que em decorrência da crise de 1929 os burgueses ficaram apreensivos e receosos, caso a ocorrência de outro colapso viesse a ameaçar o domínio de poder que até então estava concentrado nas mãos dos capitalistas. Na realidade o capital pressentiu que não poderia caminhar literalmente “sozinho” e que teria a necessidade de uma maior intervenção estatal para que o seu pleno desenvolvimento seguisse adiante. Durante os anos de ouro o mundo capitalista cresceu em torno de um centro de comando: Os Estados Unidos⁸. Toda a economia mundial durante o ciclo de apogeu da acumulação capitalista, de forma estratégica, foi ligada e submetida ao poder hegemônico estadunidense.

É bem claro que os avanços dos anos gloriosos não foram perceptíveis logo de início. As medidas tomadas no imediato pós-guerra que tinham enquanto meta o desenvolvimento econômico e a contenção das crises somente puderam ser sentidos em médio prazo. Houve índices representativos de desenvolvimento nas regiões aonde o comunismo vinha ganhando terreno, porém, o desenvolvimento econômico se deu principalmente nos países capitalistas mais avançados. Mesmo que não se tenha havido uma distribuição da riqueza socialmente produzida e que o poder continuou concentrado nas mãos da classe capitalista, pode-se dizer nas palavras de Hobsbawm (1995) que a Era de Ouro foi um fenômeno de nível mundial que atingiu todo o globo mesmo que toda a riqueza produzida jamais chegasse às mãos da maioria da população mundial.

Sem sombra de dúvidas o mundo assistiu - como nas palavras de Trotsky - ao desenvolvimento “desigual e combinado” proporcionado pelo mundo do capital. Nos países capitalistas centrais houve aumento no consumo e também capacidade produtiva visto que o período requeria para que desenvolvesse o casamento perfeito da produção em massa e do consumo também de massa. Já nos polos periféricos a coisa era bem diferente.

Durante a vigência dos trinta anos gloriosos, o capitalismo vivenciou um período de desenvolvimento em especial para os países de primeiro mundo. O modelo de organização da produção baseado no fordismo associado às políticas de cunho keynesiano propiciaram ao sistema capitalista taxas elevadíssimas de lucro. *Pari passo*, ao desenvolvimento econômico se deu o desenvolvimento tecnológico ligado à indústria bélica (Mandel, 1982; Mészáros, 2003).

⁸ Maiores crescimentos econômicos se deram principalmente na Europa e no Japão, países que vinham devastados da segunda guerra e buscavam se fortalecer no cenário econômico mundial. Especialmente através do plano Marshall e também o acordo de Bretton Woods. Ver a respeito: Moffitt (1984) e Watchell (1988).

Com base em Mandel (1982) evidencia-se que no período de guerra por mais incrível que pareça ser e de afirmar, permitiu um avançado desenvolvimento tecnológico que posteriormente incorporado às indústrias permitiu que parte da sociedade do mundo capitalista avançado tivesse acesso a produtos e inovações tecnológicas de ponta. E quanto mais o mundo se desenvolvia maiores e tanto mais seriam necessários os investimentos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

Ao mesmo tempo em que o avanço tecnológico permitiu o desenvolvimento do capitalismo, ele alimentou uma tendência que lhe é inerente: quanto mais o sistema avança, mais ele tende a expulsar força de trabalho e é esta mesma força de trabalho que ele repele que é a responsável pela produção de toda riqueza social apropriada privadamente pelo capital, e que na qual o faz caminhar para as crises, o que só foi sentido mais tarde. À medida com que as novas tecnologias foram incorporadas a produção, cada vez menos a força viva de trabalho era necessária para levar adiante a produção capitalista.

[...] as novas tecnologias, eram, esmagadoramente, de capital intensivo e (a não ser por cientistas e técnicos altamente qualificados) exigiam pouca mão de obra, ou até mesmo a substituíam. A grande característica da Era de Ouro era precisar cada vez mais de maciços investimentos e cada vez menos gente, a não ser como consumidores. (HOBSBAWM, 1995, p.262).

No pós- segunda -guerra, a economia capitalista apresentava-se com um formato diferenciado. O Estado deveria deixar de lado as amarras liberais e redimensionar suas funções numa espécie de economia mista que unia os interesses capitalistas a uma significativa intervenção estatal. Somente assim, o fordismo encontraria o caminho perfeito para sua evolução. O sistema capitalista mundial passou por uma espécie de renovação sem perder suas bases. Permitiu-se por alguns anos a manutenção de um “capitalismo menos ferrenho”, mas em sua essência os fundamentos da sociedade capitalista foram mantidos, a exploração do trabalho enquanto fonte de acumulação era “velada” pelas “políticas de bem-estar social” efetivadas pelo Estado num momento em que a ameaça comunista estava presente.

[...] o capitalismo durante essas décadas foi menos capitalismo do que durante a primeira hegemonia financeira ou o neoliberalismo. Em certo sentido a força de trabalho foi menos uma mercadoria do que qualquer outro produto na economia. [...] mas a sociedade do pós-guerra apesar de ser menos capitalista que durante a primeira hegemonia financeira, foi uma sociedade de classes, em que a exploração se baseava na extração de um excedente em benefício de classes altas. (DUMÉNIL; LÉVY, 2014, p.91).

Mudam-se de certa maneira as estratégias de consentimento do capital, os seus mecanismos de acumulação e a concessão forçada de alguns mínimos direitos a classe trabalhadora mantendo a base estrutural do capitalismo que continuara a mesma: a divisão e exploração entre as classes sociais e a manutenção inquestionável do poder e da riqueza concentrado nas mãos da classe capitalista.

A partir de então o capitalismo lançou mão da intervenção estatal no planejamento econômico e em áreas sociais. As defesas keynesianas⁹ abriram o caminho para que o fordismo pudesse ser disseminado. O fordismo/ keynesianismo tornou-se um binômio bastante conhecido e permitiram que este modelo de organização produtiva do “mundo burguês” fosse adiante.

Pelo exposto, é perceptível que o processo de adoção do fordismo enquanto modelo de organização do processo produtivo não aconteceu de forma imediata. Na realidade, remonta a um longo percurso histórico demarcado pela adoção de medidas aplicadas e fomentadas via Estado, de acordo com as necessidades requisitadas de expansão e manutenção do capital.

Se houve melhorias nas condições de vida de parcelas de trabalhadores empregados nas empresas fordistas, isto não se deu é claro, sem que o capital tirasse maior proveito. As elevadas taxas de lucro permitiram as grandes empresas capitalistas investirem em outras regiões do globo. Os movimentos de transnacionalização das empresas capitalistas expandiram-se de forma sem igual. As empresas de grande porte ultrapassaram os limites dos seus Estados nacionais instalaram-se em outras regiões onde as alternativas de extração de excedentes econômicos eram bastante vantajosas. Este movimento contribuiu para o fortalecimento da “elite” (frações da classe burguesa) tanto quanto para a concentração e hegemonia do poder.

O movimento de transnacionalização ofereceu uma grande oportunidade para as grandes empresas capitalistas: a de explorar a força de trabalho em regiões onde a remuneração do trabalho eram menores em relação aos países economicamente mais avançados. Além dos baixos salários, nestes países as legislações trabalhistas e o movimento operário não tinham adquirido força suficiente para se rebelar contra o capital e os

⁹ Para Keynes, a crise que o capitalismo havia enfrentado, representava o fim da ideia do capitalismo enquanto um sistema auto-regulável e que por seu livre desenvolvimento seria capaz de garantir um nível de emprego satisfatório. A ação do Estado seria então de extrema importância no que diz respeito ao controle de um sistema complexo e suscetível a crises. O Estado atuaria no âmbito do controle monetário e na socialização dos investimentos.

movimentos reivindicatórios de melhorias nas condições de vida e de trabalho eram quase que anulados.

Os grandes monopólios imperialistas - que já haviam se expandido consideravelmente - constantemente amedrontados com a possibilidade de ascensão fortuita de uma crise que graças a seus próprios traços constitutivos viriam romper com a fase de acumulação passaram não apenas a pressionar, mas a exigir do Estado uma nova postura:

[...] sua intervenção na economia, direcionada para assegurar os superlucros dos monopólios, visa preservar as condições externas da produção e da acumulação capitalistas, mas implica ainda uma intervenção direta e continua na dinâmica econômica desde o seu próprio interior, através de funções diretas e indiretas. (BRAZ & NETTO, 2011, p.213).

Diante da necessidade de expansão, o Estado é chamado para assumir as mais variadas responsabilidades, todas estas em setores estratégicos que viessem a possibilitar o avanço do modo de produção capitalista:

O Estado, por sua vez, assumia uma variedade de obrigações. [...] se esforçava por controlar ciclos econômicos com uma combinação apropriada de políticas fiscais e monetárias [...]. Essas políticas eram dirigidas para as áreas de investimento público – em setores como o transporte, os equipamentos públicos, etc. – vitais para o crescimento da produção e do consumo de massa e que também garantiam um emprego relativamente pleno” (HARVEY, 1992, p.129).

Em suma, no pós-guerra, a relação entre burguesia e Estado tomou novos contornos. Em poucas e simples palavras, o Estado se encarregaria de preparar e indicar o terreno perfeito no qual o capitalismo deveria pisar. Como a efetivação do sistema capitalista acontece no mercado, às grandes empresas imperialistas requereram do Estado ações políticas e econômicas de proteção contra as crises, estratégias de acumulação e desenvolvimento comercial. “O Estado passou a intervir de maneira abrangente na economia, não apenas redirecionando-a, priorizando setores, mas também organizando amplas áreas da produção de forma a regular a demanda agregada e amenizar as crises” (COSTA, 2008, p. 88).

Também é fenômeno marcante deste período a transnacionalização da produção. Durante o momento de ápice do capitalismo – os anos gloriosos – o investimento em ciência propiciou a humanidade um avanço científico sem precedentes que permitiu o impulso para frente das forças produtivas expandindo a força produtiva do trabalho e a conseqüente o alargamento da produção de mercadorias. Toda esta teia de inovações que se desencadearam

por volta de 1950 transformou a esfera produtiva como também as relações de produção como um todo e que vieram a se fortalecer ainda mais com a globalização do capital

[...] Até então, os oligopólios dos países centrais capturavam a mais valia dos países da periferia mediante a troca de mercadorias e a exportação do capital. A partir de meados de 1950 tem início uma fase nova: a internacionalização da produção, a mundialização da economia e a criação do valor fora das fronteiras nacionais pelas burguesias dos países centrais, tudo isso sob o comando das corporações transnacionais (COSTA, 2008, p. 92).

As empresas agora transnacionalizadas passam a adotar um novo modelo de organização que não visa somente um desenvolvimento em nível de país, mas em nível mundial. Vale lembrar, que assim como as empresas do ramo produtivo, os bancos também acompanharam este processo e se transnacionalizaram principalmente depois da década de 1970 com o reordenamento do sistema financeiro internacional.

Se não a principal, mas, a área de atuação mais delicada do Estado, seria o controle da força de trabalho sempre explorada. Era grande o número de indivíduos deixados à margem do processo. Para que o Estado atingisse sua legitimação, deveria mostrar sua capacidade de investimento em áreas sociais, tais como: educação, saúde, habitação, etc. Isso sem falar da garantia de salários ou no desenvolvimento de projetos referentes à políticas de redistribuição de renda. E isto foi possível graças aos recursos disponíveis por parte do Estado com a criação e arrecadação das empresas e mais ainda dos próprios trabalhadores. O orçamento estatal não era destinado apenas para as áreas sociais, os monopólios também eram beneficiados visto que o Estado passou a investir pesado em ciência e tecnologia como também a realizar encomendas a estes monopólios o que lhes dava garantia de lucros vantajosos provenientes das receitas estatais (Baran, Sweezy, 1966).

O Estado de bem-estar social garantiu a expansão do capitalismo por meio de políticas econômicas de combate ao subconsumo e fornecendo as indústrias toda infraestrutura necessária à sua expansão. Santos (2010) salienta que “a chamada ‘era de ouro’ foi apenas uma conjuntura favorável ao Keynesianismo como operador dos parâmetros institucionais do capital”.

Nas décadas em que vigorou o keynesianismo de certa maneira, o capitalismo se viu obrigado a fazer certas concessões nos países de capitalismo avançado, especialmente os europeus ocidentais, um período onde vigorou uma espécie de social democracia e que os desejos da classe trabalhadora foram ouvidos mesmo. Não que o capital tenha “aberto mão” do seu poder, mas ele se viu obrigado a “dar os anéis para não perder os dedos”. O

compromisso keynesiano como é denominado, marcou uma época em que o Estado foi chamado para apaziguar as relações entre as classes atendendo ao mesmo tempo os desejos do capital e do trabalho. Na concepção de Harvey (2011, p. 21), neste “liberalismo embutido”:

[...] a ampliação dos gastos públicos e a criação do Estado de bem-estar social, as intervenções ativas do estado na economia, e algum grau de planejamento do desenvolvimento caminharam lado a lado com taxas de crescimento relativamente elevadas. [...] Promoveu-se uma economia social e moral (sustentada às vezes por um forte sentido da identidade nacional) por meio das atividades de um Estado intervencionista. O Estado transformou-se na verdade num campo de força que internalizou relações de classe. Instituições da classe trabalhadora como sindicatos e partidos políticos de esquerda tiveram uma influência bastante concreta no aparato de Estado.

O Estado de bem-estar nunca esteve acima dos desejos do capital. As concessões à classe trabalhadora somente foram possíveis porque eram extremamente viáveis ao capital em sua fase de expansão¹⁰. E do mesmo modo que vieram, facilmente foram cessadas de acordo com os imperativos de vigência da ordem do capital.

Em fins da década de 1960 este modelo de acumulação começa a dar sinais e esgotamento. As produções industriais que vinham a pleno vapor foram resfriadas, as taxas de lucro começaram a decair e finalmente na primeira metade dos anos de 1970 a crise atinge seu ápice e o sistema capitalista da início a uma série de transformações que rebateram de forma extremamente negativa sobre a classe trabalhadora. Em suma, uma quantidade grandiosa de capital estava ociosa sem oportunidades de investimento o que sinalizou uma crise de sobre acumulação de capital (Mandel, 1990).

As crises em si são expressões internas da própria dinâmica do modo de produção capitalista, não é particular a uma época histórica específica do sistema. Ainda que os momentos de expansão perdurem por alguns anos através do uso efetivo de um conjunto determinado de políticas econômicas, impossível será eliminar as fases de recessão visto que elas são inerentes e estruturais ao sistema do capital. Os mesmos elementos que são as causas de uma crise num determinado momento são em outro os mecanismos que permitem ao sistema capitalista se renovar e restabelecer novas bases de sustentação e acumulação de riqueza, isto é, de recomposição das taxas médias de lucro.

¹⁰Importante salientar que neste momento histórico não era somente a temível lembrança catastrófica da crise de 1929 que permanecia viva. Havia também um modelo societário alternativo ao sistema capitalista que vinha dando certo. O Comunismo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e dos países do leste europeu vinham incomodando o sistema capitalista operante na maior parte dos países. Seria necessário que o capital mostrasse uma face pouco mais social. Portanto, o estado de bem-estar serviu não somente para impulsionar o modelo de acumulação vigente como também manter um pouco mais afastada a ameaça comunista que vinha ganhando força.

Mesmo que sejam altamente catastróficas as crises capitalistas são quase que essenciais para o modo de operação deste modelo de produção, visto que diante de um período onde as contradições atingem seu ápice levando o sistema ao colapso elas são fundamentais por permitir que o capitalismo restabeleça suas condições para dar entrada em uma nova fase de acumulação. A crise da década de 1970 demarca a entrada do sistema capitalista em uma nova fase de acumulação de capital, fase esta em que a adoção do neoliberalismo permitiu com que a financeirização se tornasse novamente a base de valorização do capital (CHESNAIS, 2005; 2010).

O jogo virou totalmente. A teoria e os postulados de Hayek que durante os anos gloriosos não tinham aceitabilidade agora foram abraçados e passaram a ser incorporados pelos governos dos principais centros capitalistas. O Estado de bem estar foi profundamente debatido e desta vez, as críticas eram aceitas já que o cenário econômico e social demonstrava a exponenciação das contradições capitalistas. As políticas do pleno emprego foram deixadas de lado, assiste-se a abstenção estatal em algumas áreas, a única coisa que importava agora era a redução do déficit estatal, contenção da inflação e o retorno às altas taxas de lucro para as empresas capitalistas.

Por isso, mesmo que o sistema avance em direção ao futuro, fica evidente a ressignificação de extração do trabalho excedente via extensas jornadas de trabalho, o trabalho em domicílio, em peça, em tempo parcial, informal; enfim, as mais variadas e grotescas formas de exploração da força de trabalho.

2.4 O processo de retomada do capital: Ideologia Neoliberal - A dupla retomada do poder

Muitas são as interpretações feitas acerca do neoliberalismo. Alguns concebem o neoliberalismo apenas enquanto medidas de cunho econômico outros apenas enquanto estratégias política. Neste trabalho, estudaremos o neoliberalismo enquanto uma ideologia, sob uma perspectiva teórico crítica, da qual nos permitirá compreender em profundidade efetivamente o significado das premissas neoliberais.

Compreender qual é o real fundamento do neoliberalismo não é de forma alguma tarefa fácil e para isso teremos que descortinar algumas questões e deixar de lado a concepção prévia de neoliberalismo enquanto política econômica. Entendemos aqui o neoliberalismo sob duas perspectivas: enquanto projeto político estratégico de classe social que engloba mecanismos econômicos e teóricos que contribuiram para o estabelecimento da sociedade de

mercado que demarca a retomada total da hegemonia capitalista e principalmente enquanto projeto ideológico. Ao fim pode-se concluir que ambas as visões desembocam num mesmo ponto, qual seja, o neoliberalismo enquanto forma de manter o sistema capitalista e seus mecanismos de acumulação e expansão (NETTO, 2012; CARCANHOLO, 1997).

Muito mais do que se possa pensar, mas é o que realmente foi e está sendo proposto à humanidade mesmo que de forma velada é que as práticas neoliberais além de “retomada da hegemonia das finanças” enquanto classe capitalista o neoliberalismo estabelece “o poder hegemônico dos Estados Unidos enquanto potência imperialista” como bem nos havia advertido Tavares (1997). Ademais, o problema é bem mais sério do que aparenta ser. A nosso juízo, estamos caminhando para a barbarização da humanidade em defesa dos objetivos estadunidenses. É sabido que a Ideologia Neoliberal permitiu a expansão e o uso exacerbado de forma descontrolada dos mecanismos financeiros. Nesta direção, o processo de financeirização da riqueza coloca o sistema do capital diante de crises cada vez mais catastróficas e que atingem dimensões imensuráveis e tudo isso sob o controle dos Estados nacionais que por sua vez, estão submetidos a supremacia do dólar, isto é, dos Estados Unidos.

2.4.1 Poder de classe

A análise da Ideologia neoliberal numa ótica de classes desemboca na análise do poder imperialista. Assim para Duménil e Levy (2010; 2014) as finanças estão sob uma perspectiva de classe, ou seja, sob a ótica de dominação de classe.

Num estudo minucioso do sistema capitalista os autores supracitados nos possibilitam entender que o capitalismo contemporâneo se constitui com elementos que se ergueram no final do século XIX e do século vinte em excepcional e apontam que no pós-crise de 1970 - crise esta que possibilitou a ascensão neoliberal - o capitalismo vivenciou a segunda hegemonia das finanças. “O neoliberalismo surge como a mais recente de três ordens sociais, que em conjunto constituem o capitalismo moderno” (Duménil; Levy, 2014, p. 24).

O “capitalismo financeirizado” de hoje não é em toda sua estrutura uma novidade apesar de guardar muitas semelhanças ao capital financeiro do século XIX. Aliás, autores como Lênin¹¹ e Hilferding¹² já haviam trazido suas contribuições, logicamente cada um destes

¹¹ Lenin (1916)

¹²Hilferding (1910)

autores enxergava e descrevia de formas diferenciadas o capitalismo em sua época, mas ambos tinham os mesmos fundamentos:

La financierización representa el segundo período de ascenso de las finanzas en la historia del capitalismo maduro, el primero abarca desde el último cuarto del siglo XIX hasta los años de entreguerras. Durante esse período las enormes corporaciones monopolísticas surgieron como las unidades de producción por excelencia, a menudo organizadas como carteles que operaban en zonas de comercio exclusivo. Además, la exportación de capital y los mercados financieros internacionales crecieron poderosamente, algo que se asocia generalmente con los monopolios bancarios que dominaban las finanzas mundiales (LAPAVITSAS, 2016, p.69).

O que ocorre é que no atual cenário as condicionalidades sociais, econômicas e políticas estão impostas de forma diferenciáveis só que com o mesmo objetivo: manter o poder de controle nas mãos do capital e subsumir cada vez mais a classe trabalhadora a pauperização e degradação levando adiante a lei geral da acumulação capitalista descrita por Marx (1996).

De tal modo que o sistema do capital tem como cerne, a exploração da mercadoria força de trabalho enquanto fonte de riqueza e acumulação de capital e esta continuará a mesma ainda que tal exploração se torne mais expoente – por mais que pareça um jogo de antônimos – será cada vez mais velada graças as estratégias de alienação construídas no interior da sociedade movida pelos anseios de mercado.

No século XIX e nas décadas iniciais do século XX era o liberalismo que predominava e como já é característica intrínseca à sociedade capitalista, esta por sua vez, também passava por uma série de transformações sucessivas e interconectadas, ou seja, passam da fase concorrencial para a fase monopolista¹³. Foi este o berço em que se criaram as obras tanto de Hilferding quanto a de Lênin.

No que tange a formação dos grandes monopolios tratados por Hilferding e Lênin, Duménil e Levy o concebem enquanto revolução corporativa. Seja constituição dos monopolios ou revolução corporativa o sentido final é o mesmo. O desenvolvimento do capitalismo levam tendencialmente as empresas a concentração e centralização de capitais tratadas por Marx (1996). Quanto mais se desenvolve as relações mercantis e quanto mais avança o desenvolvimento das forças produtivas, mais capital é necessário para que uma

¹³ O que se convencionou chamar de capitalismo monopolista pode ser percebido (com mais clareza nos países desenvolvidos) através de uma série de características decorrentes de mudanças que se deram no interior do modo de produção capitalista, *grosso modo*, a partir de fins do século passado.(GOLDENSTEIN,1986, p.5).Grifos do autor.

empresa consiga sobreviver à competição do mercado o que leva as empresas as ondas de fusões e/ou aquisições.

Essa necessidade cada vez maior de capital para a manutenção de uma empresa capitalista leva a aproximação entre os bancos e a indústria ou a uma “revolução financeira” o que desemboca no capital financeiro. Lênin atribuiu características a esta forma específica de capital para ele denominado imperialista que é configurado pela união do capital bancário ao capital industrial, mas onde o capital bancário exerce um maior poder de comando e domínio, ou como preferem Duménil e Lévy (2014) o que acontecia na verdade era uma mistura de apoio associada a dominância.

Ao mesmo tempo em que os bancos oferecem empréstimos para as empresas, por conhecerem as suas estruturas os bancos passam tanto a escolher entre as empresas que apresentam maiores retornos lucrativos para concederem financiamento quanto a subordiná-las as suas necessidades e comandos. As relações se estreitariam de tal forma que bancos e indústrias pareceriam um só, uma espécie de amálgama como diz Hilferding entre capital industrial e bancário.

Independente das formas de abordagens adotadas pelos autores, no geral um ponto deverá ficar bem claro. As finanças de forma alguma poderão ser consideradas uma classe social isolada no modo capitalista de produção.

A finança não é um conjunto de instituições que domina o capitalismo contemporâneo fora das relações sociais: esta fração omite a relação de classe; a finança não é uma classe, pois a referencia à fração superior da classe capitalista basta para descrever a relação de classe que ela subentende (DUMÉNIL: LEVY, 2010, p.188).

Ela na realidade representa uma fração da classe capitalista, a fração que detém o poder de domínio no interior desta mesma classe. Ainda segundo estes autores a finança seria algo muito mais complexo. Ela pode ser determinada enquanto um protagonista social que exerce influências econômicas e políticas no interior da dinâmica capitalista e neste contexto, a economia é dirigida de acordo com os interesses desta fração de classe ao mesmo tempo em que esta fração de classe se utiliza das instituições, em especial os bancos, enquanto mecanismo de obtenção de renda.

As finanças são então um ramo específico e bem determinado onde atuam uma parcela considerável da classe capitalista que assim como os demais capitalistas produtivos ou

comerciais também atuam numa lógica mercantil no intuito de acumulação de riqueza monetária

Los procesos de las finanzas deberían analizarse en sí mismos, en vez de ser tratados como fenómenos que se hallan en la superficie de las actividades de producción e intercambio de la economía real. Más específicamente, el sistema financiero es un conjunto de relaciones económicas ordenadas, que comprende mercados e instituciones movidos por el beneficio y que son necesarios para sustentar la acumulación capitalista. La base racional y social para la extracción de ganancias financieras se deriva pelo papel desempeñado por el sistema financiero em el contexto de acumulación. Al mismo tiempo, las finanzas son um campo relativamente autónomo para la generación de ganancias capitalistas, que tiene sus propias normas y su propia vida interna (LAPAVITSAS, 2016, p.61).

Os séculos XIX e XX foram palco de intensas e efervescentes transformações em todas as esferas da vida em sociedade e propiciaram a segmentação de parte da classe capitalista em uma classe especial, uma classe rentista¹⁴ menos ligada diretamente a produção industrial propriamente dita, mas permanecendo o seu caráter capitalista burguês. Estas mudanças

[...] permitiram o estabelecimento de uma classe burguesa menos ligada a empresas individuais. A propriedade dos meios de produção foi apoiada pela posse de títulos. A combinação das revoluções corporativa e financeira com o surgimento das grandes corporações apoiadas por instituições financeiras, introduziu novos tipos de relações em que o poder das camadas superiores das classes capitalistas dependia pesadamente das instituições financeiras. Essa concentração de poder capitalista nas instituições financeiras e a importância desses títulos na propriedade dos meios de produção deram à dominação das classes capitalistas na sociedade moderna um caráter fortemente *financeiro*. (DUMÉNIL; LEVY, 2014, p.22-23). Grifos do autor.

Pois bem, se é através da utilização destas instituições que esta classe obtém a sua remuneração, salienta-se que as formas como se relacionam estas classes e tais instituições não são da mesma magnitude em todas as épocas, ou seja, não são em todos os períodos históricos que as instituições financeiras têm o seu controle nas mãos da classe capitalista financeira, agora “se o poder da finança é forte, nós denominamos de ‘hegemonia financeira’” (Duménil; Levy, 2010, p.188).

O que podemos apreender então é que a utilização da esfera das finanças pelo capital enquanto uma estratégia de acumulação não é nenhuma novidade no capitalismo. O

¹⁴Mesmo que não pareça existe diferença entre lucro e renda. O lucro é proveniente da mais valia, do tempo de trabalho não pago ao trabalhador que é apropriado pelo capitalista detentor dos meios de produção. Esta é a fonte do lucro do capitalista e o motivo pelo qual leva o capitalista a investir muito mais capital para aumentar a extração de excedente e consequentemente atingir maiores taxas de lucro. Renda em seu sentido estrito condiz a uma forma de remuneração que não é proveniente de forma direta da mais valia, mas de rendimentos, juros que são provenientes de um determinado valor representado sejam eles em ações ou títulos.

que temos são fases em que o capital se utiliza de diferentes mecanismos enquanto estratégia de acumulação.

Em nenhum momento a classe capitalista perde o seu poder. O que aconteceu foi que em certa ocasião da sua fase de desenvolvimento ela é apenas forçada a abrir mão, isto é, fornecer algumas concessões à classe proletária, e se ela realiza tais concessões isto acontece porque em determinado período torna-se viável para que seu projeto de dominação não seja ameaçado. Neste jogo de poder ora o capital adota e/ou abandona modelos teóricos desde que seja viável para sua manutenção e fortalecimento. Com o choque de 1929, as teses liberais que norteavam a sociedade capitalista não mais deram conta de manter e levar adiante o projeto capitalista de sociedade, momento em que surge o keynesianismo enquanto modelo teórico a ser seguido pelas principais potências capitalistas.

Do mesmo modo aconteceu com as políticas keynesianas. Quando a hegemonia do capital se viu ameaçada e suas estratégias de acumulação não mais surtiam o efeito esperado foi necessário que acontecesse uma nova reviravolta e a adoção de um novo modelo teórico condizente com as necessidades do período e que sustentassem a manutenção do poder de classe capitalista. A crise de 1970 demarca então:

A validação das políticas econômicas que garantissem a retomada do processo de acumulação de capital no bloco de países capitalistas exigia uma concepção de desenvolvimento que disputasse a hegemonia com o keynesianismo – que havia prevalecido nos anos anteriores, chamados de “anos gloriosos” ou “era de ouro” do capitalismo. Esta nova concepção de desenvolvimento, inspirada nas teses liberais – a este “novo liberalismo”, portanto, convencionou-se denominar neoliberalismo (BARUCO; CARCANHOLO, 2011, p.01).

A corrente neoliberal brotou no seio dos anos gloriosos. Sua difusão, porém, era impossível no momento devido ao fato de que as políticas keynesianas vinham demonstrando sua eficácia. Somente quando o Estado de bem-estar não mais se mostrava capaz de sustentar o modelo de acumulação até então vigente foi que os ditames do neoliberalismo encontraram o ambiente histórico propício para seu espraiamento.

O neoliberalismo representa na realidade um ataque veemente a qualquer forma democrática de poder que por algum momento veio a ser estabelecida no interior da sociedade capitalista. No que faz referência a uma estratégia de classe, o papel ideológico que cumpre o neoliberalismo é crucial. Esta forma de conceber e modelar a sociedade surge no interior das relações sociais o que então nos permite dizer que a corrente neoliberal é fruto de uma forma de pensar humana, de uma forma de concepção de sociedade – no caso a sociedade de classes

mercantil – e nela cumpre a funcionalidade de manter veladas as contradições do sistema e colocar o mercado enquanto o centro, o magma do desenvolvimento e do bem-estar social.

Partindo da definição mesmo de ideologia neoliberal tratada por Boito Júnior (1999), esta “é, essencialmente, um liberalismo econômico, que exalta o mercado, a concorrência e a liberdade de iniciativa empresarial, rejeitando de modo agressivo, [...] a intervenção do Estado na economia”.

Essa defesa cega do mercado se dava num contexto em que a intervenção estatal que se deu nos anos dourados vinha se demonstrando problemática e é justamente neste momento por si só, bastante delicado que Netto (2012, p.73- *Grifos do autor*) apreende a visão de que:

A crise global da sociedade contemporânea, que marca peculiarmente as três últimas décadas deste século, revela-se – plena, embora não exclusivamente – na crise do Estado de bem-estar e na crise do chamado socialismo real, as duas conformações societárias que, cada uma a seu modo, procuraram soluções para os antagonismos (e suas consequências) próprios à ordem do capital. Nestas duas crises, elas mesmas muito distintas, a crise global mostra a sua dramaticidade, que se expressa como possibilidade de regressão social – de que o neoliberalismo é paradigmático.

A crise da sociedade plasmada pelo capital deve ser observada em sua profundidade para que o seu real sentido possa ser apreendido. Tal crise não representa apenas a queda das taxas de lucro ou a reconfiguração das estratégias de acumulação. O problema é muito mais sério do que se pode perceber. Em linhas gerais o que se pretende afirmar é que numa sociabilidade burguesa onde as necessidades do mercado se sobrepõem as necessidades humanas é impossível conceber formas de direcionamento social e até mesmo estatal que preze pelo desenvolvimento igualitário dos homens.

Se o homem é capaz de construir a sua própria história ele também o é para explicar a história a seu modo e fazer de modo que esta seja aceita e difundida, como de fato acontece. Somente municiados de uma teoria social crítica que nos possibilite enxergar além dos fenômenos será possível compreender esta realidade dinâmica no qual estamos inseridos e a forma verdadeira de como e por que os acontecimentos exerceram, exercem e poderão nos dar indicativos de como exercerão influências no futuro.

Logicamente que uma disputa hegemônica de poder não surge do acaso. Toda disputa requer um contexto histórico no qual concepções diferenciadas sejam de poder ou de ideologias. As ideologias por si mesmas ao surgirem de relações sociais – neste caso de relações sociais capitalistas que expressam as contradições entre as classes – tem o papel de

influenciarem os pensamentos dos atores sociais que vivem nesta sociedade imprimindo assim uma forma de conceber e interpretar o mundo (GRAMSCI, 2003).

Deve-se reconhecer que durante os anos gloriosos a classe trabalhadora vivenciou um período diferenciado e único nos moldes da sociedade capitalista. Queremos dizer que durante tal fase, isto é claro nos países de capitalismo avançado e principalmente nos países europeus os trabalhadores tiveram acesso, mesmo que mínimo e restrito a parte da riqueza socialmente produzida. De forma contrária aos anos anteriores aos de 1929 o Estado passou a atuar ativamente não na economia, em áreas sociais e do trabalho. Houve um aumento significativo dos salários reais o que impulsionou o aumento do consumo por parte da população empregada. E mais rápido do que se constituiu, este período entrou em derrocada e o sistema entrou num processo descendente e suas fases crescimento tornaram-se menores se comparadas aos momentos críticos¹⁵.

No atual estágio de desenvolvimento capitalista, os problemas ao invés de serem amenizados somente tendem a se agravar. Este agravamento se deve ao fato de que o sistema capitalista não consegue enxergar as reais causas dos problemas e assim busca soluções superficiais que mantêm intactas as bases conflitantes que não sustentam o sistema por um longo prazo. Sem sombra de dúvidas presenciamos uma crise global que rebate não somente no sistema de acumulação do capital, mas num conjunto de processos complexos no interior do sistema que ao final, mostram seus efeitos mais negativos para a classe que **“vive da venda do seu próprio trabalho”**, na regressão de sua sociabilidade.

A título de melhor compreensão, para Netto (2001, 2012), este processo poderá ser dividido em quatro situações, pela qual todas elas se intercalam ao final para se constituírem em uma só crise global. Inicialmente, a própria crise estrutural de 1970 já debatida anteriormente, onde o capital deu início a um vasto processo e reestruturação produtiva para recuperar suas taxas de lucro.

A segunda situação faz referência a derrota dos países do Leste Europeu. Seria necessário criar uma barreira à difusão do socialismo entre estes países, o que sem sombra de dúvidas representava uma terrível ameaça à sociabilidade do capital. Este quesito talvez mereça um pouco mais de atenção devido à delicadeza que requer o seu entendimento e o impacto ideológico que ele fez nascer no interior da sociedade capitalista como um todo. Infelizmente talvez não nos caiba neste trabalho tratar sobre o que foi ou o que representou o

¹⁵ No ano de 2008, o capitalismo vivenciou uma das mais terríveis crises: a crise do *subprime*. Crise esta resultante da especulação que demarca o modo de operação do sistema capitalista, ou seja, a operação do capital fictício.

modelo econômico que nasceu no Leste europeu a partir da Revolução Russa em 1917, o que é claro não impede em pelo menos abordar de forma breve.

A ideologia na acepção do Marx da maturidade (obras como: *18 do Brumário* e *Crítica ao Programa de Gotha*) cumpre uma dupla funcionalidade, ao mesmo tempo em que ela pode exercer em uma sociedade um papel emancipatório, na mesma via pode se constituir enquanto uma ferramenta de mistificação e alienação. E é justamente esta última face, a de mistificação e alienação que se usa a Ideologia pelo sistema capitalista em sua caminhada. Não é nada raro encontrar relatos de que o muro de Berlim representava uma separação entre o mundo rico onde prevalecia o desenvolvimento capitalista e o mundo pobre onde reinava um dito “socialismo”. E foi esta última afirmação a que foi difundida pela ideologia dominante do capital e a partir daí o socialismo e até mesmo o comunismo não são vistos com bons olhos.

Com a derrota da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas durante a Guerra Fria pelos Estados Unidos, trouxe em seu seio o ideário de que o capitalismo seria o único sistema social capaz de ditar as regras e propiciar a difusão do modelo econômico adotado pelos estadunidenses - que vinha já há muito se utilizando as práticas neoliberais - fosse difundido:

Com a queda do muro de Berlim, fez-se leitura simplificada do significado do fim da guerra fria, constatando-se precipitadamente a emergência de nova ordem internacional, uma definitiva *Pax Americana*, à qual seria inevitável ajustar-se. Aceita-se a proclamação do fim da história, com a vitória da economia de mercado[...].(BATISTA, 1994, p.08).*Grifos do autor.*

A derrota do bloco socialista fez nascer no interior da sociedade uma falsa ideia de que o socialismo jamais poderia vir a ser uma forma de sociabilidade alternativa ao capitalismo. Isso vem possibilitando principalmente aos países capitalistas centrais, graças à ausência de uma ameaça socialista, a execução um projeto societário por parte do capital que requer cortes nos direitos sociais e trabalhistas.

Em terceiro, podemos citar a crise do Estado de bem estar. Poucos autores conseguiram apreender o real sentido do esgotamento do Estado de bem estar, em sua maioria, somente o concebem enquanto uma crise fiscal do Estado, todavia em sua essência Netto (2012, p.75) atenta que “a crise do *Welfare State* explicita o fracasso do único ordenamento sócio-político que, na ordem do capital, visou expressamente compatibilizar a dinâmica da acumulação e da valorização capitalista com a garantia de direitos políticos e sociais mínimos”.

Os modelos de social democracia difundidos durante a Era de Ouro principalmente o modelo de planejamento econômico que era utilizado pela União Soviética e que de alguma maneira serviram de modelo aos países capitalistas numa espécie de junção de liberalismo e social democracia “por isso a reação contra ele, dos defensores teológicos do livre mercado, seria tão apaixonada nas décadas de 1970 e 1980, quando as políticas baseadas nesse casamento já não eram salvaguardadas pelo sucesso econômico” (HOBBSAWM, 1995).

A crise do *Welfare State* em sua profundidade representou a incapacidade do sistema do capital em levar adiante em seu interior qualquer tentativa mesmo que distante de uma social democracia. Devido a sua própria dinâmica antagônica, o capital retirou as garantias e controles sociais que foi obrigado a lançar mão durante os trinta anos gloriosos. Mézáros (2003) sustenta a ideia de que o fracasso histórico desta forma de social democracia reformista fornece um forte e eloquente testemunho da irreformabilidade do sistema; e a crise estrutural cada vez mais profunda demonstrando perigos para a própria sobrevivência da humanidade, o que coloca em acentuado relevo sua incontornabilidade”.

É próprio do sistema metabólico do capital a inaceitação de qualquer forma de democracia. Se isto foi longinquamente possível em determinado período histórico, foi por uma necessidade do próprio capital. Logo que o sistema se percebeu em ameaça, optou pela utilização de estratégias antidemocráticas. Mais do que isso, a crise do estado de *welfare state* demonstra claramente “a curva decrescente da eficácia econômico-social da ordem do capital” (NETTO, 2012, p.77).

O quarto elemento poderia ser considerado a peça chave. Este elemento, a dizer é o tão proclamado neoliberalismo. Para os defensores da ordem vigente, o neoliberalismo seria uma forma de democracia, uma libertação das potencialidades individuais.

Durante a vigência do *welfare state*, onde a acumulação do capital requeria uma forte intervenção, o liberalismo entrara num período de dormência a espera do momento oportuno para seu retorno. E este retorno seria impraticável enquanto a social democracia ou qualquer outra forma de sociabilidade contrária ao capitalismo estivessem sendo praticadas com sucesso.

A crise de meados da década de 1970 trazia em seu interior todas as oportunidades para que o (neo) liberalismo¹⁶ fizesse o seu retorno de forma triunfal. A “ofensiva neoliberal” como denomina Netto (2012), encontrou todas as armas necessárias

¹⁶ (Neo) liberalismo porque apesar de apresentarem similitudes o novo liberalismo ou neoliberalismo defende a retirada total da intervenção estatal seja na economia ou no âmbito estatal.

para se reerguer enquanto modelo político e ideológico. De um lado tinha-se o questionamento sobre a viabilidade do *Welfare State*, do outro, a crise do socialismo real. Os dois obstáculos que dificultavam o espraiamento neoliberal estavam postos abaixo

[...] primeiro a crise do *Welfare State* e, em seguida, a do *socialismo real*. Esta pareceu oferecer a comprovação definitiva do fundo ultimo da programática neoliberal, vale dizer, a insustentabilidade de uma economia planejada; a crise do *Welfare State* forneceu-lhe o combustível para colocar em xeque as funções estatais como indutoras do crescimento econômicas e promotoras do bem-estar. (NETTO, 2012, p.85).

A intervenção estatal vinha sendo debatida. Seria necessário o retorno da “mão invisível” do mercado para regular e controlar a sociedade como defendia Adam Smith. As funções estatais seriam bem mais limitadas. Em resumidas contas, assistimos a captura total do Estado pelo capital. Um Estado que atua a seu favor e contra a classe trabalhadora.

Não existe a abstenção do Estado, mas uma reconfiguração do seu papel interventor:

Esse processo configura, portanto, não uma simples intervenção do Estado na economia. Pode-se falar numa redução, mas, ao mesmo tempo, ela é acompanhada de uma reformulação do intervencionismo estatal. Em algumas áreas como, por exemplo, na esfera da produção de bens e no âmbito do mercado da força de trabalho, poderemos falar, em consonância com o que afirmamos neoliberais, que ocorre, no geral, um recuo do papel do Estado. Em outras áreas, [...] os governos neoliberais promoveram uma intervenção de novo tipo do Estado na economia. (BOITO JÚNIOR. 1999 p.28-29).

A ofensiva do capital contra a classe trabalhadora não acontece de forma velada. Ela é escancarada, poderíamos citar de forma ilustrativa, o Estado brasileiro em que estamos testemunhando a tentativa de “contrarreforma” da previdência social, os cortes na educação e na saúde e principalmente no desmantelamento e flexibilização da legislação trabalhista que vem permitindo ao capital utilizar de todos os mecanismos para aumentar seu único objetivo, qual seja, a acumulação a todo custo. Constitui-se uma forma de sociedade que está a margem de qualquer forma de democracia. Assim, a ideologia do neoliberalismo minou qualquer forma de consciência política que pudesse vir a representar alguma ameaça ao livre desenvolvimento do sistema do capital:

O que desejam e pretendem, em face da crise contemporânea da ordem do capital, é erradicar mecanismos reguladores que contenham qualquer componente democrática de controle do movimento do capital. O que desejam e pretendem não é “reduzir a intervenção do Estado”, mas encontrar as condições ótimas [...] para direcioná-la segundo seus particulares interesses de classe” (NETTO, 2011; p.81).

A junção destes elementos dotaram o capital de um arsenal de estratégias que o possibilitaram levar adiante seu projeto de dominação societária. O capital tinha a necessidade de se firmar enquanto um projeto hegemônico com influências não apenas no processo produtivo, mas no todo social. O sistema capitalista precisa a todo o momento se afirmar enquanto poder onipotente. Portanto, um dos mecanismos para que o sistema possa se firmar enquanto tal é a monopolização do poder político e este traço pode ser considerado o ponto chave alcançado pelo ideário neoliberal.

Existe na verdade um descasamento entre o que prega a ideologia neoliberal e a realidade do capitalismo contemporâneo. É visivelmente impossível o mercado controlar a economia e disponibilizar o bem social até mesmo porque numa sociedade movida pelo desejo de acumulação é impossível unir desenvolvimento econômico e social. Na mesma via tem-se a expansão e fortalecimento dos monopólios além da necessidade da intervenção estatal para que o capitalismo possa se reproduzir. Todo este processo somente indica a perspectiva de defesa de classe, da manutenção da classe burguesa enquanto detentora de toda riqueza socialmente produzida. Sendo assim, a ideologia neoliberal:

[...] numa definição ampla, deve ser considerada, então, uma apologia abstrata ao mercado que se aplica, de um modo geral, sempre e quando tal aplicação interessar ao capital financeiro, ao imperialismo e a grande burguesia monopolista, ficando prejudicada toda aplicação que for incompatível com tais interesses. (BOITO JR, 1999, p.29-30).

2.4.2 Liberdade ou dominação imperial?

Liberdade, igualdade e fraternidade. Estas são as premissas tão defendidas pelo liberalismo e hoje diante da prédica neoliberal que coloca o mercado acima das relações sociais poderíamos nos perguntar existe realmente esta igualdade? Se ela existe ela vai até que ponto? Somos realmente livres? Estas perguntas não são tão difíceis de responder isto se a ideologia neoliberal não tivesse se adaptado, esta realidade a tal ponto em que as contradições sociais, o extremo pauperismo inerentes ao modo de produção capitalista e inelimináveis de sua estrutura e desenvolvimento, viessem a ser vistos simplesmente enquanto problemas iminentemente da natureza humana onde o indivíduo é responsabilizado por sua situação social.

Estaríamos nos voltando à época tão apregoadá por Hobbes em que “o homem seria considerado o lobo do homem”, a um estado de natureza onde a guerra prevalece sobre

todas as demais questões desde que seja para preservar a propriedade privada e o poder? Ao colocarmos estas questões parece até estarmos discutindo questões filosóficas de desenvolvimento humano, mas não o é profundamente. Claro que o homem é central para o desenvolvimento, pois sem ele em nenhuma hipótese haveria desenvolvimento. Nossas questões vão um pouco mais longe e analisam a situação do homem e da humanidade no cenário atual em que predomina o modo de produção capitalista e as perspectivas para o futuro não nos animam a ter alguma esperança de equidade social ou algumas melhorias nas condições de vida do homem trabalhador explorado, isto é, claro se levarmos em consideração a persistência deste modelo de sociedade capitalista.

Assim como o trabalhador é submetido ao capital o mesmo acontece na percepção da realidade em nível global entre as nações, isto nos permite ultrapassar a análise do domínio de classe capitalista sobre a classe trabalhadora e esbarrarmos no domínio entre as nações, entre os países, ou mais claramente, do país que predomina mundialmente. O neoliberalismo não permitiu somente a classe capitalista restabelecer o seu poder de forma hegemônica. Ele contribuiu também para que os Estados Unidos fortalecessem seu poder de nação imperialista dominante.

Existiram no passado as mais variadas formas de imperialismo¹⁷, porém, o imperialismo que se aplica hoje adquire condicionalidades especiais porque ele acontece numa lógica diferenciada onde predominam a lógica do mercado e da infundável acumulação capitalista. Como aponta Wood (2014, p.21) “O novo imperialismo se tornou o que é por ser a criatura do capitalismo, um sistema em que todos os atores econômicos – produtores e apropriadores– dependem do mercado para suas necessidades mais básicas”. A hegemonia estadunidense estava ameaçada. Seria necessária uma forte estratégia para que país pudesse se reconstituir enquanto único e incombustível poder hegemônico do capital. Pois, como é sabido:

O que torna a dominação de classe, ou o imperialismo, especificamente *capitalista* é a predominância da coerção econômica, que se distingue da coerção “extra econômica” – política, militar ou judicial – direta. Ainda assim, isso não quer dizer, de forma alguma, que o imperialismo capitalista possa abrir mão da força extra econômica. [...] mesmo nessa forma mais madura o imperialismo capitalista exige apoio extraeconômico. A força extra econômica é claramente essencial para a manutenção da coerção econômica em si. (WOOD, 2014, p.17). *Grifos do autor.*

¹⁷ Independente da época em que aconteceu ou acontecem o imperialismo e de que autores tratam sobre o tema, em todos os períodos e em todas as abordagens o seu fundamento era o mesmo: expandir o capitalismo e fazer com que ele seja imposto em nações onde este modo específico de produção ainda não detinha domínio. O imperialismo representa então a tentativa da implantação do modo de produção capitalista em todas as regiões do globo.

As políticas neoliberais eram então a alternativa mais adequada às necessidades da época. O neoliberalismo permitiu então não apenas a ascensão da fase financeirizada do capital como também a hegemonia da economia norte-americana no cenário mundial e este processo não ocorreu da noite para o dia, mas por meio de medidas econômicas e sociais que foram implantadas paulatinamente nas últimas três décadas.

A “riqueza americana” dos EUA de modo algum é advinda somente do seu território nacional. Muito pelo contrário do que se possa imaginar, o poder estadunidense é como um parasita visto que “uma fração grande e crescente da renda do capital norte-americano vem de fora [...]. Isso envolve não apenas relações de classe, mas também hierarquias imperiais, uma característica permanente do capitalismo” (DUMÉNIL; LEVY, 2014).

Em consonância com as transformações do capitalismo concorrencial para a fase imperialista, o Estado acaba por acompanhar o desenvolvimento do sistema e adquire funções mais relevantes principalmente no que condiz a manutenção do poder vigente. Não é por acaso que o sistema mundial vive amarrado a uma bomba relógio que pode explodir a qualquer momento, como nos alertou Mandel (1985, p.337):

O surgimento dos monopólios gerou uma tendência à superacumulação permanente nas metrópoles e a correspondente propensão a exportar capital e a dividir o mundo em domínios coloniais e esferas de influência sob o controle das potências imperialistas. Isso produziu um aumento substancial nas despesas com armamentos e o desenvolvimento do militarismo [...].

Numa sociedade onde as leis de mercado são determinantes, onde as relações entre os seres sociais perpassam as relações mercantis, onde a lógica financeira expandida via premissas neoliberais contribuem para manutenção da lógica capitalista, o poder hegemônico e imperialista adquire um fundamento extremamente econômico. Não apenas o poder de classe capitalista, mas também o poder imperial de nação imperialista que detém o poder são estabelecidos pela esfera econômica. De tal modo que:

[...] a potência capitalista avançada não pode se dar esse luxo, pois, ao mesmo tempo que é ameaçada pela concorrência, também precisa de seus mercados. Assim, as potências capitalistas hegemônicas são obrigadas a encontrar novos meios de controlar aliados sem que esses minem seu próprio poder econômico. (WOOD, 2014, p. 12).

Na verdade, o principal problema do capital em sua expansão imperial diz respeito aos Estados Nacionais. Visto que à medida que avança o império capitalista, ao

mesmo tempo em que este requer o apoio dos estados Nacionais, contudo, em certas ocasiões estes mesmos apresentam-se como empecilhos para extensão do domínio de poder. Assim, mesmo que o imperialismo tenha o objetivo de dominar nações alheias o poder do Estado nacional sempre foi fundamental:

O Estado-nação foi um instrumento indispensável no processo de difusão dos imperativos capitalistas, não somente por seu poder militar ter levado a força dominante do capital a todos os cantos do mundo, mas também por ter sido o veículo do capitalismo também na extremidade recebedora. (WOOD, 2014, p.29).

Este papel de bom anfitrião por parte dos Estados nações não apenas foi como continua sendo, fundamental para o desenvolvimento imperial capitalista. Neste quesito é importante destacar a importância da contribuição dos governos enquanto veiculadores dos objetivos capitalistas. Há de se salientar que as políticas neoliberais foram impostas e implementadas paulatinamente pelos diferentes representantes de governo dos Estados-nacionais.

Os interesses de uma nação hegemônica imperial nem sempre são condizentes com as vontades dos estados-nação e nesta direção, a situação torna-se bem mais dramática.

Extremamente significativa, sob esse aspecto, é a atitude assumida em relação à questão dos *interesses nacionais*. De um lado, sua legitimidade é afirmada pela força quando as questões em pauta afetam, direta ou indiretamente, os supostos interesses dos Estados Unidos, que não hesitam em usar as formas mais extremas de violência militar, ou a ameaça de tal violência, para impor ao resto do mundo suas decisões arbitrárias (MESZÁRÓS, 2003, p.100). *Grifos do autor*.

Os interesses dos Estados-nacionais em sua coletividade são obrigatoriamente impostos seja pelo consentimento ou pela coerção extraeconômica. A guerra propriamente dita, que o imperialismo estadunidense concebe enquanto aceitáveis em alguns momentos. Todas essas comprovações contribuem para velar o real objetivo imperial estadunidense de espriar o seu domínio econômico em nível planetário seja qual for o custo desta manobra.

Se analisarmos bem, o papel do Estado-nacional sempre foi fundamental e nunca deixará de ser. A sua importância se torna mais evidente no controle da força de trabalho explorada e nos movimentos reivindicatórios que surgem no interior das sociedades. Para conter a força de trabalho e minar os movimentos de classe explorada, o Estado reage para defender os objetivos do capital, seja através de legislações que criminalizam as greves e propiciam a regressão dos direitos sociais e trabalhistas ou ainda através dos aparelhos repressivos do Estado (a polícia, o exército e demais).

O Estado através dos governos vem desempenhando funções essenciais que vai enquadrando as nações e a força de trabalho às condicionalidades do capitalismo neoliberal que atua sob a lógica financeira. Além de tudo, o Estado atua diretamente por meio de sua função coerciva, e isto é palpável tanto para a lógica imperial quanto para a expansão e vigência do capitalismo no interior dos Estados nacionais (WOOD, 2014).

Nos momentos de crise, o Estado atua diretamente na economia, inclusive no socorro aos grandes bancos e instituições financeiras. Por meio de pacotes de salvamento os Bancos Centrais tornam-se os salvadores da Oligarquia financeira, mesmo que para isso este mesmo Estado tenha que se abster de suas funções sociais.

É claro, portanto, que o objetivo real do capital monopolista não é a “diminuição” do Estado, mas a diminuição das funções estatais *coesivas*, precisamente aquelas que respondem à satisfação de direitos sociais. Na verdade, ao proclamar a necessidade de um “Estado mínimo”, o que pretendem os monopólios e seus representantes nada mais é que um **Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital**. (BRAZ; NETTO, 2011, p.237 grifo dos autores).

Através das privatizações, o Estado transfere para o setor privado empresas estatais bastante rentáveis, tal fato, contribui para o fortalecimento dos monopólios capitalistas, visto que estas empresas são adquiridas por grupos capitalistas que detém o domínio de boa parte dos ramos empresariais contribuindo para a concentração de renda para um número cada vez mais reduzido de burgueses.

Operando na lógica de mercado, claramente que o capitalismo imperialista utiliza-se da exploração para levar adiante seu poder de acumulação e domínio. Que o capital realiza a subsunção do trabalhador a sua lógica isto já é fato consumado. Mas não basta apenas submeter o polo mais fraco da sociedade aos imperativos do capital é necessário que o seu poder e sua lógica predatória se estendam aos países mais vulneráveis tornando-os também o elo mais fraco da disputa do qual o a nação imperial retira proveito mesmo que de forma abertamente covarde e desproporcional.

As práticas imperialistas, do ponto de vista da lógica capitalista, referem-se tipicamente à exploração das condições geográficas desiguais sob as quais ocorre a acumulação do capital, aproveitando-se igualmente do que chamo de “assimetrias” inevitavelmente advindas das relações espaciais de troca. [...] A riqueza e o bem estar de territórios particulares aumentam à custa de outros territórios. (HARVEY, 2010, p.35).

Os Estados Unidos se mantêm enquanto potência hegemônica imperialista desde os finais da Segunda Grande Guerra Mundial. Como na sociedade capitalista predomina o

mercado o mais justo é que para alcançar o lugar de grande potência hegemônica um país deverá manter em suas mãos o controle e domínio do mercado mundial. Com o fim do conflito duas nações se encontravam em condições de assumir o controle da economia mundial – Estados Unidos e Grã Bretanha. Entre ambas a economia estadunidense encontrava-se estruturada e em condições de expansão o que já indicava a sua capacidade de tomar em suas mãos o controle econômico internacional.

Com o acordo de Breton Woods após uma série de medidas executadas pelo Governo norte-americano o dólar se manteve enquanto moeda mundial. Por sua vez, o acordo “foi também a resposta aos manifestos fracassos do gerenciamento econômico mundial durante as críticas décadas de 20 e 30” (MOFFITT, 1984, p.15).

Através das duas instituições financeiras criadas em Breton Woods – o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial – uma série de países adquiriram recursos financeiros para se reconstruir após a Segunda Guerra Mundial. Estes recursos foram adquiridos em dólares a juros flutuantes. Com a fase inicial da crise quando as taxas de juros se elevaram estes países devedores tiveram elevadas as suas dívidas com os Estados Unidos já que estas instituições estavam intimamente ligadas à economia e ao controle norte americano. Boa parte destas dívidas estão representadas em títulos do Tesouro estadunidense e à medida que a taxa de juros flutua de acordo com as necessidades de acumulação de renda do país, os juros da dívida das demais nações devedoras atingem níveis estelares o que torna uma missão quase impossível a estas nações a possibilidade de quitar com os encargos da dívida. Além de todo o exposto, os Estados Unidos utilizam-se de órgãos supranacionais¹⁸ para enquadrar ainda mais as nações subalternas aos seus domínios (WACHTEL, 1988).

Alguns pontos devem ser colocados a esta altura. Primeiro, o Estados Unidos se destacavam enquanto potência hegemônica antes mesmo, da vigência dos anos gloriosos. Segundo, este poder econômico de certa maneira foi mantido durante este momento o que não significou que a economia estadunidense não tivesse que dividir o espaço econômico com outros países que também vinham se destacando economicamente. Em terceiro lugar e talvez o mais importante, seria o fato de que a União Soviética ter se destacado economicamente. Isto representava tanto uma ameaça à hegemonia estadunidense quanto ao próprio capital. Era sem dúvida simplesmente inconcebível a aceitação de que um modo de produção alternativo ao capitalismo estivesse dando certo a tal ponto que num período futuro pudesse vir a ter

¹⁸ Estas instituições cumprem um papel fundamental da submissão dos países a lógica imperial bem como contribuem para que o neoliberalismo seja adotado por estes países. Mais á frente abordaremos de forma mais específica estes requisitos.

ampla aceitação pelo resto do mundo. Pois, no mundo do “socialismo real” o movimento operário vinha ganhando força já que desenvolvimento social e econômico avançavam. Tais fatos começaram há preocupar o mundo capitalista ocidental, pois:

Apesar de necessária no pós-guerra a tese da *coexistência pacífica* parece apresentar um problema de fundamento. O enorme crescimento experimentado pelo socialismo e pelo próprio movimento operário tanto durante quanto depois da Segunda Guerra Mundial parece alimentar a aposta na inevitabilidade do socialismo. (SILVA, 2013, p.131). *Grifos do autor.*

Esta ameaça era tão real que tanto os Estados Unidos como a União Soviética saíram vencedores da 2ª Guerra Mundial. Estes fizeram um pacto, uma guerra sem derramamento de sangue, a chamada “Guerra Fria”, onde as nações saíram numa disparada corrida armamentista tecnológica durante mesmo a vigência dos anos gloriosos. Enquanto os demais Estados se preocupavam em aplicar de alguma forma o Estado de bem-estar social, os Estados Unidos também investiam na sua disputa com a União Soviética:

A variante norte-americana era bem distinta. Nos Estados Unidos, onde quase não existia um estado de bem-estar do tipo europeu, a prioridade neoliberal era mais a competição militar com a união Soviética, concebida como uma estratégia para quebrar a economia soviética e, por esta via, derrubar o regime comunista na Rússia. (ANDERSON, 1995, p.12).

Como a economia estadunidense era extremamente forte, ela pôde sem o menor pudor investir em novas tecnologias bélicas já que:

Esse recurso a um Keynesianismo militar disfarçado, decisivo para uma recuperação das economias capitalistas da Europa ocidental e da América do Norte, não foi imitado. Somente os Estados Unidos, por causa de seu peso na economia mundial, podiam dar-se ao luxo do déficit massivo na balança de pagamentos que resultou de tal política. (ANDERSON, 1995, p. 12-13).

Tudo poderia ser aplicado e também tudo poderia vir a ter certo nível de aceitação menos a mínima possibilidade de o capitalismo sofrer qualquer ameaça de substituição de outro modo de sociabilidade no qual ele tivesse que estar em paridade de condições com a classe trabalhadora.

Contudo, o que demarca em especial o contexto da Guerra Fria é a mudança de estratégia da dominância imperial. Até a Guerra Fria momento em que o objetivo era impor o domínio de um modelo econômico – o capitalismo, os mecanismos utilizados para obter o domínio era via coerção extraeconômica – a guerra e o combate armado. Para sair vitorioso

desta disputa as vias utilizadas para imposição do domínio imperial dos Estados Unidos serão totalmente diferentes e que talvez tenha um poder de destruição tanto maior quanto a via de combate direto, a coerção econômica.

O conflito entre os Estados Unidos e a União Soviética nunca resultou em enfrentamento militar direto, mas ainda assim a Guerra Fria marcou uma transição importante no papel do poder militar imperial. Sem buscar expansão territorial direta, os Estados Unidos se tornaram a força militar mais poderosa do mundo, com uma economia altamente militarizada. Foi durante essa época que o propósito das potências militares se afastou decisivamente dos objetivos relativamente bem definidos de expansão imperial e rivalidade interimperialista para o objetivo genérico de policiar o mundo no interesse do capital (norte-americano). (WOOD, 2014, p.100).

Não apenas a extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas foi submetida ao domínio econômico estadunidense, como praticamente todos os países mundiais estão a mercê das vontades do poder dos EUA. No pós-crise de 1970, os Estados Unidos se ergueram muito mais fortes e dominante no cenário econômico mundial e talvez a nosso juízo, demore algumas décadas para que o seu poder hegemônico venha abaixo. Este domínio poderá perlongar à eternidade! Mas, uma mudança na dominância de nação talvez não pudesse indicar uma mudança no próprio modo de produção? Infelizmente não temos a capacidade de responder a esta pergunta e seremos obrigados a deixá-la a incomodar tanto os críticos quanto os adeptos do capital, porque mesmo que os indícios apontem para uma crise estrutural na era da Ideologia neoliberal, afirmar que o capitalismo estaria fadado ao seu próprio fim ou que talvez se renove sobre novas bases é um exercício de futurologia.

2.5 Guerra Fria: um contexto dinâmico e planejadamente estratégico

Tratando a Guerra Fria enquanto unicamente uma disputa tecnológica e bélica seria algo meramente superficial, já que a efetiva disputa seria entre distintos projetos societários, o Capitalismo de um lado e o Socialismo do outro.

Parece até mesmo repetitivo e insistente, mas é inevitável a recorrência ao pós Segunda Guerra Mundial, isto acontece é claro, devido ao fato de que esta fase capitalista nos fornece a todo o momento elementos que nos auxiliam na construção e compreensão da dinâmica constituída sob o modo de produção capitalista na segunda metade do século XX.

Saindo da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos representavam a potência capitalista mais forte economicamente, tinham uma tecnologia extremamente avançada para o

período. Como ainda o dólar paulatinamente libertava-se do “padrão ouro” para reinar livremente e de forma hegemônica como a verdadeira moeda mundial (MOFFITT, 1984).

Só havia um grande e perigoso problema: a União Soviética. Durante algumas décadas este modelo de sociedade que se organizava de forma contrária aos ditames capitalistas, apresentando grandioso avanço econômico. Os capitalistas não podiam fechar os olhos diante desta realidade: o Socialismo (HOBSBAWM, 1995).

A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas haviam conquistado consideráveis espaços territoriais no leste europeu. Estes domínios territoriais representavam não apenas conquista territorial como também um modo alternativo ao capital que estava sendo aceito e implantado em alguns países. Essa evolução inesperada da União Soviética além de surpreender os países capitalistas ameaçava o poder imperial capitalista estadunidense e a própria existência do modo de produção capitalista. Seria necessária uma forte estratégia para que o capitalismo saísse reinante e sem levantar nenhuma suspeita.

A saída foi criar uma espécie de pacto, um consenso entre as duas nações, Estados Unidos e União Soviética, a conhecida Guerra Fria. As duas superpotências saíram numa terrível investidura em armas nucleares¹⁹ que podiam acabar com nações inteiras em questão de segundos além de deixar resquícios para as populações futuras. A qualquer momento um dos países poderia decidir entrar em confronto e exterminarem o mundo. Economicamente a União Soviética caminhava em passos lentos, sua economia estava vulnerável, mas tecnologicamente estava à par de competição com os norte-americanos.

De fato, a situação mundial se tornou razoavelmente estável pouco depois da guerra, e permaneceu assim até meados da década de 1970, quando o sistema internacional e as unidades que o compunham entraram em outro período de extensa crise política e econômica. Até então, as duas superpotência aceitavam a divisão desigual do mundo, faziam todo esforço para resolver disputas de demarcação sem um choque aberto entre suas forças armadas que pudesse levar a uma guerra [...] (HOBSBAWM, 1995, p.225).

Em suma, a nosso juízo, a Guerra Fria não tinha outro objetivo senão minar o poder que a União Soviética vinha adquirindo. A disputa bélica entre os dois países possuía um ponto alvo por parte dos Estados Unidos: derrubar a economia soviética e seus planos de desenvolvimento que iriam contra aos desejos estadunidenses e ao mesmo tempo, deixar distante “a ideia de socialismo” fortalecendo os objetivos mercantis capitalistas.

¹⁹ Os Estados Unidos já haviam demonstrado o poder de destruição das armas nucleares com os ataques as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki. Se estas bombas nucleares já eram capazes de destruir um enorme contingente populacional além de deixar sequelas futuras, a situação se mostra bem mais agravante com os investimentos que as duas nações em questão – EUA e URSS – num esquizofrênico pacto de Guerra Fria.

Se o intuito era demonstrar que o capitalismo era bom e as experiências comunistas, muito ao contrário, eram exploratórias e levariam a humanidade ao retrocesso, seriam necessários então que se dessem os primeiros passos para que o mundo passasse literalmente por uma “lavagem cerebral” e assim pudessem ver o “comunismo” como um terror social.

Por outro lado, a crise²⁰, esta sim abala o sistema do capital, o que por sua vez, faz com que este tente de todas as maneiras possíveis postergar a sua eclosão, já que o fenômeno das crises são intrínsecas ao modo de produção capitalista. Exemplificando esta situação podemos lembrar que a grande Depressão de 1929 não tinha deixado boas lembranças para os que vivenciaram este período e o mundo capitalista se estarrecia com a menor possibilidade de retorno a depressão e não foi mais isto que as lideranças estadunidenses procuraram conter. As medidas adotadas pelas autoridades dos EUA e a aceitação da intervenção estatal na economia visavam evitar a ocorrência de uma nova crise mais profunda e aguda. Qualquer medida tomada de forma errada o capitalismo poderia estar imerso em complicações bem maiores. Pois, como resultado final da Segunda Guerra Mundial, tinha-se de um lado muitos países, especialmente os europeus, que estavam em condições miseráveis tanto social quanto economicamente:

[...] no fim da guerra os países beligerantes, com exceção dos EUA, haviam se tornado um campo de ruínas habitado pelo que pareciam aos americanos povos famintos, desesperados e provavelmente propensos à radicalização, mais que dispostos a ouvir o apelo da revolução social e de políticas econômicas incompatíveis com o sistema internacional de livre empresa, livre comércio e investimento [...] (HOBSBAWM, 1995, p.228).

Do outro, um sistema de países contrários à lógica capitalista vinham ganhando espaço e aceitação.

Além disso, o sistema internacional pré-guerra desmoronara, deixando os EUA diante de uma URSS enormemente fortalecida [...], cujo futuro político parecia bastante incerto – a não ser pelo fato de qualquer coisa que acontecesse nesse mundo explosivo e instável tinha maior probabilidade de enfraquecer o capitalismo e os EUA, e de fortalecer o poder que passara a existir pela e para revolução (HOBSBAWM, 1995, p.228).

O perigo comunista havia sido descoberto, bastaria agora buscar as armas certas para combatê-lo e exterminá-lo pela raiz. Se a classe trabalhadora nos países capitalistas

²⁰ Marx (1986) em sua abordagem sobre as crises afirma que estas são resultando das próprias tendências contraditórias que nascem no interior da sociedade capitalista e quanto mais este sistema se desenvolve mais ele estará propenso a ocorrências de fases críticas.

centrais obtiveram melhorias em suas condições de vida, ou seja, via lutas e protagonismo dos movimentos operários, isto foi possível porque era amplamente necessário ao capital esta concessão, assim justificava-se que o capitalismo teria sua face benevolente e que suas políticas econômicas e sociais eram perfeitas.

Nesta direção, é sabido que a Economia Política clássica cujas maiores expressões são Adam Smith e David Ricardo, defendiam que toda a riqueza social na sociedade burguesa grosso modo provinha do trabalho. No entanto, coube a Karl Marx o aperfeiçoamento teórico e científico da chamada teoria do valor trabalho. De tal modo que para a tradição teórica pautada na Teoria social de Marx defende que toda riqueza socialmente produzida é fruto da força viva de trabalho explorada pelo capitalista. É nas mãos desta mesma força de trabalho explorada pelo capital que a possibilidade de uma revolução societária está concentrada.

Não foi atoa que nos anos gloriosos o capital tentou “uma certa conciliação com o trabalho”. Segundo os pressupostos de Harvey (2010) um dos primeiros passos do capital e com extremo apoio do Estado foi a busca de uma aliança com a classe trabalhadora. Uma espécie de compromisso entre trabalho e capitalismo expresso no fordismo enquanto modelo de produção

[...]. O trabalho foi impelido e atraído a uma conciliação geral com o capital, com os salários associados a ganhos de produtividade (um modelo fordista considerado digno de emulação). Procurou-se obter o apoio da classe trabalhadora externa à política dos Estados Unidos em nome do anticomunismo e do auto-interesse econômico. (HARVEY, 2010, p.50).

A classe trabalhadora explorada começava a enxergar o capitalismo de forma diferente e passou a reivindicar seus direitos. Ou o capital virava o jogo e concedia certas melhorias ou então o seu domínio estaria fadado a sérios problemas que o levariam ao fracasso.

As políticas de bem estar, a elevação do consumo e dos salários, as leis trabalhistas, enfim, todos estes benefícios concedidos para a classe trabalhadora foram tentativas de minar o seu poder contestatório. A nosso juízo, percebe-se que por um determinado período de tempo nos países capitalistas centrais os direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora foram significativos. De tal modo que a Ideologia de desenvolvimento social e igualitário do capital conseguiu hegemonizar pelo consenso a sua dominação.

Não é por acaso que os Estados Unidos colocaram a suposta “liberdade” como principal premissa, defendendo com unhas e dentes a lógica do capital. Não bastou apenas o domínio do espaço econômico. Este país precisava se colocar enquanto o modelo ideal de

sociedade, impulsionando uma concepção de sociedade pautada no *American way of life*²¹, o modo de vida americano. Por quase todas as nações capitalistas do globo, a forma de sociabilidade a ser seguida deveria ser a do modelo estadunidense.

Os Estados Unidos investiram pesado em infraestrutura e em áreas sociais além de implantarem filiais de grandes empresas estadunidenses em países estrangeiros já com seus mercados estabelecidos. Foi neste momento que os oligopólios capitalistas estadunidenses – mas não apenas estes – tiveram forte expansão em nível global, tudo isto no intuito de levar a imagem de um capitalismo que permite o desenvolvimento econômico com equidade social e enfraquecer por inteiro os ideais comunistas:

[...] O investimento externo direto era carregado para a Europa, levando os europeus a ficar obcecados com a contenção daquilo que Servan-Schreiber denominou “o desafio americano”. Em troca, contudo, os Estados Unidos abriram seu mercado a outros países e proporcionaram uma demanda efetiva de produtos da Europa e do Japão. Por todo o mundo capitalista houve um forte crescimento. A acumulação do capital seguiu o mesmo ritmo por meio da “reprodução expandida”. Os lucros eram reinvestidos tanto no crescimento como em novas tecnologias, capital fixo e amplas melhorias infra-estruturais (HARVEY, 2010, p.54).

Sejam quais forem às vias, os Estados Unidos conseguiram alcançar seus objetivos mesmo que com isso a economia global tenha sido submergida numa imensa crise estrutural entre fins dos anos 60 e início da década de 1970. A União Soviética não conseguiu se sustentar diante da pressão a qual foi imposta visto que sua economia não se sustentava diante de pesados investimentos em armamentos beligerantes. O regime socialista entrou em colapso e o modelo de “Estado social democrático” foi colocado a baixo.

Não foi tão fácil eliminar o poderio tecnológico Soviético e tampouco foi a Guerra Fria que conseguiu a extinção da URSS. Os EUA não assumem abertamente, mas utilizaram - se do seu poder econômico - principal estratégia de dominação do capitalismo em sua fase moderna - para minar o oponente. Os Estadunidenses não atiravam para todos os lados, eles conheciam bem o território e as condições do inimigo e se não podiam combatê-lo de outra forma utilizaram-se da fragilidade econômica da União Soviética para colocá-la a baixo.

[...] não foi o confronto hostil com o capitalismo e seu superpoder que solapou o socialismo. Foi mais a combinação dos seus próprios defeitos econômicos, cada vez mais evidentes e paralisantes, e a acelerada invasão a economia socialista pela muito mais dinâmica, avançada e dominante economia capitalista mundial. [...] Foi a interação da economia do tipo soviético com a economia mundial capitalista, a partir da década de 1960 que tornou o socialismo vulnerável. (HOBSBAWM, 1995, p. 247-248).

²¹ Foi nesta época em que a cultura americana se espalhou: os filmes, a moda, as marcas, as empresas, os estilos musicais. Enfim, a cultura americana foi adotada principalmente pelos países capitalistas menos desenvolvidos.

A União Soviética internamente tinha um modo de organização planejado e totalmente diferente do modo especificamente capitalista de produção. Contudo, no plano externo era obrigado a se impor aos imperativos competitivos de mercado impostos pelo capitalismo mundial. Seria pouco provável que a URSS conseguisse se sustentar no plano interno submetido a imperativos totalmente contrários a sua forma de organização econômica e social.

Mesmo que alguns acreditem que tenha existido nesta fase um consenso entre as classes capitalista e trabalhadora numa observação mais profunda isto nunca existiu. Em suma, no nosso entendimento, o que houve foi apenas uma tentativa bem sucedida de alienar a classe trabalhadora e afastar o perigo do comunismo ou de qualquer outra forma de sociabilidade mais equânime.

Contudo, as consequências do modelo capitalista de acumulação do pós-guerra de cunho keynesiano e fordista davam sinais de esgotamento. Cujo mal maior, seria a adoção da Ideologia neoliberal. As consequências políticas da Guerra Fria foram as mais trágicas, com a chegada de Margaret Thatcher ao poder na Inglaterra e Ronald Reagan nos Estados Unidos sinalizaram o fim de qualquer forma de Estado democrático que prezasse pelo bem estar social. De acordo com Anderson (1995, p.14):

O que demonstravam essas experiências era a hegemonia alcançada pelo neoliberalismo como ideologia. No início, somente governos explicitamente de direita radical se atreveram a por em prática políticas neoliberais; depois, qualquer governo, inclusive os que se autoproclamavam e se acreditavam de esquerda, podia rivalizar com eles em zelo neoliberal. O neoliberalismo havia começado tomando a social-democracia como sua inimiga central, em países de capitalismo avançado, [...]. Depois, os governos social-democratas se mostraram os mais resolutos em aplicar políticas neoliberais.

O que o capitalismo não aceita e nunca aceitara é que em algum momento de sua história evolutiva terá que conceder algum espaço democrático que dê voz e vez a classe trabalhadora. A crise em que mergulhara foi uma demonstração das próprias contradições que se constroem no interior do sistema capitalista e foi esta crise em questão que abriu caminho para que o neoliberalismo se espraiasse por todo território mundial e que os Estados Unidos se reafirmassem enquanto poder imperial (WOOD, 2014).

No final das contas em decorrência do colapso da década de 1970 dois eram os caminhos alternativos. Um consistia em manter as políticas até então imperantes que consistiam na vigência de um Estado social democrático e do planejamento estratégico da economia e do outro lado os defensores das liberdades e que batiam na tecla de que a

intervenção estatal estava infelizmente atrapalhando o desenvolvimento econômico. O Estado deveria ser neutro e pouco interferir na economia, caberia ao mercado dar o norte tanto ao desenvolvimento econômico como social. Em definidas contas, muitas já eram as barreiras colocadas para o desenvolvimento do capital e estas deveriam o quanto antes ser eliminadas.

O que se via durante o efervescente crescimento dos movimentos sociais e a possibilidade de ascensão da social democracia e da ameaça do socialismo era a possibilidade de que no lugar de um capitalismo selvagem que age de acordo com suas determinações, nascesse não um novo capitalismo, porém um capitalismo renovado em que a classe trabalhadora fosse considerada ator social importante e suas requisições fossem atendidas, um capitalismo menos massacrante que prezasse pela melhoria das condições de vida do trabalhador.

A estas necessidades do capital nenhuma teoria encaixaria tão bem como a teoria neoliberal. Os neoliberais defendiam com unhas e dentes a liberdade de mercado e ojerizavam a intervenção estatal na economia.

O rótulo “neoliberal” marcava sua adesão aos princípios de livre mercado da economia neoclássica que emergira na segunda metade do século XIX [...]. A doutrina neoliberal opunha-se profundamente às teorias do Estado intervencionista, como as de John Maynard Keynes, que alçaram a proeminência nos anos 1930 em resposta à Grande Depressão (HARVEY, 2011, p. 15-16).

Historicamente, a Ideologia neoliberal ganhou primeiro os espaços universitários com Hayek e seus consortes no fim da década de 1940 em Mont Pèlerin. (ANDERSON, 1995). Contudo, apenas na década de 1970 efetivamente, a Ideologia Neoliberal passou a representar uma estratégia de contrarreforma do capital quando este viu seu poder ameaçado que além do estabelecimento do sua hegemonia permitiria ao capital reconstituir suas bases de acumulação e restabelecer suas taxas de lucro.

O novo liberalismo visava recompor o processo de acumulação e a retomada das altas taxas de lucro, através da adoção de várias medidas ortodoxo-recessivas: a) aumento do *exército industrial de reserva*, quebrando o sindicalismo e pressionando os salários para baixo; b) redução de impostos para as indústrias; c) diminuição com gastos sociais; d) abertura e desregulamentação das economias nacionais; e) desregulamentação e flexibilização das leis trabalhistas; f) restrições creditícias; g) elevação das taxas de juros; h) privatização das empresas públicas. (SILVA, 2013, p.141). *Grifos do autor.*

As premissas neoliberais extrapolaram suas funções econômicas e sociais cumprindo uma função ideológica essencial para manutenção do modo de produção

capitalista e que em muito contribuem para mascarar as contradições que surgem no interior deste sistema. Prezando pela liberdade individual, o neoliberalismo responsabiliza os próprios sujeitos sociais pela posição que estes ocupam bem como por sua condição de existência na sociabilidade burguesa, ou seja, se o indivíduo é pobre ou rico, se possui emprego ou está desempregado e assim por diante. Desta maneira os problemas sociais – o pauperismo, o desemprego, a fome e muitos outros – resultantes da própria dinâmica do sistema são tidos enquanto problemas individuais e cabe ao próprio indivíduo buscar maneiras de melhorar as suas condições de vida.

Com a individualização das mazelas sociais, o sistema capitalista obscurece as contradições do sistema social, da lei geral da acumulação capitalista que tende a cada vez mais expandir o número de pauperizados e miseráveis. Um exemplo disso verifica-se diante das elevadas taxas de desemprego. O sistema capitalista agora em sua fase neoliberal e financeirizada, incentiva “o empreendedorismo”, “o trabalho autônomo”, isto é, o capital enquanto relação social de produção transfere para o próprio trabalhador explorado a responsabilidade de encontrar alternativas de emprego, quando o mesmo capital destitui do trabalhador até mesmo a sua capacidade de vender a sua força de trabalho em troca de um salário.

Não é por acaso que o papel do Estado na atual dinâmica societária, mais do que nunca seja necessariamente funcional para o capital. Este sempre necessitou e continuara precisando da presença do Estado. O Estado não é um ente autônomo e isento da sociedade, ao contrário, o Estado esta inserido no interior das relações societárias e está a serviço da classe hegemônica burguesa (NETTO, 2011).

Uma função importante do Estado na “era neoliberal” é garantir através de leis, condições adequadas para que o capital continue explorando a força de trabalho nas condições que melhor se adequem a acumulação e reprodução ampliada do capital. Com a liberalização dos mercados, cabe aos Estados nacionais levar adiante e se adequarem as novas requisições do mercado mundial (HARVEY, 2010; NETTO, 2011; WOOD, 2014).

Neste processo os Estados nacionais atuam tanto na liberalização dos seus mercados ao capital estrangeiro quanto na elaboração e reforma das legislações trabalhistas adequando-as a constante flexibilização do capital. Os direitos trabalhistas fruto de muita luta por parte da classe trabalhadora estão retrocedendo de forma alarmante e visível.

Por isso, com base em Wood (2014) fica evidente que a Ideologia Neoliberal possibilitou ao modo de produção capitalista restabelecer seu poder hegemônico e significativamente colocar, os capitais financeiros, como principal ferramenta de valorização

do capital. Ao mesmo tempo, as estratégias de valorização na esfera das finanças se exacerbaram e, como consequência percebe-se a intensa exploração e intensificação do trabalho nas linhas de produção.

A valorização financeira hoje, mais do que nunca, necessita da precarização do trabalho como pré-condição para valorização do capital. Nesta direção, são necessárias políticas que permitam ao capital livrar-se do fardo da legislação trabalhista. Coube ao Estado executar esta tarefa, ou seja, garantir de um lado, a erosão dos direitos do trabalhador e do outro, contribuir com as necessidades de valorização e acumulação do capital.

2.6 O “Mundo Financeiro”: breves críticas ao processo de financeirização da riqueza

Nas últimas décadas o sistema capitalista mundial passou por uma série de transformações, o que permitiu que o sistema financeiro se tornasse o principal *locus* de valorização do capital. (CHESNAIS, 1995; 1996).

O capitalismo contemporâneo marcado pela financeirização da riqueza (Lapavitsas, 2009) conseguiu minar parte substantiva do poder dos trabalhadores na luta de classe. Em especial, concentrou o poder em suas mãos subordinando ainda mais os Estados nacionais enquanto seus prepostos (LAPAVITSAS, 2009; 2016).

Estas estratégias constituem-se em mecanismos que permitiram ao capital superar a sua fase crítica permitindo-o ter mais liberdade de ação no que tange as suas estratégias de valorização de capital sobreacumulado. Estes mecanismos tomam corpo numa série fatores que podem ser assim sintetizados:

[...] a implementação das reformas neoliberais - no centro e na periferia do sistema - como uma forma de elevar as taxas de mais valia e incentivar a retomada da lucratividade do capital; a exacerbção da transferência de recursos da periferia para o centro, que permitem impulsionar a dinâmica de acumulação nos principais países capitalistas; a expansão dos mercados, como forma de garantir novos espaços de realização/valorização para o capital sobranante, manifesta, por exemplo, na pressão por aprofundamento da abertura e liberalização do comércio mundial; a aceleração da rotação do capital, tanto na esfera produtiva quanto na circulação de mercadorias, o que propicia o aumento das taxas de lucro (CARCANHOLO, 2010, p.03).

Todos estes fatores contribuíram para que no pós-crise da década de 1970 as finanças que durante a vigência dos anos de ouro foram contidas, retornassem com força, isto é, o processo de financeirização modificou a estrutura social, política, produtiva e econômica de forma significativa:

Las tres décadas siguientes han sido testigo de una expansión sin precedentes de las actividades financieras, de un rápido crecimiento de los beneficios financieros, de la influencia de las relaciones financieras sobre la economía y la sociedad y del predominio de los intereses del sector financiero en la política económica (LAPAVITSAS, 2016, p.21).

Evidentemente que na fase atual do modo de produção capitalista, a forma: *capital portador de juros* ganhou enorme relevo e protagonismo. Na esteira de Marx (1984) esta forma de capital desenvolve-se devido ao fato de existir na sociedade burguesa capitalistas que possuem quantidade significativa de dinheiro ocioso, entesourado e, estes não aplicam os seus recursos monetários em processo produtivos. Muito pelo contrário, esta fração da classe capitalista se especializa em emprestar “esse dinheiro” para financiar a produção, neste caso, “o dinheiro [...] adquire, além do valor de uso adicional, a saber, o de funcionar como capital” (MARX, 1984).

Marx (1984), ainda chama atenção para a peculiaridade do capital portador de juros, que ao contrário das demais formas de mercadorias, ao invés de ser alienada é apenas cedida por determinado período para outro capitalista, o que lhe dá direito ao final de certo período, receber essa quantia acrescida de juros.

Contudo, no capitalismo contemporâneo tem-se a o desenvolvimento descontrolado do capital fictício. Tal forma de capital, na verdade, consiste num desdobramento do capital portador de juros. Ademais, o capital fictício, apesar de nascer do capital portador de juros, é algo completamente diverso. De forma contrária ao capital portador de juros, o desenvolvimento do capital fictício se dá totalmente fora da produção, ou seja, ele existe apenas na esfera da circulação.

A partir de Marx (1984) podemos observar o circuito do capital:

D – D – M (força de trabalho e meios de produção) P.... M’ – D’ – D’

Pelo qual: D (capital), M (meios de produção), P (produção), M’ (mercadoria acrescida de mais valia) e D’ (capital acrescido de mais valia). O primeiro D representa o capital emprestado que financia a produção e o último D’ este mesmo capital que retorna ao seu dono acrescido dos juros que por sua vez é parte do mais valor. Neste caso nota-se que o capital portador de juros D esta inserido no processo produtivo, porém não diretamente. Observando melhor, para o prestamista, o movimento do capital portador de juros, aparece da seguinte forma:

D – D’

Desta maneira, pouco importa ao prestamista como se empregou o capital cedido, a única coisa que o interessa é receber ao final do prazo estabelecido a quantia emprestada,

mais o juro que lhe cabe pelo empréstimo (uso do dinheiro emprestado). Na verdade, o juro esconde um segredo, isto é, ele é parte da mais valia gerada na produção. Para Marx (1984, p. 293):

No capital portador de juros, a relação-capital atinge sua forma mais alienada e mais fetichista. Temos aí: $D - D'$, dinheiro que gera mais dinheiro, valor que valoriza a si mesmo, sem processo que medeia os dois extremos. No capital comercial, $D - M - D'$, existe pelo menos a forma geral do movimento capitalista, embora se mantenha apenas na esfera da circulação, portanto o lucro aparece como mero lucro de alienação; mas ainda assim, apresenta-se como produto de uma relação social, e não como produto de uma mera coisa. [...] Na forma capital portador de juros isso aparece diretamente sem mediação pelo processo de produção e pelo processo de circulação.

Do que acabamos de expor, podemos sintetizar que: o capital portador de juros enquanto capital de empréstimos encarnado socialmente sob a forma de “mercadoria-dinheiro” tem a capacidade de se autovalorizar, ou seja, $D-D'$. Desconsidera-se todo o processo, no nível da aparência mais imediata, a forma dinheiro aparece enquanto ponto de partida e, paradoxalmente, também como o ponto de chegada. Contudo, o capital portador de juros, ainda permanece subordinado à produção e não exerce influência sobre esta. Neste caso as taxas de juro permanecem sendo estabelecidas pelo lucro que é obtido pelo capital produtivo.

Já com o capital fictício, a valorização acontece somente na circulação do capital, isto é, num espaço totalmente descolado da esfera produtiva, é capital já realizado que gera mais capital sem entrar na esfera da produção, ou seja: $D-D'$; $D'-D''$; $D''-D'''$; $D'''-D''''$; e assim sucessivamente. Neste caso o capital fictício não cumpre nenhuma funcionalidade no processo de produção.

É no processo de valorização $D - D'$, onde a riqueza se multiplica aparentemente sem a relação direta com a produção, é que se generaliza essa forma ainda mais mistificada, mais fetichizada do capital, o capital fictício. Se ele se difunde e assume importância ainda maior a partir das transações nos chamados mercados financeiros, locus central das crises capitalistas contemporâneas, então estaríamos diante de um quadro onde o capital fictício assume uma importância central, jamais presenciada na história do capitalismo (DOMINCZAK; SABADINI, 2013, p. 137).

Em suma, apesar de ser um resultado de desenvolvimento descontrolado do capital portador de juros, o capital fictício potencializa ainda mais o seu caráter fetichista. O capital fictício em nada contribui para a produção de mais-valia e aí se concentra a sua contradição: apesar de não estar inserido no processo de produção, o capital fictício necessita

incessantemente de mais valia, ele se alimenta do trabalho excedente gerado nas linhas de produção.

Cabe lembrar que o capital fictício apresenta-se no nível mais imediato da realidade social sob a forma de papeis (ações, títulos da dívida pública, produtos financeiros como derivativos etc.), ou seja, certificados de propriedade que dão direito a apropriação de um lucro futuro (parte de uma mais valia futura). Do ponto de vista imediato, o capital fictício não contribui em nada para a produção de valor e mais-valia, ele apenas se apropria (suga, drena) parte representativa da riqueza socialmente produzida.

O uso desenfreado do capital fictício inverte a lógica que permanecia sob o capital portador de juros, o desenvolvimento das formas²² de capital fictício acabam em submeter o capital produtivo às suas necessidades de valorização. Se antes era o lucro que determinava a taxa de juros. Agora é a necessidade de valorização do capital fictício que determina as taxas de juros a ser cobradas aos capitalistas produtivos (DOMINCZAK;SABADINI, 2013).

Do ponto de vista individual, o capital fictício se desenvolve de forma independente do capital produtivo, ele cria suas próprias estratégias e regras de acumulação, o que o faz aparecer para a sociedade enquanto um ente autônomo e totalmente descolado das relações sociais, como se o dinheiro tivesse a capacidade de se multiplicar de forma independente. Somente uma observação mais sistemática, atenta e acurada da realidade social, levando em conta, em termos heurísticos, as categorias de aparência e essência articuladas numa perspectiva teórica abarcada pelo conjunto da totalidade social, é que efetivamente nos possibilita desmistificar a noção superficial de entendimento sobre o *modus operandi* do capital fictício, enquanto capital autônomo e independente do desenvolvimento da esfera produtiva.

A relação entre a esfera financeira e o setor produtivo é mais próxima do que se aparenta ser, visto que as finanças não produzem valor. Todo valor produzido é advindo da utilização da força de trabalho posta em movimento pela forma do capital produtivo. (MARX, 1996). Diante desta realidade, para dar respostas satisfatórias a Oligarquia²³ financeira, os capitalistas que atuam na produção acabam por explorarem e substancialmente, superexplorar os trabalhadores, isto é, aumentar o máximo possível a riqueza socialmente produzida,

²²Encontramos, em Marx, três grandes formas de capital fictício, o capital bancário, a dívida pública e o capital acionário, [...]. Se a eles agregamos o atual mercado de derivativos, teremos, então, quase todo o capital fictício que impulsiona a acumulação de capital e forma o conjunto de capitais que comandam o processo de acumulação em geral e as formas particulares de gestão de unidades individuais de capital, nesta fase do capitalismo financeirizado (MARQUES; NAKATANI, 2009, p.31).

²³ Podemos definir oligarquia enquanto a manutenção e concentração de poder nas mãos de uma pequena minoria. Neste caso esta minoria estaria representada nos atores que atuam no espaço financeiro.

especialmente, o excedente produzido (mais-valia). Como já nos alerta Chesnais (1996, p.16-17):

Para a classe operária e as massas trabalhadoras, o que o capital tende restaurar é o regime do “tacão de ferro” [...]. A ascensão do capital financeiro foi seguida pelo ressurgimento de formas agressivas e brutais de procurar aumentar a produtividade do capital em nível microeconômico, a começar pela produtividade trabalho. Tal aumento baseia-se no recurso combinado às modalidades clássicas de apropriação da mais-valia, tanto absoluta como relativa, utilizadas sem nenhuma preocupação com as consequências para o nível de emprego, ou seja, o aumento brutal do desemprego, ou com os mecanismos viciosos da conjuntura ditada pelas altas taxas de juro.

2.6.1 Financeirização: Histórico e características essenciais

As análises sobre a financeirização são as mais variadas possíveis. Contudo, a nosso juízo, a compreensão das finanças e suas formas de valorização somente poderão ser efetivamente interpretadas se levarmos em consideração, na nossa análise, as transformações globais pelas quais passaram o sistema capitalista nas últimas décadas. A financeirização jamais poderá ser entendida enquanto “uma fuga do capital produtivo” para a esfera das finanças em busca de maiores retornos lucrativos. Na verdade, o processo de financeirização do capital representou transformações mais profundas que modificaram as relações sociais e econômicas num nível bem mais amplo. Houve muitas transformações no que tange ao desenvolvimento das empresas no capitalismo financeirizado (LAPAVITISAS, 2009).

Fica claro que a expansão do sistema financeiro é resultante de mudanças profundas que se desenvolveram nos países capitalistas centrais e que aos poucos se espalharam em direção às economias capitalistas menos desenvolvidas:

En primer lugar las empresas no financieras se han implicado cada vez más en procesos financieros entanto actores independientes, emprendiendo a menudo transacciones en el mercado financiero por cuentapropia. En segundo lugar, los bancos se han centrado en las transacciones en los mercados financieros abiertos, con el objetivo de obtener beneficios a través del comercio financiero en vez de hacer lo á través de la actividad crediticia. En tercer lugar, los individuos y los hogares han confiado cada vez más in el sistema financiero formal para facilitar su acceso a bienes e servicios esenciales como la vivienda, la educación, la sanidade e el transporte. El ahorro de los hogares y de los individuos también se há movlizado cada vez más a través del sistema financiero formal (LAPAVITSAS, 2016, p.22-23).

No que tange as empresas não financeiras ou indústrias, estas modificaram sua dinâmica. Ao contrário da primeira hegemonia financeira, na qual as indústrias recorriam aos bancos em busca de crédito para financiar seus investimentos, no capitalismo atual esta recorrência não é mais a mesma e te diminuído de forma drástica. No geral, hoje as empresas

se autofinanciam através de lucros retidos, isto quando elas mesmas não recorrem ao mercado financeiro por meio da emissão de títulos e ações - a atuação das empresas produtivas no mercado financeiro através da venda de ações tem contribuído para a exacerbação da exploração do trabalho.

Com referência nos estudos de Lapavitsas (2009) e (2016), a mudança na conduta dos bancos está totalmente relacionada à diminuição da busca por parte das indústrias ao crédito bancário. A partir da década de 1970 os bancos se financeirizaram em uma dupla direção, os lucros bancários advém tanto da sua própria atuação no mercado financeiro, como através da criação de linhas crédito, que são oferecidas para os trabalhadores e neste caso, a sua antiga função de disponibilização de crédito para as grandes empresas foi diminuída.

Neste sentido, ainda pautados nas análises de Lapavitsas (2009; 2016) percebe-se que a terceira mudança se refere mesmo a financeirização da classe trabalhadora. Como defende o neoliberalismo, o Estado capitalista vem se retirando cada vez mais das suas obrigações com a provisão social e neste quesito assiste-se a regressão dos direitos sociais e trabalhistas. Graças a esta abstenção do Estado os trabalhadores estão recorrendo cada vez mais aos bancos para financiar os seus custeios com saúde, educação, transporte público, previdência e moradia. Como na sociedade capitalista a lógica do capital impera sobre a lógica do bem estar social tudo deve ser passível de venda, tornado mercadoria. Sendo assim, é preciso dismantelar, precarizar os serviços públicos prestados a sociedade tornando-os mercadorias oferecidas pelo setor privado.

Ao mesmo tempo, graças às “oportunidades de investimento” propiciadas pelas finanças, os investidores institucionais vêm ganhando espaço de destaque no cenário financeiro mundial, isto somente foi possível graças a precarização dos serviços de aposentadoria e pensão oferecidos pelos Estados nacionais. As reformas realizadas pelo Estado tem permitido o dismantelamento dos direitos trabalhistas incluindo as aposentadorias o que faz com que boa parte dos trabalhadores recorra à previdência privada de onde os recursos são utilizados pelos investidores institucionais nos mercados financeiros. Em síntese:

As políticas de desregulamentação das transações financeiras e produtivas, a diminuição da proteção social, dentre outros, trouxeram ao setor privado uma grande parte da poupança das famílias, centralizadas sobre os fundos de aplicação financeira, sobre os fundos de pensão dos aposentados e os fundos de investimentos. Essa quantidade de capital monetário transita nas diversas praças financeiras do mundo a partir de sua conversão em capital fictício sob formas diferenciadas, dentre as quais a compra e venda de ações e títulos da dívida privada e pública. (SABADINI, 2011, p.251).

Esta retirada do Estado na provisão dos direitos sociais se deve à expansão da dívida pública – uma forma de capital fictício que se manifesta através dos títulos da dívida do Estado -: “A própria exigência de alta remuneração provoca consequências na política macroeconômica, com a transferência de riqueza para o pagamento dos serviços da dívida pública e a consequente redução dos gastos sociais”(SABADINI, 2011).

Grande parte das receitas do Estado são apropriadas pelos burgueses rentistas, ou melhor, o Estado canaliza para esta fração de classe (oligarquia parasitária) parte da riqueza que deveria garantir, o bem estar da sociedade. Sem maiores questionamentos, o que a financeirização tem permitido é o desenvolvimento desproporcional entre a esfera da produção - onde é gerada a mais valia - e a circulação o que acaba por tornar o capitalismo um sistema muito nocivo e especulativo. Ademais, o acentuado grau rentista e parasitário do capitalismo financeirizado contribui para processo de superexploração da força de trabalho não apenas nos países periféricos como queira Marini (2005) e sim, via de regra, para muitos países capitalistas do centro.

Pois, toda valorização que aparentemente é gerada na esfera das finanças, na verdade, é fruto do trabalho explorado pelo capital produtivo. As transformações sociais, econômicas e políticas que vêm ocorrendo desde fins da década de 1980, quando as políticas de cunho neoliberal começaram a ser adotadas pelos principais países capitalistas, não tinham outro intuito, senão reforçar o domínio do capital sobre o trabalho, independente da maneira que ele o faça e de quais as consequências que isso traga para a sociedade, especialmente, a classe trabalhadora.

2.7 O financiamento da pauperização: a classe trabalhadora na fase do capitalismo financeirizado de cunho neoliberal

No capitalismo contemporâneo, que considerado num período histórico pode ser situado dos anos de 1970 até os dias atuais tem apresentado uma maior expansão da esfera financeira e conseqüentemente uma retração dos investimentos na esfera produtiva. Este desenvolvimento da esfera financeira tem enquanto consequência a elevação dos índices de desemprego e na mesma via a precarização das condições de trabalho (TAVARES, 2004).

Quando se fala em trabalho precário a intenção não é somente relacionar a precariedade as condições insalubres e desumanas, do trabalho escravo que ainda permanece vivo anos depois de abolida a escravatura, além destas condições em que são colocadas para muitos as atividades laborais devemos acrescentar o trabalho terceirizado, a expansão do

setor de serviços e da informalidade, do trabalho exercido sem a cobertura de direitos. Claro que sem generalizações, nem sempre estas últimas modalidades são desenvolvidas em condições precárias, mas independente disso, a quase totalidade dos trabalhadores em nível mundial são dispostos a condições precárias de trabalho e mais que isso, esta condição de precariedade é fundamental para alimentar a esfera financeira. (TAVARES, 2004).

Com a crise de 1970 as mudanças ocorreram não somente nas formas de operação do capital que a partir de então tomaram a esfera das finanças enquanto *locus* de valorização, o setor produtivo também passou por intensas transformações pelas quais nos auxiliaram na compreensão das mudanças que ocorreram para o mundo do trabalho.

A produção em massa fordista tinha enquanto base para sua produção um imenso contingente de trabalhadores no chão de fábrica. Devido à crise e a conseqüente queda nas taxas de lucro o então modelo de organização do trabalho não mais respondia as exigências do capital produtivo e foi substituído pelo toyotismo (ohnoísmo), um modelo de organização do trabalho que nasceu no Japão e que devido a sua adequação a realidade de mercado da época, passou a ser adotado pelos principais países capitalistas (ANTUNES, 2007).

Com uma produção flexível o toyotismo se baseava na elaboração de produtos variados de acordo com as exigências do mercado.

Ele se fundamenta num padrão produtivo organizacional inspirado na experiência japonesa no pós-guerra e associado ao avanço tecnológico, resultado da introdução de técnicas e gestão da força de trabalho próprias da fase informacional, bem como da introdução ampliada dos computadores no processo produtivo e de serviços. Desenvolve-se em uma estrutura produtiva mais flexível, através da desconcentração produtiva, das redes de subcontratação (empresas terceirizadas), do trabalho em equipe, do salário flexível, das “células de produção”, dos “times de trabalho”, dos grupos “semiautônomos.”[...] O “trabalho polivalente”, “multifuncional”, “qualificado”, combinado com uma estrutura mais horizontalizada e integrada entre diversas empresas, inclusive nas empresas terceirizadas, tem como finalidade a redução do tempo de trabalho [...] na era da cumulação flexível e da ‘empresa enxuta’, são merecedoras de destaque as empresas que mantêm menor contingente de trabalhadores e, apesar disso, aumentam seus índices de produtividade. (DRUCK, 2015, p.22).

Nas fábricas concentravam-se o menor número de trabalhadores possível e com a máxima produtividade, executando as mais variadas funções, o trabalhador polivalente. Na defesa de uma empresa enxuta, parte dos processos de produção eram externalizados e transferidos para empresas terceirizadas. No interior da fábrica eram concentradas somente as etapas mais importantes do processo produtivo e as demais eram transferidas para as terceirizadas.

A estas novas necessidades de acumulação capitalista o ideário neoliberal preparou o terreno para o pleno desenvolvimento do capital libertando-o das amarras das legislações trabalhistas. Ao Estado não coube somente a atuação no âmbito macro e microeconômico, como também, nas legislações trabalhistas de forma a torná-las maleáveis e adequadas de acordo com as exigências de produção e de acumulação do capital. (ANTUNES, 2007; SOARES, 2008).

Se compararmos a classe trabalhadora dos dias de hoje, com esta mesma classe de décadas anteriores, ou seja, aquela que trabalha sob a égide das práticas do fordismo, será possível perceber a sua diferenciação, a nova morfologia do trabalho²⁴. A classe trabalhadora permanece a mesma classe trabalhadora que vende sua força de trabalho em troca de um salário para o capitalista o que a torna diferente são as variadas modalidades de trabalhadores que se enquadram nesta classe.

A grande quantidade de trabalhadores que ocupava as indústrias diminuiu drasticamente, o que significa que hoje, mais do que nunca, que a chamada classe trabalhadora não é apenas composta por trabalhadores industriais. Logicamente devido ao fato de que grande parte destes trabalhadores que foram dispensados das fábricas, se não estão desempregados, compõem o setor de serviços que se expandiu drasticamente após a crise de 1970, justamente porque com a redução do número dos operários do chão de fábrica estes trabalhadores dispensados não mais encontravam emprego no setor de produção. Afora o setor de serviços, se expandiu também os empregados terceirizados²⁵. Com a fragmentação dos processos de produção e sua designação a várias pequenas fábricas que cumprem em seu interior etapas deste processo de produção o número de trabalhadores terceirizados cresceu de forma significativa nos últimos anos (TAVARES, 2004).

Com a prédica da liberdade, do empregado que agora passa a ser o seu próprio patrão, expandem-se as mais variadas formas de trabalho autônomo:

O trabalho estável torna-se, então, (quase) virtual. Estamos vivenciando, portanto, a erosão do trabalho contratado e regulamentado, dominante no século XX, e vendo sua substituição pelas diversas formas de “empreendedorismo”, “cooperativismo”, “trabalho voluntário”, “trabalho atípico”. (ANTUNES, 2007, p.17).

O trabalho contratado foi substituído pelo trabalho autônomo, trabalho na maioria das vezes realizado sem a mínima cobertura dos direitos sociais e que tendem a se expandir

²⁴ ANTUNES, 2007.

²⁵ Ao referenciar a terceirização deve ficar claro que esta não engloba somente atividades de produção. Órgãos do Estado, de segurança, dentre outros também deverão ser incluídos na terceirização.

cada vez mais. Como diz Tavares (2004) em vez de intersticiais, de um setor, estas formas de trabalho se expandem de tal forma e pelo que tudo indica serão uma forma de trabalho essencial num futuro não muito distante.

Se o capital expulsa diariamente, um número cada vez maior de pessoas do mercado de trabalho fazendo-as compor o exército industrial de reserva, cabe a estas pessoas buscar novas alternativas de subsistência. O mercado informal de trabalho surge então enquanto estratégia de sobrevivência e, ao mesmo tempo, mascara a exploração do trabalho e a submissão ao capital (SOARES, 2008).

Na visão de Tavares (2004) o trabalho dito informal é totalmente submisso ao capital. Sobre a prédica da autonomia, estas formas de trabalho são totalmente submissas a lógica do capital e fontes inesgotáveis de mais valia. Esta forma de trabalho se adequou perfeitamente as estratégias de acumulação de capital. Em vez de intersticiais estas formas de trabalho tendem a se expandir no atual contexto capitalista. O trabalho informal cumpre uma dupla funcionalidade ao capital:

[...] tem-se apresentado como uma das alternativas de geração de ocupação e renda para um número cada vez maior de trabalhadores excluídos do mercado de trabalho formal. Por outro lado, verifica-se que a expansão do trabalho informal tem beneficiado o capital no que se refere à exploração do trabalho e à produção de mais valia de forma disfarçada. (SOARES, 2008, p. 10-11).

Ao mesmo tempo em que mascaram o índice de desemprego, o trabalho informal cumpre etapas do processo produtivo a baixo custo, pois são formas de exploração onde o capital está isento de arcar com os custos trabalhistas. Em muitas situações, os espaços pelo qual se desenvolvem as atividades informais são áreas improvisadas, fundos de quintal, espaços arranjados insalubres onde o trabalhador “autônomo” enfrenta longas jornadas de trabalho ininterruptas. São pais, mães, filhos, enfim, um número cada vez maior de pessoas submetidas a condições precárias de trabalho extremamente funcionais ao capital.

O trabalho industrial, produtivo, de forma alguma se extinguiu, o que aconteceu foi uma drástica redução do número de operários industriais graças a inserção de novas tecnologias como a microeletrônica nos processos de produção. Com o avanço da tecnologia boa parte dos trabalhadores foram substituídos por maquinários que aumentam a produtividade do trabalho, aos poucos que ainda permaneceram, são submetidos a intensificação do trabalho, a jornadas prolongadas e ininterruptas recebendo migalhas de salário.

Em sua nova fase mundializada como explicitou Chesnais (1996), ocorreu o desenvolvimento desproporcional da esfera das finanças quando comparada a esfera produtiva, investe-se mais no setor financeiro e cada vez menos em produção, mas no que diz respeito a lucros exige-se os mesmos retornos e com isso tem-se a exponenciação da exploração do trabalho no setor produtivo. Os ganhos especulativos são mais atraentes, com isso, cada vez menos capital é investido na produção. O mercado competitivo obriga as empresas a buscarem estratégias para minimizar os custos de produção para elevar suas taxas de lucro:

São os assalariados que sofrem fortemente o poder coercitivo e as normas de rentabilidade muito elevadas [...]. Face ao objetivo de maximização do valor acionário para responder às exigências dos mercados e à intensificação da concorrência, os dirigentes de empresas privilegiaram as medidas que encontram as “preferências” da coletividade dos investidores: redução dos custos por meio de um conjunto de demissões maciças, reestruturação dos grupos em torno dos segmentos com atividades mais rentáveis, programas recorrentes de recompra de ações e sobretudo de *downsizing* (diminuição de tamanho) e externalização das operações. (CHESNAIS, 2010, p. 162-163).

A liberalização e desregulamentação dos mercados permitiram ao capital extrapolar as barreiras dos seus Estados–nacionais e extrair a mais valia nas regiões do globo onde a força de trabalho se encontre mais fragilizada e precarizada. Chesnais (2010) reforça a ideia de que sem uma readaptação dos grupos e sem o aumento da exploração do trabalho os índices elevados de lucro em hipótese alguma poderiam ter sido alcançados. “É sobre as empresas que a produção e apropriação do valor e da mais valia repousam” (CHESNAIS, p. 2010).

Se o capital não consegue mais extrair ao máximo a mais valia no interior de suas nações de origem, ou, se a exploração do trabalho não retorna aos capitalistas enquanto taxas de lucro suficientemente satisfatórias, seja pela organização da classe trabalhadora, pelas legislações trabalhistas do país, pelo valor relativamente alto dos salários ou pelas próprias barreiras dos mercados internos, resta às empresas buscar meios de exploração do trabalho em outras regiões onde a força de trabalho esteja mais fragilizada (TAVARES, 2004; SOARES, 2008).

Durante os “trinta anos gloriosos”, o capital de certa maneira estava sendo controlado graças à ativa intervenção estatal nos moldes dos preceitos keynesianos. As legislações trabalhistas que vigoravam no período de alguma forma barravam o capital em relação à exploração do trabalho, mas na atual conjuntura, a “mundialização do capital”:

[...] exprime [...], o fato de estarmos dentro de um novo contexto de liberdade quase total do capital para se desenvolver e valorizar-se, deixando de submeter-se aos entraves e limitações que fora obrigado a aceitar [...]. Esse capitalismo liberto dos entraves que o limitaram durante 40 ou 50 anos não é, de forma alguma, um capitalismo “renovado”. Ele simplesmente reencontrou a capacidade de exprimir brutalmente os interesses de classe sobre os quais está fundado. (CHESNAIS, 1997; p. 08).

É perceptível que o capital mundializado está dotado de toda capacidade para moldar a sociedade aos seus desejos. Hoje, mais do que nunca, o capital afirma a sua posição hegemônica e coloca a exploração cada vez maior do trabalhador enquanto condição necessária para sua expansão.

Mesmo que a esfera financeira pareça valorizar por si mesma, ela esta em seu todo, imbricada ao setor produtivo. Como já foi abordado, as finanças não geram valor, toda riqueza social é fruto da extração da mais-valia nas linhas de produção. Graças à diminuição dos investimentos no setor produtivo tem-se uma diminuição da força de trabalho empregada em produção, mas exige-se a mesma produtividade dos poucos trabalhadores que ainda são mantidos empregados. (SOARES, 2008).

Assim no nível da aparência social, o que impera no século XXI não é a lei da valorização na esfera produtiva, mesmo que esta seja a essência da acumulação capitalista. No capitalismo financeirizado de cunho neoliberal é a lógica da especulação, da valorização do capital fictício quem impõe suas determinações para a produção capitalista. Como afirma Sabadini (2011, p.250):

[...] a lógica especulativa do capital ocupa um espaço maior no circuito capitalista. Como consequência, sua influencia sobre a organização, a gestão e sobre a reestruturação do mundo do trabalho é evidente, tanto do ponto de vista da composição e da relação controversa entre trabalhadores e acionistas, quanto no processo de reestruturação do trabalho com atividades produtivas mais flexíveis e mais diversificadas sempre a procura de aumento do tempo de trabalho excedente.

Toda riqueza produzida vem da exploração da força de trabalho (MARX, 1996). Isto quer dizer que para que esta riqueza se mantenha é fundamental que não somente exista o capital produtivo e que ele seja mantido sob o domínio do capital como também seja possível realizar alterações nestes sistemas para que esta riqueza seja mantida e se multiplique ainda mais. Todas as transformações que ocorreram e ocorrem nos processos de trabalho tem como único objetivo, aumentar ao máximo a extração de trabalho excedente.

Os grandes grupos empresariais como já abordou Lapavitsas (2009; 2016), estão atuando no mercado financeiro seja através da emissão de títulos ou ações e isto reflete na estrutura produtiva mais especificamente, na força de trabalho. Para compreendermos esta

acepção devemos destacar uma mudança na propriedade do capital nestas empresas, a separação entre propriedade e controle da empresa.

Quem detém a propriedade salvo em algumas situações, raramente está diretamente relacionado ao funcionamento cotidiano das empresas, eles somente exigem altos retornos de lucratividade. Numa empresa onde a propriedade é dividida em ações o lucro total é dividido entre os sócios onde cada um recebe um dividendo. Cada sócio exige um rendimento mensal baseado numa determinada taxa de juros e para atingir a taxa determinada efetua-se uma intensificação do trabalho na produção de forma a aumentar a produtividade do trabalho e oferecer o retorno exigido pelos sócios acionistas (LAPAVITSAS, 2009; 2016).

No que diz a emissão de títulos para o financiamento produtivo, o mecanismo utilizado é o mesmo. Para quitar com os juros adquiridos com a aquisição do financiamento, os capitalistas produtivos não tem alternativa, senão a intensificação do trabalho no chão de fábrica. O que se pode concluir ao final é que sob os auspícios do capitalismo financeirizado pautado na Ideologia neoliberal, verifica-se o avanço descontrolado do capital invadindo todos os espaços da sociedade. A concentração de capitais e a manutenção dos grandes impérios capitalistas contribuem para uma maior polarização da sociedade e consequentemente uma maior desigualdade social, a globalização da pobreza:

Independente das alegações da atual “globalização”, é impossível existir universalidade no mundo social sem *igualdade substantiva*. **Evidentemente, portanto, o sistema do capital, em todas as suas formas concebíveis ou historicamente conhecidas, é totalmente incompatível com suas próprias projeções [...] de universalidade globalizante.** E é enormemente mais incompatível com a única realização significativa da universalidade viável, capaz de harmonizar o desenvolvimento universal das forças produtivas com o desenvolvimento abrangente das capacidades e potencialidades dos indivíduos sociais livremente associados [...]. a *potencialidade* da tendência universalizante do capital, por sua vez se transforma na *realidade da alienação desumanizante e na reificação*. (MÉSZÁROS, 2011; p.86, *Grifos nosso*).

O que se quer afirmar é que dentro dos limites da sociedade burguesa será impossível conceber outra forma de *ethos* que não seja a sociabilidade imposta pelo capital. Apesar das renovadas estratégias de acumulação capitalista, a força de trabalho nesta ordem social, se mantém e sempre se manterá enquanto a única fonte de riqueza do capital.

No lugar da democracia tão defendida pelos neoliberais, tem-se um capitalismo ferrenho que não permite alternativa, a não ser a submissão a este modo de produzir, que reduz bilhões de seres humanos em simples mercadoria – a força de trabalho – e quanto mais isso ocorre, mais o trabalhador se desvaloriza, torna-se uma coisa desumana e totalmente descartável para o mundo do capital.

3 A ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS PRODUTIVOS NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: GÊNESE E DESDOBRAMENTOS

3.1 As metamorfoses do processo de valorização

Na sociedade regida pelos preceitos do modo de produção mercantil assiste-se à mercantilização e invasão pelo capital de todos os espaços da vida social. Desde que se firmou, o modo de produção do capital em sua forma desumanizadora de organização societária fundamenta-se na exploração da força viva de trabalho enquanto mola propulsora do seu processo de acumulação. Nas últimas décadas, o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, se por um lado vem dando visibilidade a um processo de desenvolvimento que traz melhorias para a humanidade, por outro, vem submetendo a força de trabalho a um processo intenso de precarização e a total submissão ao capital.

Neste capítulo serão discutidas as transformações que ocorreram nos processos de organização produtiva no modo de produção capitalista, ou seja, como o capital pode adequar as bases técnicas de produção às suas necessidades de acumulação via maior capacidade de extração de “trabalho excedente”. Para atingir este propósito partiremos de uma breve discussão sobre o trabalho, das transformações dos processos de trabalho a partir da manufatura até a introdução da microeletrônica, salientando que somente com a introdução desta última é que “aparentemente” o sistema capitalista libertou-se quase que de forma total da força viva de trabalho no interior das plantas produtivas.

Quase totalmente porque o modo de produção capitalista jamais se libertará por completo da força de trabalho humana e é aí que se concentra uma das suas mais gritantes contradições numa formação social que tem na exploração do trabalho a base para produção de riqueza. Ao mesmo tempo em que necessita desta força de trabalho tenta de todas as maneiras tornar-se independente dela através de inovações tecnológicas inseridas nos processos produtivos.

3.2 O trabalho nos moldes do capital: processo de trabalho e de valorização

Muitos são os debates que tratam sobre o “processo de trabalho” nos dias atuais e que desembocam em duas vertentes totalmente contrárias: de um lado, os que insistem em defender o fim da sociedade do trabalho como Anna Arendt, e do outro, os que defendem a

centralidade do trabalho na sociedade. Para os primeiros, o desenvolvimento das novas tecnologias na microeletrônica e da robótica, das formas de trabalho autônomo que eliminem a relação de classes entre empregado e patrão com o passar do tempo extinguirão a contradição entre o capital e o trabalho. Já para os do segundo grupo como Ricardo Antunes e Giovane Alves, mesmo com o avanço tecnológico o trabalho sempre foi continuará sendo central. Neste trabalho defenderemos a tese do segundo grupo que tem o trabalho enquanto atividade central no interior do modo de produção capitalista.

Para dar continuidade ao debate seria interessante partir do ponto chave que permitira uma melhor compreensão da dinâmica do capital e a razão fundamental sobre a qual se funda a sociedade burguesa: a exploração do trabalho. Parece até natural, mas de forma alguma a formação social na qual estamos inseridos nasceu tendo já pré-estabelecidas as suas condicionalidades e muito menos já tendo pré-determinadas as classes sociais fundamentais, a saber, os capitalistas que exploram e os trabalhadores que são explorados. Muito ao contrário, a constituição desta forma social foi resultado de um longo processo de expropriação.

A relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista se apoie sobre seus próprios pés, não apenas conserva aquela separação, mas a reproduz em escala sempre crescente. Portanto, o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação de trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados. (MARX, 1996, p. 340).

Ao se constituir enquanto tal foi fundamental que a maior parte da população tivesse expropriado de seus meios de produção. Esta separação entre o trabalhador e meios de produção seria uma necessidade, visto que mantendo a classe trabalhadora com a propriedade dos meios de garantir a sua subsistência, não seria possível a exploração de uma classe sobre a outra. A partir de Marx (1996) sobre o estudo da chamada acumulação primitiva, fica claro que esta exploração somente foi possível graças ao longo processo de expropriação sanguinária no qual a burguesia nascente tomou para si a posse dos meios de produção deixando para a classe proletária como única alternativa de sobrevivência sua força de trabalho²⁶.

Seria necessária a constituição de uma classe livre. Livre da propriedade dos meios de produção e que diferente dos escravos e dos servos feudais, tivessem a livre escolha em vender ou não a sua força de trabalho. O termo “livre” na realidade é condizente a uma

²⁶ Em sua análise Marx (1996) afirma que é a força de trabalho posta em movimento a produtora de toda riqueza social.

realidade em que o trabalhador, por não possuir os meios de prover sua própria subsistência não encontrava alternativa senão permitir-se ser explorado pelo capitalista em troca de um mísero salário para que possa sobreviver. Foi graças a esta separação entre a propriedade dos meios de produção nas mãos do capital e a desapropriação dos meios de subsistência dos trabalhadores que permitiram ao capitalista exercer o controle, a supervisão sobre os processos de trabalho.

O trabalho em si, independe do modo de produção capitalista, isto quer dizer ele existe há milhares de anos antes mesmo da constituição da sociedade do capital, mas é sobre este modo de produção que o trabalho adquire uma nova determinação, o de ser produtor de riqueza, de acumulação de capital, de produtor de mais valia²⁷, o lucro do capital.

Em sua essência o homem se desenvolveu por meio do trabalho, uma atividade pela qual a humanidade e a natureza se interagem. Na verdade, o homem modifica a natureza, como também se modifica. Tudo isso orientado para a satisfação de suas necessidades. Diferente dos animais, conforme Marx (1996), o homem possui inteligência, a capacidade de reflexão e antes de executar suas tarefas ele a concebe de forma preliminar em sua consciência. Em suma como nos diz Marx (1996, p.297-298):

[...] o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. [...] Pressupomos o trabalho numa forma que pertence exclusivamente ao homem [...]. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, , na matéria natural o seu objetivo [...]. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é exigida a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção durante todo o tempo de trabalho [...].

²⁷Como já é sabido o que se objetiva no modo de produção capitalista - ao ser observado o ciclo D-M-D' - é a produção de mercadorias para que ao final do processo de produção possa ser obtido mais dinheiro do que investido no começo. Para iniciar processo produtivo o capitalista investe na aquisição de meios de produção (máquinas, equipamentos e instalações) e força de trabalho. Os meios de produção em si não geram valor, eles apenas transferem valor para as mercadorias. O ponto chave do modo de produção capitalista está numa mercadoria peculiar: a força de trabalho. Ao contratar o trabalhador o capitalista paga o equivalente ao seu valor - que está representado no salário -ele poderá usufruir de todo seu valor de uso. Ao ser incorporado no processo de produção a força de trabalho tem a capacidade de gerar um valor bem maior do que o seu valor de custo, ou seja, um valor bem maior do que seu próprio salário. Logo, ao contratar o trabalhador e pagá-lo ao equivalente do seu valor de troca o capitalista poderá usufruir todo o seu valor de uso. Durante uma jornada de trabalho tem-se o tempo de trabalho necessário - tempo este em que o trabalhador produz ele mesmo o referente ao seu trabalho -, e o tempo de trabalho excedente onde o trabalhador produz uma quantidade de valores que ultrapassam o valor representado no seu salário e que é apropriado privadamente pelo capitalista. É justamente neste tempo de trabalho excedente que o capitalista retira seu lucro e sobre o qual se fundamenta o modo de produção capitalista.

A partir do momento em que o trabalho torna-se a fonte de criação do valor, ele passa a ser redimensionado para integrar o modo de produção capitalista. De tal modo que ele perde a sua dimensão criativa e libertadora tornando-se uma atividade alienante e não prazerosa como observou Marx nos manuscritos econômicos e filosóficos de 1844.

Com base em Marx (1996), este movimento de alienação do trabalho acontece quando o trabalho é inserido ao modo de produção capitalista. O processo de produção nos moldes do capital como é defendido por Marx, é constituído por dois procedimentos que parecem resumir-se em apenas um: o processo de trabalho e o processo de valorização. No processo de trabalho o fundamento é o próprio trabalho enquanto atividade criativa direcionada para a produção de valores de uso (produtos) numa interação direta entre o homem e a natureza. Esta forma de trabalho onde predomina o trabalho enquanto atividade artística e criativa, numa relação onde o homem humaniza a natureza para satisfação de suas necessidades é denominada de trabalho concreto.

Ainda conforme Marx (1996), no modo de produção capitalista o processo de criação de valores de uso torna-se ao mesmo tempo, processo de valorização do capital, quando a produção é destinada a produção de valores carregados de valor de troca que serão dispostos para comercialização no mercado. O trabalho aqui é subordinado ao capital, torna-se trabalho abstrato que perde a sua essência enquanto trabalho criativo e libertador das qualidades humanas. No processo de valorização a relação entre homem e natureza não é mais direta, ela é mediada pelos instrumentos de trabalho²⁸.

Não é por acaso que o trabalhador livre é obrigado a vender a sua mercadoria força de trabalho para o capital em troca de um salário, a força de trabalho em si torna-se então uma mercadoria como as demais. Toda mercadoria para que seja passível de venda deverá conter uma utilidade, um valor de uso e para que seja comercializada esta mesma deverá apresentar um valor, um valor de troca. Pois bem, a mercadoria força de trabalho apresenta estas duas características um valor de uso e um valor de troca.

O valor de uso da mercadoria força de trabalho somente é percebido quando esta é posta em movimento para a produção de valores, ou seja, o seu valor de uso é a sua capacidade de trabalho, da transformação de matérias primas em produtos, em mercadorias comercializáveis. Quando o trabalhador vende sua força de trabalho ao capital em troca de um salário até mesmo o seu tempo de trabalho passa a ser de posse do capitalista assim como as instalações e todo o maquinário.

²⁸ Com o avanço do capitalismo estes instrumentos de trabalho vão se tornando cada vez mais uma aplicação tecnológica da ciência.

[...] na troca, o trabalhador não entrega ao capitalista a sua capacidade para o trabalho. O trabalhador a retém, e o capitalista só pode obter vantagem na barganha se fixar o trabalhador no trabalho. Compreende-se claramente que os efeitos valiosos ou produtos do trabalho pertencem ao capitalista. O que o trabalhador vende e o que o capitalista compra *não é uma quantidade contratada de trabalho, mas a força para trabalhar por um período contratado de tempo.* (BRAVERMAN, 1980, p. 56-Grifos do autor).

O trabalhador cede sua força de trabalho ao capital em troca de um salário e a sua capacidade de trabalho agora pertence ao capitalista. O processo de trabalho capitalista é iniciado numa mera relação mercantil, como nos esclarece Braverman (1980, p.55): “com um contrato ou acordo que estabelece as condições da venda da força de trabalho pelo trabalhador e sua compra pelo empregador”.

A condição de ser vendedor de sua força de trabalho não é uma mera vontade do trabalhador, ele não escolheu entre ser trabalhador ou capitalista, na realidade o homem trabalhador é imposto e submetido a lógica de exploração do modo de produção capitalista:

O trabalhador faz o contrato de trabalho porque as condições sociais não lhe dão outra alternativa para ganhar a vida. O empregador, por outro lado, é o possuidor de uma unidade do capital que ele se esforça em ampliar e para isso converte parte dele em salários. Desse modo põe-se a funcionar o processo de trabalho, o qual embora seja em geral um processo para valores úteis tornou-se agora especificamente um processo para a expansão do capital, para criação de um lucro. (BRAVERMAN, 1980, p. 55-56).

Mas o valor que esta força de trabalho quando posta em movimento é capaz de criar é muito maior do que seu valor de troca, cria uma riqueza infinitamente maior do que lhe é paga

[...] o capitalista não procede a nenhum roubo ou furto ao contratar o trabalhador [...]. Entretanto, durante a jornada, a força de trabalho produz mais valor que o valor requerido para tal reprodução; é desse valor excedente (a mais valia) que o capitalista se apropria sem nenhuma despesa ou custo. (BRAZ; NETTO, 2011, p.116).

O valor de uma mercadoria é estabelecido pelo tempo socialmente necessário para sua produção, e assim também é com o valor da força de trabalho. Uma jornada completa de trabalho engloba o tempo de trabalho necessário na qual o trabalhador produz o seu salário e o tempo de trabalho excedente. O tempo de trabalho não pago que é apropriado pelo capitalista onde se concentra o lucro, o objetivo do capitalista. É este tempo de trabalho não pago que o capitalista tenta ampliar a qualquer custo.

A mais-valia se realiza na circulação, mas ela se engendra na esfera da produção. É então da força de trabalho explorada nos ramos produtivos que provém toda riqueza social. Quando o capitalista contrata a força de trabalho ele não faz isso por mero acaso, ele quer perpetuar seu capital, aumentar seu lucro, sua produção de mais valor, por isso no momento de circulação quando contrata a força de trabalho ele não troca equivalente por equivalente, ao contratar o trabalhador ele paga uma quantia em salário pelo seu valor de troca mas o seu valor de uso excede o seu valor de troca.

O mais-valor, conseqüentemente, jamais pode brotar do equivalente; portanto, tampouco pode brotar originariamente da circulação; tem de brotar do próprio processo de produção do capital. A coisa também pode ser expressa da seguinte maneira: se o trabalhador precisa de somente meia jornada de trabalho para viver uma jornada inteira, então só precisa trabalhar meia jornada para perpetuar sua existência como trabalhador. A segunda metade da jornada de trabalho é trabalho forçado, trabalho excedente. O que aparece do ponto de vista do capital como mais-valor, aparece do ponto de vista do trabalhador exatamente como mais trabalho acima de sua necessidade como trabalhador. [...] O grande papel histórico do capital é o de criar esse trabalho excedente, [...]. (MARX, 2011, p. 255). *Grifos do autor.*

Se trocasse equivalente por equivalente ele estaria dando continuidade a fase de acumulação primitiva e de forma alguma o objetivo capitalista da reprodução em escala ampliada estaria sendo seguido. O trabalhador em seu cotidiano de trabalho não consegue enxergar a contradição entre o capital e o trabalho. Ele nem de longe percebe que é de suas mãos que é proveniente toda riqueza social e mais, que esta riqueza produzida por ele não pode ser apropriada para si, isto é, quem tem direito de apropriar-se da riqueza socialmente produzida é o capitalista, nesta relação:

[...] o capital compra como trabalho vivo, como força produtiva universal da riqueza; a atividade que aumenta a riqueza. É claro, portanto, que o trabalhador não pode *enriquecer* por meio dessa troca [...]. Ao contrário, ele tem mais de empobrecer, [...] porque a força criativa de seu trabalho se estabelece perante ele como a força do capital, como *poder estranho*. Ele aliena o trabalho como força produtiva da riqueza; o capital apropria-se dele enquanto tal. (MARX, 2011, p. 240).

Na sociedade capitalista o processo de trabalho se torna então um meio para a produção de riqueza e a medida que avança o sistema mercantil os processos de trabalho precisam sofrer transformações para que cada vez mais riqueza possa ser produzida. Marx conseguiu perceber que somente o trabalho é capaz de incorporar valor sendo assim, para uma empresa capitalista a pessoa do trabalhador não importa o que importa é somente a sua capacidade de trabalho, a sua capacidade de produzir riquezas novas, a capacidade de trabalho, a produção de riqueza que faz com que o capitalista se interessa pela força de

trabalho é típico do capitalismo a busca fugaz e insaciável de aumentar a produtividade do trabalho:

O que distingue a força de trabalho humano é, portanto, não sua capacidade de produzir um excedente, mas seu caráter inteligente e proposital, que lhe dá infinita adaptabilidade e que produz as condições sociais e culturais para ampliar sua própria produtividade, de modo que seu produto excedente pode ser continuamente ampliado. Do ponto de vista do capitalista, esta potencialidade multilateral dos seres humanos na sociedade é a base sobre a qual efetua-se a ampliação do seu capital. (BRAVERMAN, 1980, p. 58).

É justamente esta capacidade de aumentar cada vez mais o excedente do trabalho humano que interessa ao capitalista e é por sua vez a fonte de todo lucro do capital e que possibilita uma maior acumulação de valores monetários o que nos permite apreender que todas as transformações que ocorreram nos processos de trabalho desde a simples forma de cooperação do trabalho até a introdução da microeletrônica não tiveram outro fundamento a não ser o aumento da produtividade do trabalho. Assim, podemos afirmar que todo desenvolvimento tecnológico não apresenta nada mais do que uma necessidade do próprio capitalismo.

3.3 Forças produtivas: o desenvolvimento do controle sobre o trabalho

Transformar a humanidade trabalhadora numa mera mercadoria força de trabalho, em um simples fator de produção como apenas um instrumento operado pelo capital, é um processo incessante e interminável. (BRAVERMAN, 1980).

Insistimos em colocar que o trabalho é a fonte de toda riqueza social e se o capitalista não pode se libertar dela resta-o então precarizá-la, subsumi-la a sua sede de acumulação, buscar de todas as maneiras aumentar o tempo de trabalho não pago e reduzir o tempo de trabalho necessário.

No modo de produção capitalista o processo de trabalho toma outra dimensão que não mais a produção de valores de uso, mas de valores de uso carregados de valor de troca. O processo de trabalho só interessa ao capitalista na medida em que se transforma em processo de valorização, pois é no processo de valorização que se tem a produção de mais-valia (trabalho excedente). Sendo assim, o controle sobre os processos de trabalho torna-se central para o capitalista, visto que é por meio deste controle, que se tem a possibilidade de incremento da mais-valia. De tal forma que: a adequação do trabalhador as necessidades do

modo de produção capitalista sempre foi um imperativo para que o sistema do capital pudesse se desenvolver.

Dissemos que a jornada de trabalho é dividida em tempo de trabalho necessário - tempo de trabalho onde o trabalhador produz o referente ao seu salário - e tempo de trabalho excedente, o tempo de trabalho não pago onde é produzido o mais valor que sustenta a acumulação de capital. Se é então no tempo de trabalho excedente que é produzido a mais-valia e que interessa ao capitalista enquanto processo de valorização o objetivo não é outro senão a expansão do tempo de trabalho excedente e reduzir na mesma via o tempo de trabalho necessário. Parece intrigante, mas como aumentar o tempo de trabalho excedente com a redução do trabalho necessário, fazer com que o trabalhador produza a mesma quantidade e até por vezes maior do que a quantidade de mercadorias produzidas anteriormente? Nas palavras de Marx (2013, p.389-390):

[...] É preciso, portanto, que ocorra uma revolução nas condições de produção de seu trabalho, isto é, em seu modo de produção e, assim, no próprio processo de trabalho. Por elevação da força produtiva do trabalho entendemos precisamente uma alteração no processo de trabalho por meio da qual o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma mercadoria é reduzido, de modo que uma quantidade menor de trabalho é dotada da força para produzir uma quantidade maior de valores de uso. [...] Para aumentar a produtividade do trabalho, reduzir o valor da força de trabalho por meio da elevação da força produtiva do trabalho e, assim, encurtar parte da jornada de trabalho necessária para a reprodução desse valor, ele tem de revolucionar as condições técnicas e sociais do processo de trabalho, portanto, revolucionar o próprio modo de produção.

Sobre este ponto de vista, todas as transformações ocorridas nos processos de trabalho no interior das plantas produtivas têm enquanto propósito possibilitar ao capitalista uma maior produção de mercadorias e sendo a força de trabalho a produtora de riqueza o controle sobre o processo de trabalho torna-se a principal intenção do capital para consequentemente aumentar a sua produtividade.

Este sentido estritamente técnico de encarar a organização do trabalho foi incorporado pelo modo de produção capitalista e submetido aos interesses de classe aí envolvidos, especialmente após as primeiras revoluções industriais, do século XVIII em diante. Desde então, a organização do trabalho foi elevada a categoria de matéria do conhecimento a ser conquistada com base na luta política e econômica explícita entre o empresariado (classe proprietária dos meios de produção e compradora de força de trabalho) e os trabalhadores (classe social expropriada nesse processo e cuja existência atual exige vender sua capacidade e trabalho em troca de salários). (PINTO, 2013, p.16-17).

Nas mãos do capitalista, a possibilidade de controle dos processos de trabalho acabaram por se tornar a mais poderosa ferramenta de domínio sobre o trabalhador e este, por

sua vez, tenta a todo momento manter em suas mãos o conhecimento sobre os processos de trabalho. Ao final, fica claro que o desenvolvimento dos controles sobre os processos produtivos transformaram-se em mecanismos de manejo do capital para potencializar a exploração sobre o conjunto dos trabalhadores.

3.4 Breves considerações sobre a evolução dos processos de trabalho no modo de produção capitalista

Tornando-se o processo de trabalho um processo de autovalorização do capital o desenvolvimento dos processos de trabalho sob o controle do capital não foram nada mais que maneiras de expandir as potencialidades de acumulação e de valorização. Para melhor analisar este processo, tomaremos enquanto base a análise da cooperação, manufatura e da grande indústria não como processos isolados, mas como etapas interligadas de continuidade de adaptação dos processos de trabalho as necessidades de contínua valorização do capital.

3.4.1 A organização do trabalho através da Cooperação

Se partirmos da cooperação simples momento no qual o capital deu seus primeiros passos para adequar os processos produtivos as suas necessidades, desde que o trabalho tornou-se a base da sociedade capitalista a organização dos processos de trabalho se constituíram enquanto fundamentais para a produção de mercadorias. A partir do momento que o capitalista concentra num espaço certa quantidade de trabalhadores para juntos produzirem mercadorias de forma previamente esquematizada possibilitou ao capital o aumento da produtividade bem como uma maior apropriação de trabalho excedente.

A cooperação por si, já era existente em sociedades pré-capitalistas e aproveitando-se da força produtiva que o trabalho cooperativo é capaz de fornecer, o capital apropria-se da cooperação do trabalho e a torna a base de sua produção. Um trabalhador exercendo sua atividade de trabalho de forma isolada apresenta uma produtividade bem mais reduzida se compararmos com um número maior de trabalhadores exercendo a mesma atividade. Adam Smith em sua obra: *A riqueza das nações* já havia refletido sobre como a cooperação elevava a produtividade do trabalho. A cooperação é a representação explícita do trabalho social combinado, das forças de trabalho humanas que ao serem reunidas num espaço por um único capitalista é capaz de gerar tornando-se a partir daí a força produtiva social pertencente ao capital.

[...] a produção capitalista só começa, de fato, quando o mesmo capital individual emprega simultaneamente um número maior de trabalhadores, quando, portanto, o processo de trabalho aumenta seu volume e fornece produtos numa escala quantitativa maior que antes. A atividade de um número maior de trabalhadores, ao mesmo tempo e no mesmo lugar, [...], para a produção do mesmo tipo de mercadoria, sob o comando do mesmo capitalista, tal é histórica e conceitualmente o ponto de partida da produção capitalista. (MARX, 2013, p. 397).

Apontando as vantagens da cooperação simples podemos levantar que, colocados num mesmo espaço, os desvios de tempo que variam se comparados os diferentes trabalhadores acaba por serem compensados quando um esquadrão de trabalhadores é empregado para exercer uma determinada atividade o que segundo Marx faz surgir à medida do tempo de trabalho social. O capitalista somente pode fazer uso da cooperação do trabalho graças ao processo de expropriação.

Somente despossuídos das possibilidades de manter a sua própria subsistência, os trabalhadores seriam então obrigados a vender suas forças de trabalho para sobreviverem. A cooperação simples demarcou a fase inicial da produção capitalista, mas esta ainda se concentrava numa base técnica de trabalho artesanal²⁹. Nesta forma de organização, o trabalhador requer um elevado grau de qualificação para o trabalho e assim o controle sobre os processos produtivos ainda permanecem sobre o poder do artesão e é justamente este saber do trabalhador, a sua habilidade que o capital tenta a todo momento extrair.

As atividades de trabalho exercidas durante a cooperação simples eram em seu todo, baseadas na experiência, o que indica que para a aprendizagem de determinado ofício era requerido um longo período e no geral eram tarefas basicamente empíricas que permeavam apenas o âmbito familiar e eram passadas de pai para filho.

Claro que não com as mesmas características de séculos atrás, a cooperação permanece sendo à base dos processos de trabalho até os dias atuais. Esta forma de organização simples do trabalho como defende Marx (2013) não é eliminada, esta se insere em processos de trabalho mais desenvolvidos.

3.4.2 O processo de trabalho via Manufatura

A cooperação simples foi apenas o ponto de partida do modo de produção capitalista, a base produtiva sobre a qual esta se concentrava era demasiado estreita e seria

²⁹ Sobre trabalho artesanal Moraes Neto (1987) realiza uma rica definição. O trabalho artesanal é uma atividade de trabalho que consegue concentrar concepção e a execução do processo de trabalho: trata-se de uma manifestação, a um só tempo da criatividade (“criação artística”) e habilidade (“especial habilidade artesanal”) do homem. Essa união entre concepção e execução em uma mesma pessoa permite o artesanato ganhar frequentemente um *status* de trabalho “perfeitamente humano”, ou seja, de processo de trabalho perfeitamente ajustado à criatividade e habilidade humanas (MORAES NETO, 1987, p.20).

necessária uma mudança relativamente profunda neste modo de produzir. A manufatura sem dúvida foi um avanço, porém não revolucionou o modo de produzir a ponto de retirar do trabalhador, o saber. Ao contrário, a manufatura foi “um mecanismo de produção, cujos órgãos são seres humanos” (MARX, 2013, p.413). Isto indica que o trabalho artesanal continua sendo à base do processo de trabalho.

O que a manufatura inaugurou foi a divisão das tarefas, o parcelamento do processo de trabalho. Agora na manufatura, ao invés de um único trabalhador (artesão) executar todo o processo na produção de uma determinada mercadoria, o processo é dividido em funções pré-estabelecidas. É deste parcelamento do processo e trabalho, que nascerá futuramente, o trabalhador parcial desqualificado. O trabalhador não domina todo o processo de trabalho, ele cumpre apenas algumas etapas do processo de produção.

[...] é desde logo claro que um trabalhador que executa uma mesma operação simples durante toda a sua vida transforma seu corpo inteiro num órgão automaticamente unilateral dessa operação e, conseqüentemente, precisa de menos tempo para executá-la do que o artesão que executa alternadamente toda uma serie de operações. [...] Por isso, em comparação com o ofício autônomo, produz-se mais em menos tempo, ou força produtiva do trabalhador é aumentada (MARX, 2013, p. 414).

O trabalhador torna-se agora um autômato vivo e é de onde se parte a captura do saber do trabalhador - este tem a sua dimensão intelectual reduzida - a busca do capital para capturar a esfera subjetiva do trabalho, o que a nosso juízo ancorados em Antunes (2007) somente vai acontecer com o toyotismo (ohnoísmo). Na manufatura, o trabalho coletivo é levado para um elevado estágio de desenvolvimento, já que se tem a diminuição do tempo de trabalho necessário para a produção de mercadorias. Mas, se olharmos o trabalhador individualmente, encontramos o empobrecimento de suas qualidades intelectuais, a diminuição de sua capacidade pensante, a perda da dimensão libertadora e criativa do ato laboral.

Sob a manufatura mais especificamente, a divisão manufatureira do trabalho obtém-se maior eficiência produtiva, o que contribui para o aumento da produtividade do trabalho, temos então, um certo “desenvolvimento” das forças produtivas do trabalho. Quando o processo de trabalho é parcelado, a atividade do trabalhador que executa uma única tarefa torna-se mais virtuosa, o trabalhador desenvolve habilidades pessoais e suas funções são desempenhadas num espaço de tempo relativamente menor. Na mesma via, um trabalhador que executa apenas uma atividade perde menos tempo com deslocamentos caso este fosse

responsável por várias etapas do processo de produção, neste sentido tem-se a eliminação dos tempos mortos no espaço de produção (ANTUNES, 2007; MORAES NETO, 2003).

Assim, como o próprio trabalhador se especializa numa determinada função, ao mesmo tempo as ferramentas de trabalho são melhoradas à medida que as atividades do trabalho vão se tornando específicas a apenas uma determinada função.

Com a divisão de tarefas a manufatura cria uma divisão hierárquica entre os trabalhadores. Trabalhadores que exercem funções mais complexas, e juntamente a esta camada de trabalhadores qualificados surge uma camada numerosa de trabalhadores que por cumprirem apenas simples funções acabam por se tornar trabalhadores desqualificados:

Juntamente com a gradação hierárquica, surge a simples separação dos trabalhadores em qualificados e não qualificados. Para estes últimos, os custos de aprendizagem desaparecem por completo, e para os primeiros esses custos são menores, em comparação com o artesão, devido a função simplificada. (MARX, 2013, p. 424).

A fragmentação das tarefas do processo de trabalho acaba por gerar uma divisão: trabalhadores qualificados e não qualificados e uma conseqüente diminuição do valor da força de trabalho. Ainda que o controle dos processos produtivos não esteja mais nas mãos dos trabalhadores, ou seja, processo de subsunção formal do trabalho ao capital, ainda assim, sua habilidade é predominante de forma que este possa em alguma medida controlar o processo produtivo. Contudo, com o advento da maquinaria, a subsunção do trabalho deixa de ser meramente formal e passa a ser real. (MARX, 1978). Com a maquinaria, o capital conseguiu adequar a sua base técnica de acordo com as suas condições de produção:

[...] a manufatura – não consegue realizar esse ajuste; a base material é demasiadamente estreita quando o processo de trabalho tem características manufatureiras, quando se fundamenta no trabalho manual do trabalhador parcial com sua ferramenta. [...] o processo de trabalho manufatureiro é necessariamente empírico, não é passível de análise científica; o aumento da produtividade é sempre restringido, portanto, pelo fato de o trabalho manter-se como trabalho manual. [...] há o problema da reprodução de uma força de trabalho que ainda detém conhecimentos, habilidades – os artífices da manufatura –, reprodução esta que está fora do controle do próprio capital no processo de aprendizagem [...]. (MORAES NETO, 2003, p.18-19).

Se o domínio dos processos de trabalho encontra-se ainda nas mãos do trabalhador, o capital permanece refém de suas habilidades e impossibilitado de exercer seu controle de forma mais despótica. Pois tanto a manufatura quanto a cooperação simples são formas capitalistas de organizar o processo produtivo em que o trabalhador ainda possuía certo grau de controle e comando.

Porém, com a maquinaria, a ciência começa a penetrar nos processos produtivos, as atividades do trabalho tornam-se meras etapas fragmentadas desprovidas da necessidade de um longo tempo para aprendizagem e o capital passa a partir daí a dominar o processo produtivo e adequá-lo as suas necessidades.

3.4.3 A organização dos processos produtivos adequadas ao capital: Maquinaria e Grande indústria

Moraes Neto (2003) aponta de forma clara o quão foi importante para o desenvolvimento do capital a utilização da maquinaria nos processos e trabalho. Com a máquina, o capital encontra a base técnica material adequada para a produção de mercadorias especificamente capitalista. Esta ideia pode ser reforçada com a seguinte passagem: “Na manufatura, o revolucionamento do modo de produção começa com a força de trabalho; na grande indústria, com o meio de trabalho” (MARX, 2013, p. 445).

Sem sombra de dúvidas, o desenvolvimento da maquinaria representou um grande salto para o desenvolvimento do capital e foi a partir daí que, o modo de produção especificamente capitalista, começa a se estabelecer e tornar-se de certa forma mais independente do domínio da força viva de trabalho dos processos de produção. A maquinaria demarcou o momento em que o capital impera de forma profunda nos processos de trabalho e submete de forma real o trabalhador, as condicionalidades impostas pelo modo capitalista de produzir.

As formas de organizar o trabalho que precederam a maquinaria apresentavam algumas limitações que somente foram superadas com a introdução da maquinaria o que nos permite dizer que a manufatura criou as condições para que a maquinaria pudesse se levantar. As ferramentas que eram o instrumento de trabalho do qual faziam uso os trabalhadores foram a partir de então integradas à maquinaria (MORAES NETO, 2003).

De tal modo que cabe aqui uma breve síntese deste processo. Uma máquina é constituída por três partes diferenciáveis, mas interconectadas que em conjunto formam a maquinaria, a saber, estas três partes são: a máquina motriz, a transmissão e a máquina-ferramenta. A máquina motriz é o mecanismo responsável por dar movimento a maquinaria, a força motora. O mecanismo de transmissão como o nome já diz, transmite o movimento para a máquina-ferramenta. O elemento fundamental que foi transformado e provocou grandes impactos no modo de organizar a produção foi a máquina-ferramenta, todavia, a grande

indústria somente se firmou quando conseguiu que a força motriz que movimenta todo o conjunto da maquinaria fosse produzida através da própria máquina (MARX, 2014).

Se antes era o homem quem empregava a máquina para executar as atividades do processo produtivo agora é a máquina que se responsabiliza por esta função. O trabalho humano passa a partir de então a ser substituído com toda perfeição pela máquina:

A máquina- ferramenta [...] executa com suas ferramentas as mesmas operações que antes o trabalhador executava com ferramentas semelhantes. [...] a partir do momento em que a ferramenta propriamente dita é transferida do homem para um mecanismo, surge uma máquina no lugar de uma mera ferramenta (MARX, 2013, p.448).

O processo produtivo torna-se um processo mecânico e o trabalhador é resumido a um apêndice da máquina. Se antes era o homem quem dominava a máquina agora é a máquina que domina o homem. O controle dos processos agora são tarefas da máquina. O trabalho morto³⁰ passa então a dominar o trabalho vivo, a máquina parece se tornar um “ser vivo” com vontade e decisão próprias. Na sociedade movida pelo capital, o desenvolvimento das forças produtivas não tem enquanto propósito libertar o homem da prisão e do sofrimento laboral, mas na realidade colocá-lo num processo degradante de desumanização, de precarização e alienação cada vez mais expoente do trabalho submetido ao controle do capital. Como nos alerta Braverman (1980, p.167-168):

A massa humana está submetida ao processo de trabalho para os fins daqueles que a controlam mais que para qualquer fim geral da “humanidade” como tal. Ao adquirir assim forma concreta, o controle humano sobre o processo do trabalho converte-se no seu contrario, e vem a ser o controle do processo de trabalho sobre massas de homens. A maquinaria entra no mundo não como serva da “humanidade”, mas como instrumento daqueles a quem a cumulação de capital proporciona a *propriedade* das máquinas. A capacidade humana para controlar o processo de trabalho mediante maquinaria é dimensionada pelo gerenciamento desde o início do capitalismo como *o meio principal pelo qual a produção pode ser controlada não pelo produtor imediato mas pelos proprietários e representantes do capital*. Assim, além de sua função técnica de aumentar a produtividade do trabalho - que seria uma característica da maquinaria em qualquer sistema social -, a maquinaria tem também no sistema capitalista a função de destituir a massa de trabalhadores de seu controle sobre o próprio trabalho. *Grifos do autor*.

³⁰ Para um melhor esclarecimento, baseando-se na própria análise marxista do trabalho, o trabalho morto refere-se ao trabalho passado que já teve realizada a mais valia. O trabalho morto não gera valor ele somente transfere seu valor para a mercadoria. Já o trabalho vivo é a própria força humana de trabalho, aquele que gera valores novos.

Fica clara então uma das contradições do sistema do capital, a incoerência entre desenvolvimento das forças produtivas³¹, um produto do trabalho humano, uma criação humana que se vira contra o seu criador. Comandado pelo capital, o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho [...] “não enriquecem o trabalhador, mas o capital; em consequência, só ampliam o poder que domina o trabalho; só multiplicam a força produtiva do capital”(MARX, 2011).

Se observarmos a manufatura, esta contribuiu imensamente para a introdução da maquinaria, visto que a manufatura já havia simplificado e dividido o processo produtivo em etapas e criado as ferramentas especiais que foram fundamentais para a grande indústria, uma vez que a maquinaria não é nada mais do que o uso combinado de vários instrumentos simples de trabalho.

A partir do argumento de Moraes Neto (2003) fica evidente que a maquinaria revolucionou os processos de trabalho através dos instrumentos de trabalho. O processo produtivo que antes era baseado na força de trabalho a partir de então toma o instrumento de trabalho enquanto fundamental. Pela primeira vez na história do desenvolvimento do modo de produção capitalista, o capital consegue se libertar do controle dos trabalhadores dos processos de produção. Os processos de trabalho tornam-se uma aplicação tecnológica da ciência. O ritmo da produção, a velocidade com que a mercadoria passa pelas etapas do processo produtivo não são mais estabelecidos pelo trabalhador, mas pela ciência, pela velocidade ditada pela máquina.

[...] a máquina surge da manufatura e a nega, arrancando o instrumento de trabalho das mãos do trabalhador e colocando-o em um mecanismo, fazendo com que o processo de produção seja agora uma aplicação tecnológica da ciência. [...] O trabalho humano intervém de vez em quando, o trabalho humano vigia, passa a ter funções absolutamente sem conteúdo; ocorre uma perda radical de conteúdo do trabalho vivo [...] (MORAES NETO, 2003, p. 19).

Se antes o trabalhador era o centro do processo produtivo, na grande indústria a máquina- ferramenta toma o seu lugar e torna-se o centro do processo. A matéria-prima percorre todo o processo sem a intervenção humana direta durante a produção. A grande indústria produz durante o seu desenvolvimento um enorme número de trabalhadores sem

³¹ De forma alguma o desenvolvimento da ciência e da tecnologia representam um retrocesso para a espécie humana, muito ao contrario, este desenvolvimento representa um grande salto para a humanidade. Não queremos dar nenhuma insinuação de que o desenvolvimento tecnológico e científico são ruins para a espécie humana porem sob o comando do capital, a partir do momento em que a ciência passou a ser utilizada pelo capital ela se tornou arma letal não apenas contra o trabalhador, mas contra a humanidade.

qualificação que executa no interior dos processos de produção apenas funções simples que requerem o mínimo de capacidade pensante.

O desenvolvimento tecnológico sempre se apresentou enquanto uma necessidade e conseqüentemente a aplicação tecnológica da ciência. Mas o sistema do capital somente conseguiu adequar a sua base técnica as condições de produção a partir do momento em que começou a produzir máquinas por meio de máquinas (MORAES NETO, 2003).

O desenvolvimento da maquinaria não teve enquanto fundamento a libertação do trabalhador da atividade laborativa massacrante, muito pelo contrário, a maquinaria foi a forma mais adequada encontrada pelo capital para a diminuição do tempo de trabalho necessário e expandir o tempo de trabalho excedente e como consequência uma extração cada vez maior de trabalho excedente, a subsunção real³² do trabalho ao capital.

3.5 Transição: da acumulação extensiva à intensiva

O fordismo foi um modelo de organização dos processos produtivos sob a égide capitalista adotado por Henry Ford em suas empresas de automóveis. Porém concentrar o estudo do fordismo apenas no âmbito produtivo não possibilita apreender as transformações que ocorreram à época. O fordismo foi muito mais do que isso e sua análise requer um olhar muito mais amplo e não apenas focalizado no âmbito da organização do processo produtivo. Lógico que o estudo da organização do trabalho sob o fordismo é central quando o assunto são os reflexos da organização laborativa sobre o trabalhador, porém, de forma alguma devemos parar por aqui visto que o fordismo representou um processo no qual o capital se apoderou de um forte aparato interventivo que foi desde o consentimento até de certa forma, a coerção da classe trabalhadora como um todo.

De forma mais abrangente, o fordismo foi um modelo de organização dos processos produtivos adotado em larga escala pelo modo de produção capitalista após a Segunda Guerra Mundial. Na concepção de Lipietz (1991), um modelo de desenvolvimento deve ser compreendido a partir da junção de três elementos: um modelo de organização do trabalho, um regime de acumulação e um modo de regulação. No que se refere à organização do trabalho, seriam as formas em que são organizados os processos de trabalho no interior das

³²A subsunção real do trabalho se dá a partir do momento em que a ciência e a tecnologia passam a ser utilizadas nos processos produtivos. Diferente da subsunção real quando um capitalista reúne num espaço os trabalhadores estes ainda mantêm em suas mãos o domínio dos processos produtivos. Com a subsunção real o trabalhador perde este domínio e o controle do processo troca de lugar e agora são as máquinas quem controla todas as tarefas.

fábricas durante o período em que este modelo de organização manter-se enquanto principal exemplo e organização não apenas no interior de uma única fábrica, mas no seu conjunto em geral.

O regime de acumulação corresponde um conjunto de leis efetivadas nos espaço socioeconômico, as condições de produção, bem como, o uso social desta produção que permite ao sistema capitalista caminhar durante um determinado período. Já o modo de regulação são instrumentos que permitem com que as contradições e os movimentos que vão contra o sistema sejam amenizados e se adequem as necessidades do modo de acumulação levados a cabo pelo modo de produção burguês.

Um regime de acumulação seria mais especificamente “o resultado macroeconômico do funcionamento do modo de regulação, com base num modelo de organização do trabalho. E é o “conjunto” que constitui um “modelo de desenvolvimento””. (LIPIETZ, 1991, p.28).

Sendo então o capitalismo um sistema que gira em torno de momentos de auge e decadência:

O andamento cíclico do modo de produção capitalista manifesta-se pela expansão e contração sucessivas da produção de mercadorias, e conseqüentemente da produção de mais valia. Corresponde a isso um movimento cíclico adicional de expansão e contração na realização de mais valia e na acumulação de capital [...]. Os movimentos ascendente e descendente da acumulação de capital no decorrer do ciclo econômico podem ser caracterizados da maneira apresentada a seguir. Num período de oscilação ascendente, há um acréscimo tanto na massa quanto na taxa de lucros, e um aumento tanto no volume quanto no ritmo de acumulação. Ao contrário, numa crise e no período subsequente de depressão, a massa e a taxa de lucros declinarão, e o mesmo acontecerá ao volume e ao ritmo da acumulação de capital. O ciclo econômico consiste, assim, na aceleração e desaceleração sucessivas da acumulação. (MANDEL, 1985, p. 75).

Uma crise não afeta somente o espaço do econômico. Ela afeta todo o movimento de valorização do capital. O objetivo do capital sempre foi se libertar da prescindibilidade da força viva de trabalho dos processos de produção, e é neste movimento que poderemos compreender a adoção do fordismo enquanto um modelo de organização do trabalho inserindo-se num contexto de transição do regime de acumulação extensivo³³ para o regime de acumulação intensivo.

³³Para definição de regime de acumulação extensivo e intensivo no interior dos processos de produção tomamos por base o trabalho de SOUZA JR. (1992). Este autor toma o fordismo enquanto um modelo de acumulação que se dá numa transição do regime de acumulação extensivo para o intensivo de acordo com as concepções de Aglietta. O regime de acumulação extensivo: se relaciona com o primeiro estágio e desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Isto é o crescimento do processo de acumulação se faz pela extensão tanto da jornada de trabalho, como pela incorporação crescente de trabalhadores ao processo produtivo, assim como pela

Inicialmente, poderíamos definir um regime de acumulação extensivo como sendo aquele em que o desenvolvimento das forças produtivas, da inserção de novas máquinas no interior dos processos produtivos é bastante lento e o aumento da produtividade se dá especificamente pela extensão das jornadas de trabalho (especialmente via aumento da mais-valia absoluta). No regime de acumulação intensivo as forças produtivas se encontram numa fase mais avançada e a produtividade do trabalho se dá via racionalização do trabalho (mais-valia relativa).

Em suma, enquanto o modelo de acumulação extensivo³⁴ permanecia em vigor:

[...] parte ainda considerável da reprodução social da força de trabalho ainda é de inteira responsabilidade da mesma. Longas jornadas de trabalho e baixos salários podem desta forma, garantir o processo continuado e acumulação capitalista. Em outras palavras, o padrão e consumo dos trabalhadores ainda é suplementado pela auto-produção, pelo auto consumo e pela família extensa. Ou ainda, a mercantilização da vida social ainda é incipiente. (SOUZA JÚNIOR, 1992, p.25).

Enquanto conseguia manter-se e responder as necessidades de acumulação do capital, este padrão de acumulação foi sustentado, mas logo algumas barreiras começaram a ser levantadas. Como neste padrão de produção a produtividade se dava via expansão e exploração da jornada trabalho, o operariado começa a se revoltar e a reivindicar melhorias nas condições de trabalho e maiores salários. Instaura uma crise no interior dos processos de trabalho.

A crise nos processos de trabalho perdura por todo o fim do século XIX momento em que o próprio movimento do capitalismo começa a instauração de modificações em sua estrutura de acumulação em nível internacional e que, por sua vez, já indicam o combate contra a classe trabalhadora.

O fato, porém seria muito mais delicado, a máxima intensificação do trabalho não era o bastante seriam necessárias novas formas de garantir a reprodução da força de trabalho explorada, novas formas de vida social condizentes as também novas formas de organização do trabalho. Foi neste movimento, que o modelo extensivo de regime de acumulação foi substituído pelo modelo intensivo representado no taylorismo/fordismo.

incorporação crescente de espaços para valorização. (SOUZA JR, 1992, p.23). Quando o regime de acumulação extensivo entra em decadência tem-se a ascensão do regime intensivo que se dá via intensificação do trabalho. Diferente do trabalhador do regime extensivo o trabalhador de agora terá a capacidade de produzir quantidades de valor relativamente maiores através da especialização de tarefas. Assim o trabalhador típico do fordismo será adaptado a produzir cada vez mais de forma constante e rotineira.

³⁴ O regime de acumulação extensivo vigorou até o final do século XIX.

3.5.1 Taylorismo e fordismo

Como foi abordado, o capital foi historicamente ajustando as suas bases materiais de acordo com as suas necessidades de acumulação (MORAES NETO,1998). Nesta seção serão estudadas as formas de organização do trabalho que foram implementadas no decorrer do século XX – o taylorismo, o fordismo e o toyotismo (ohnoísmo).

Segundo Moraes Neto (2003) estes modelos de organização dos processos produtivos são na realidade formas desenvolvidas de controle sobre o trabalho que Marx já havia apontado ao estudar o ciclo do capital produtivo do modo capitalista de produção em sua época. Nesta via buscaremos apontar se em sua essência estas formas de organizar a produção são inovadoras ou se na realidade são formas pré-capitalistas de organização produtiva resgatadas e melhoradas em um novo contexto em que a estratégia capitalista para desenvolver uma maior racionalização do trabalho e uma maior produtividade se concretiza.

Antes de dar seguimento ao trabalho seria importante colocar que o taylorismo, o fordismo e o toyotismo, que serão abordados um pouco à frente, foram formas de organização produtiva desenvolvidas no ramo de automóveis. Portanto, tais modelos de organização do trabalho se concentram na observação das indústrias de montagem metalomecânica (MORAES NETO, 1998).

Não foi então por acaso que este trinômio de organização do trabalho foi inserido na produção de automóveis, claro que de forma e condições sociais diferenciadas. Vale salientar também no que se refere à aplicação tecnológica da ciência, estas formas de organização não revolucionaram de forma radical o processo produtivo, tornando-o totalmente automatizado e independente do trabalho humano, o que somente foi possível com a automação microeletrônica (MORAES NETO, 1997,1998, 2003).

Todavia, tais modelos de organização causaram impactos em relação à racionalização do trabalho e o conseqüente aumento da produtividade. Como estes processos eram amplamente lastreados no trabalho vivo, e como o ser humano não é uma máquina, com o passar do tempo, os descontentamentos surgiram: sejam em greves ou em outras formas de manifestação diante da exploração massiva do trabalho e isto acontece devido ao fato do trabalho vivo ainda permanecer sendo a base principal do processo de trabalho.

Os processos de produção vão se transformando ao longo do tempo tanto no que diz respeito às novas técnicas inseridas nas linhas produtivas, como nas formas de organização do trabalho. Já falamos que o capitalista compra a mercadoria força de trabalho

em troca de um salário, mas ao comprar esta força de trabalho, ele não tem estabelecida uma quantidade de trabalho a ser empregada:

[...] o capitalista, ao pagar o salário, compra a *força de trabalho* e não uma quantidade predefinida de trabalho, resultado disso o seu caráter *variável*. Assim, levando em conta a *plasticidade* do trabalho, o objetivo constante de qualquer capitalista é extrair o máximo rendimento da força de trabalho que adquiriu. Por esse motivo a questão da subordinação e do controle sobre o processo de produção é elemento chave no desenvolvimento do capitalismo [...]. (LUCAS, 2011, p.10). *Grifos do autor*.

Voltando a cooperação, passando pela manufatura e maquinaria, o taylorismo e o fordismo são formas de organizar o processo produtivo que visam o máximo de racionalização do trabalho e elevar sua produtividade. Com esse pressuposto, Frederick Winslow Taylor, inaugurou uma nova forma de organização do trabalho entre os fins do século XIX e início do século XX (ANTUNES, 2007).

Taylor utilizou de sua própria experiência que obteve no chão de fábrica onde trabalhava. Funcionário dedicado, Taylor, por meio de observações percebeu que em uma jornada de trabalho o trabalhador poderia render muito mais. Isto se devia por um lado ao fato de que os trabalhadores detinham o conhecimento e controle do tempo das atividades e dominavam o processo produtivo.

Qual seria o desafio colocado para Taylor após um período de crise profunda? Aumentar as taxas de lucro da indústria, tendo como cerne da produtividade a força viva de trabalho? Mais uma vez o capital é colocado diante de um obstáculo. Restaria então, usar deste obstáculo a seu favor.

Taylor percebeu que o rendimento de cada trabalhador poderia ser duplicado se as tarefas no processo de produção fossem fragmentadas e se tornassem meras etapas inseridas num imenso processo. Ao mesmo tempo Taylor observou que no entremear de cada fase do processo industrial eram desperdiçadas enormes quantidades de tempo. Este desperdício não era apenas consequência de problemas relacionados às técnicas de produção- manutenção e troca dos equipamentos, locomoção no espaço fabril, etc. Os próprios trabalhadores com o passar do tempo passavam a desenvolver táticas que da mesma maneira propiciavam a estes manter o controle sobre o tempo de produção, permitiam também manter sob suas tutelas o conhecimento adquirindo além dos seus salários (ANTUNES, 2007).

Uma das críticas de Taylor a administração e a supervisão das empresas de seu tempo estariam em torno de que estas ao tentar ganhar o apoio dos seus funcionários com a concessão de benefícios, estariam agindo de forma estupidamente incorreta. Na realidade

todos os trabalhadores deveriam utilizar todos os seus esforços e habilidades para desempenhar suas funções no menor tempo possível, sem qualquer agradecimento por parte dos empregadores (BRAVERMAN, 1980).

Restou a Taylor dividir todo processo produtivo em etapas, eliminando ao máximo o desperdício de tempo³⁵. A divisão das tarefas consistia em tornar cada atividade passível de cronometragem possibilitando assim o controle de todos os tempos e movimentos do trabalhador. Cada movimento envolvido no processo era medido e desta forma nenhum minuto a mais poderia ser desperdiçado (ANTUNES, 2007; BRAVERMAN, 1980; MORAES NETO, 2003).

Com a fragmentação do processo de produção em simples etapas todas elas com tempo estipulado para execução, o trabalhador perde completamente qualquer possibilidade de domínio das atividades produtivas. Com todo processo dividido em etapas, perde-se a necessidade de manter no chão de fábrica o antigo trabalhador habilidoso que dificilmente perderia seu espaço.

A “máquina humana” não requer nenhuma capacidade de raciocínio - pelo contrário isto seria até ruim- basta apenas que execute suas mínimas funções no tempo certo e distante de qualquer questionamento. Toda forma de conhecimento possuído pelo trabalhador deveria ser utilizado unicamente no intuito de aumentar a capacidade produtiva da empresa.

Dão-se aqui, os primeiros passos da “separação” do trabalho manual e intelectual (BRAVERMAN, 1980). O capital se apropria não apenas da capacidade produtiva do operário. Ele vai além, e apodera-se de “todo saber do trabalhador” e coloca a serviço do modo de produção capitalista (ANTUNES, 2007).

No que faz referência ao processo produtivo o modo de produção capitalista busca constantemente a sua independência frente ao trabalho humano. Com o taylorismo que esta busca se afirma haja vista que com tal modelo de organização produtiva retira do trabalhador a sua capacidade pensante e o domínio do processo de trabalho tornando-o apenas uma extensão da máquina, um apêndice. Se na manufatura o artífice mantinha o controle da produção desde a preparação da matéria prima até os acabamentos finais, a partir de Taylor isso muda radicalmente. Com a divisão de tarefas, cada trabalhador se especializa em apenas uma única e exclusiva função. Dessa forma, a destreza adquirida no executar de cada atividade faz com que o trabalhador a exerça em uma quantidade de tempo cada vez menor e com uma perfeição quase que inquestionável (MORAES NETO, 1997, 1998, 2003).

³⁵ Taylor tomou o estudo do tempo enquanto principal ferramenta para organização do trabalho.

Colocamos anteriormente que diferente dos animais o homem se utiliza de sua inteligência e cria de forma preliminar em sua cabeça a atividade do trabalho antes de efetivá-la de forma concreta. É justamente este traço eminente do trabalho humano que permite a fragmentação entre a concepção e a execução do trabalho “*A unidade de concepção e execução pode ser dissolvida. A concepção pode ainda continuar a governar a execução, mas a ideia concebida por uma pessoa pode ser executada por outra*”. (BRAVERMAN, 1980, p.53 *Grifos do autor*). A capacidade de pensar o trabalho pode ser destinada a uma fração diferente da que executa as atividades laborais como se fossem separados o cérebro pensante e o corpo físico que apenas executa as atividades do trabalho.

Foi justamente por este traço do trabalho humano que Taylor colocou enquanto fundamental a separação entre a concepção e a execução do trabalho. Destinar as atividades de administração a um departamento especial da empresa. Ao homem trabalhador a atividade de pensar em nada contribuiria para aumentar a produtividade do trabalho, o ideal seria manter o trabalhador ignorante e sem qualquer mínimo conhecimento ou capacidade de raciocínio sobre os processos de trabalho. Caberia a administração o planejamento de todos os mecanismos de redução e controle dos tempos para depois colocá-los em prática:

[...] O resultado, evidentemente, é a possibilidade de empregar pessoas cujo conhecimento técnico e experiência não ultrapassem as exigências dos postos a serem ocupados e que, ademais, possam ser treinados num espaço de tempo muito menor que o requerido anteriormente. Deverão os trabalhadores cumprir tarefas diárias num tempo previamente determinado pela empresa, ficando a cargo desta última a definição, portanto, de todos os detalhes e, no caso de falhas, de sua rápida substituição, pois suas qualificações são predefinidas e estáticas (PINTO, 2013,p.32).

O taylorismo não revolucionou no que diz respeito à inovação das tecnologias de trabalho. O ponto chave esteve em desenvolver novas formas de organização do processo de trabalho com a utilização do trabalho vivo através da divisão dos processos produtivos.

Para Braverman (1980) este controle do trabalho aconteceria por meio do comando das decisões que deveriam ser tomadas durante o processo produtivo. Observado em profundidade com base num conjunto de estudos de Moraes Neto (1986; 1995; 1999), o taylorismo não foi nada mais do que uma rerepresentação, uma “reinvenção” da manufatura que Marx já havia destacado no século XIX.

Num capitalismo com certo grau de desenvolvimento Taylor de forma alguma faz uso da ciência. Muito ao contrário ele se utilizou de bases empíricas para organizar a

produção e isto é destacável visto que ele se vale da sua própria experiência no chão de fábrica para analisar os processos de trabalho.

Taylor não inovou tecnologicamente ele realizou modificações no fator subjetivo dos processos de trabalho. As ferramentas novamente são colocadas nas mãos dos trabalhadores e não em máquinas.

[...] mantém-se a ferramenta nas mãos do trabalhador e vai-se, isto sim, dizer a ele como deve utilizar essa ferramenta; ou seja, ao mesmo tempo que se mantém o trabalho vivo como a base do processo de trabalho, retira-se toda e qualquer autonomia do trabalhador que está utilizando a ferramenta. Essa é a idéia do taylorismo: é o controle de todos os passos do trabalho vivo, controle de todos os tempos e movimentos do trabalhador, claro que de forma necessariamente despótica. Em poucas palavras, a transformação do homem em máquina, e não utilização da máquina. Liberta-se o capital da habilidade dos trabalhadores, só que, em vez de fazê-lo introduzindo a máquina, busca-se objetivar o fator subjetivo, o trabalho vivo. (MORAES NETO, 2003, p. 21).

Neste caso, no taylorismo, o trabalhador não é substituído por uma máquina, mas o trabalhador é transformado numa máquina para executar tarefas determinadas durante a produção. Estes foram os principais pilares em que se ergueram o taylorismo e que sem sombra de dúvidas foram tomados de base para que o fordismo também se estabelecesse enquanto um modelo de organização do trabalho.

É de consenso em vários autores (BRAVERMAN, 1980; ANTUNES, 2007; MORAES NETO, 2003; GOUNET, 1999) que o fordismo na realidade não representa uma forma inovadora de organização da produção. Ele apenas é uma continuidade do taylorismo que teve associado novos traços e novas formas de controle sobre o trabalhador.

Na realidade, o fordismo manteve a forma de organização do trabalho taylorista só que agora ele a integra a mecanização através da esteira de montagem. A fase de concorrência acirrada em que se encontravam os capitalistas à época em questão, fez com que os industriais buscassem de forma incessante meios de reorganizar a produção com intuito de elevar as taxas lucrativas. Henry Ford sócio majoritário de uma fábrica de automóveis buscou a partir de então maneiras de elevar e qualificar a sua produção.

A ideia inicial de Ford e que o diferenciava de Taylor, era a de produzir um modelo de automóvel em grande quantidade para que fossem acessíveis a todas as classes sociais, desde os mais poderosos empresários até os operários. Enfim, a partir de Antunes (2007) basicamente o modelo de organização do trabalho em bases fordistas pautava-se numa

produção em massa³⁶ para um consumo de massa. Este processo não foi tão simples quanto parece e algumas limitações se apresentaram, de forma que até mesmo o poder institucional do Estado teve que estar aberto a mudanças para que este projeto pudesse ser implantado, como poderá ser visto adiante.

3.6 O fordismo propriamente dito: a massificação da produção

Quando a análise parte do interior do chão de fábrica, o que Ford pretendia era fazer do automóvel uma mercadoria acessível às massas. O custo de produção do carro até então era muito alto, com isso, somente as pessoas com elevado poder aquisitivo podiam adquiri-los. Com o preço tão alto seria extremamente difícil atingir um mercado consumidor satisfatório.

A escolha por esta alternativa foi tomada por acaso visto que as condições da época impulsionavam Ford à adoção de uma produção rígida. Por outro lado Ford tinha em mãos a produção de uma maravilhosa mercadoria que era desejada por todos e com um grande potencial de difusão: o automóvel (GOUNET,1999).

O maior desafio colocado para Henry Ford era o de produzir em massa com base em uma produção artesanal. Um dos limites colocados para ele foi a intercambialidade entre as peças. Numa produção artesanal as peças não eram padronizadas um dos motivos que levou Ford a optar pela padronização para a conexão entre as peças, visto que numa produção em massa seria muito mais fácil a utilização de peças padronizadas para facilitar a montagem em massa.

A genialidade de Ford esteve na padronização para que assim a produção atingisse níveis na casa dos milhares. Com uma alta produtividade, os custos produtivos seriam diminuídos. Por outro lado, com a queda dos custos de produção, a mercadoria automóvel poderia ser vendida por um valor bem mais baixo e com isso elevar o mercado consumidor.

Produzindo apenas um modelo, as máquinas³⁷ utilizadas poderiam ser adaptadas para produzirem peças padronizadas exclusivas a um único modelo - no caso do fordismo foi

³⁶ Deve ficar claro que a produção em massa não é uma invenção de Ford. Produzir em quantidades grandes é uma característica do próprio modo de produção capitalista. O que Ford fez foi produzir em massa um determinado tipo de mercadoria.

³⁷ Estas máquinas eram conhecidas como máquinas dedicadas, ou seja, adaptadas para a produção de peças específicas, padronizadas e conseqüentemente a produção não se concentraria numa produção flexível, mas uma produção rígida.

o modelo T. Com peças padronizadas, sem sombra de dúvidas seria muito mais fácil alcançar a produção massificada optando por um único modelo (GOUNET, 1999).

O fordismo não foi mais do que uma forma de organização do processo de trabalho baseado na reorganização do trabalho vivo no interior das plantas produtivas e não uma inovação produtiva que se baseou na inserção de um aparato tecnológico industrial, portanto, o que leva Moraes Neto (1991) a concluir que a produção rígida foi uma escolha e não uma imposição devido às condicionalidades da linha de montagem.

A linha de montagem fordista mais que o taylorismo não apenas massificou a produção do automóvel como também a de trabalhadores desqualificados. Como as tarefas eram extremamente simplificadas e não requisitava longo tempo para aprendizagem, um imenso contingente de trabalhadores sem qualificação ocupavam as linhas de montagem fordistas. Executando tarefas simples fundadas no trabalho parcelar que “procura fixar o homem num determinado posto de trabalho, fazendo, sempre que possível, “uma só coisa com um movimento”, a linha de montagem implica absorção maciça da mão de obra não qualificada”(MORAES NETO, 2003, p. 32).

É característica da indústria fordista, a verticalização da produção. Isso indica que todas as peças necessárias para a produção do automóvel desde as fases iniciais até o acabamento, eram confeccionadas no interior mesmo da fábrica. Somente em raras razões o recurso material era buscado nos estabelecimentos de autopeças. Com todo este aparato seria quase que impossível à introdução de uma produção mais flexível. As adaptações das máquinas para produzirem produtos variados significariam gastos elevadíssimos. O ideal então seria confeccionar modelos padrão por um longo espaço de tempo.

Numa sociedade baseada na produção de mercadorias, os objetivos de uma produção em massa somente se efetiva com a formação de um mercado consumidor amplamente propício à aquisição das mercadorias produzidas. O mercado então foi o instrumento que permitiu a glória do fordismo (MORAES NETO, 1991).

O aumento salarial concedido aos trabalhadores e o estabelecimento de uma jornada de trabalho, não tinham outra finalidade senão torná-los aptos ao consumo dos produtos de massa lançados no comércio. Com uma produtividade elevada e um mercado tentador, o capital encontrara o caminho perfeito para se expandir.

Assim com base em Antunes (2007), Moraes Neto (1998) e Gounet (1999), o que Ford acrescentou a proposta taylorista foi à organização do processo de produção guiado sob uma esteira de montagem. A fragmentação das atividades levadas à efetividade por Taylor foi mantida, a inovação da produção em série, esteve em que agora não são mais os trabalhadores que transportam os materiais para produção. Esta tarefa foi transferida à esteira.

Graças à intercambialidade entre as peças, o trabalhador que antes era qualificado, pode ser substituído pelo trabalhador que exerce uma simples função no processo produtivo. Ele é apenas o trabalhador que se especializou no exercer de simples atividades que com o passar do tempo é efetuada mecanicamente. Como a força de trabalho é contratada para executar tarefas simples ele poderá ser trocado sempre que necessário.

No fordismo o trabalhador ocupava um único lugar na planta produtiva, onde recebia todas as ferramentas necessárias para o exercício de suas funções. Como este trabalhador era especializado numa única tarefa, o *layout* da esteira não permitia que este trabalhador se deslocasse de um lugar para outro, a esteira encarregava-se de levar todas as peças para o desenvolver de cada etapa do processo, até a finalização da produção. A introdução da esteira possibilitou a eliminação de qualquer desperdício de tempo. (ANTUNES, 2007).

O fordismo realiza uma inversão, aqui os fatores objetivos do trabalho acabam por exercer o controle sobre os fatores subjetivos do processo de trabalho. Na linha de montagem é o trabalho morto quem submete psicologicamente o trabalho vivo:

[...] enquanto, com a introdução da maquinaria, o trabalho vivo submete-se ao trabalho morto, e a qualidade e o ritmo do processo deslocam-se do trabalho humano para a máquina, o que ocorre com a introdução da linha de montagem é bastante diferente. Na aparência, as coisas são iguais e é também esta manifestação ao nível da consciência do trabalhador individual colocado em um determinado posto de trabalho em uma indústria de grande porte, pois parece que o caminho da esteira, a intensidade do seu trabalho, é alguma coisa imanente a própria esteira, brota da materialidade da esteira; mas não é, pois o ritmo do processo de trabalho não é uma propriedade técnica da esteira, mas sim algo a ser posto em discussão a cada momento pelo trabalhador coletivo. O ritmo do processo de trabalho, nesse caso, é sempre quando o trabalho vivo permanece como a base do processo, é determinado empiricamente, por contratação coletiva, por “queda de braço” (MORAES NETO, 2003. p.55).

Mesmo que aparentemente o fordismo pareça apresentar um avanço na organização dos processos de trabalho através da inserção da maquinaria, ele é mais uma “representação típica da manufatura” (MORAES NETO, 1991;1997;1998; 2003).

3.6.1. Os impactos do fordismo sobre a sociedade burguesa

Um entendimento mais preciso sobre o modelo de organização produtiva pautado pelo fordismo requer um breve resgate histórico. A transição do modelo de acumulação extensivo para o intensivo não se deu de forma tão simplista o quanto parece, ao contrário, foram muitas as revoltas operárias o que necessitou por parte do capital atitudes planejadamente precisas para que seu poder não fosse ameaçado ou se quer questionado³⁸.

A realidade social à época apresentava um perigoso descompasso: no interior das fábricas tinha-se uma precisa organização do trabalho que atingirá o máximo da racionalidade e o mesmo não acontecia fora da fábrica, na reprodução social da força de trabalho o que apontava para racionalização extra fábrica que atendesse não apenas a massa de trabalhadores empregadas como também os que não estavam sendo cobertos pelo pleno emprego do período fordista. Esta nova forma de organização social seria necessária porque no interior das fábricas ter-se-ia a constituição de um novo tipo de trabalhador, de um novo tipo de homem adequado às novas requisições de produção e acumulação do capital, um trabalhador adaptado a uma rotina diária de trabalho no interior das fábricas e na sua vida social: “assim, podemos pensar o fordismo, não tanto como invenção pessoal do Sr. H. Ford, mas como racionalidade emergente de um novo período na história da acumulação de capitais”. (SOUZA JR, 1992, p.35).

O fordismo foi além das transformações concernentes apenas a organização dos processos de trabalho. Ford³⁹ sem dúvida possuía uma visão surpreendente ao defender e levar adiante a ideia de que uma produção em massa teria enquanto resultado um consumo também de massa. Por trás desta premissa, era sabido por Ford que para que este projeto atingisse sua efetividade, seriam necessárias que se efetuassem alterações que teriam enquanto resultado o surgimento de uma sociedade com um modo de agir e pensar totalmente diferenciados:

[...] O que havia de especial em Ford [...] era sua visão, seu reconhecimento explícito de que a produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista. (HARVEY, 1992, p.121)

³⁸ Para um aprofundamento sobre a história social do movimento trabalhista ver: Abendroth (1977). Já para uma história concisa das lutas sociais, ver: Beer (2006).

³⁹ Ford era um fugaz defensor do poder corporativo. Na sua forma de perceber a sociedade via que esta poderia ser fundada na junção entre as classes sociais produtoras da riqueza, tornando-as uma corporação controlada pelo Estado. Estas classes teriam os mesmos direitos e obrigações.

A esfera do trabalho iria sofrer uma modificação exacerbada o bastante para que tais modificações extrapolassem o limite fabril e invadissem a vida familiar e principalmente social do trabalhador fordista. De tal forma que para Harvey (1992, p. 121. *Grifos nossos*):

Os novos métodos de trabalho “*são inseparáveis de um modo específico de viver e de pensar e sentir a vida*”. Questões de sexualidade, de família, de formas de coerção moral, de consumismo e de ação do Estado estavam vinculadas [...] ao esforço de forjar um tipo particular de trabalhador “adequado” ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo.

A partir destas considerações, não restam dúvidas de que o estabelecimento do fordismo, como um modelo diferenciado de organizar o processo produtivo não aconteceu de forma instantânea. O fordismo foi se implantando de forma gradual onde, pouco a pouco as devidas medidas foram tomadas até que este alcançasse seu momento áureo, de pleno funcionamento.

Para dar início ao seu projeto, Ford encontrara um empecilho: os trabalhadores não estavam acostumados a cumprir uma jornada de trabalho tão prolongada onde os ritmos e formas de produção eram ditados pelos empregadores. Assim, Ford lançou uso da força de trabalho imigrante. Com o passar do tempo, nem mesmo os trabalhadores imigrantes aceitavam tais imposições.

Mais do que transformações nos processos de produção o fordismo necessitou da criação de um novo tipo de trabalhador. Com a inserção da esteira nas linhas de produção o cotidiano de trabalho era massacrante o que acabou em gerar um processo de rotatividade no trabalho. O processo de fordicização do processo de trabalho era circundado por um tensionamento entre os operários e a gerência do trabalho, entre a parte pensante e a que efetivamente concretiza a atividade de trabalho:

A crescente “tensão” entre a gerência científica e o executante do trabalho pontuaria a relação de conflito presente na organização do trabalho fordista. A função da gerência constituía-se, por sua vez, na identificação dos possíveis desvios em relação às rotinas determinadas, atribuindo “relativa rigidez” aos processos produtivos e as possíveis soluções de problemas no dia a dia, conferindo ao trabalhador “executante” pouca iniciativa. Assim, a necessidade de apropriação, por parte do capital, do controle sobre o trabalho se estabeleceu de forma autoritária e revestida de conteúdo coercitivo e paulatinamente sendo acompanhada por formas persuasivas de cooptação. (SAMPAIO, 2006, p.33).

Para conquistar a adesão dos trabalhadores seriam necessárias estratégias de consentimento. Assim Ford instaurou a sua primeira medida: a elevação dos salários. Ao

mesmo tempo em que o aumento dos salários auxiliava na conquista do consentimento operário ele também era uma necessidade fundamental para sustentar a produção em massa visto que para a produção em série seria necessário também um consumo de massas e desta maneira a elevação dos salários contribuía para a criação de um amplo mercado consumidor que levasse adiante a expansão das indústrias de massa. Lipietz (1990, p.30) acrescenta que tanto Ford quanto Keynes: “havia percebido que a aceleração dos ganhos de produtividade provocada pela revolução taylorista levaria a uma gigantesca crise de superprodução se não encontrasse contrapartida em uma revolução paralela do lado da demanda”.

Seria necessário o incentivo a criação de um ambiente aberto ao consumo, não bastava produzir sem mercado e este mercado consumidor foi criado por um lado com a elevação do poder de compra da classe trabalhadora e por outro com a disseminação de uma cultura de consumo dirigido⁴⁰ impregnada principalmente nos países de capitalismo avançado.

Além da elevação salarial, uma série de benefícios e acordos eram negociados entre o capital e a representação sindical. Estava posta então uma base firme entre capital e classe trabalhadora para levar adiante o projeto de acumulação fordista. Foi estabelecido um compromisso entre o capital e a classe trabalhadora, a social democracia, versão “de esquerda” do que Keynes e Ford propunham “da direita⁴¹”: um compromisso global e organizado entre patronato e sindicato, que permitisse a redistribuição dos ganhos de produtividade aos assalariados⁴².

O que se mostrou necessário neste modelo de acumulação foi uma representativa intervenção estatal para que o capitalismo se desenvolvesse de forma sem igual, período conhecido como os trinta anos gloriosos. Apenas para lembrar, durante este período o capital de certa forma estabeleceu um pacto com a classe trabalhadora e para que este pacto fosse sustentado foi necessária a intervenção estatal enquanto mediador entre capital e trabalho. Este período foi conhecido enquanto “estado de bem estar-social”. Não foi por acaso, que passada a crise de 1929, o Estado passou a assumir obrigações que o sistema capitalista jamais seria capaz de cumprir.

O que foi realizado no período em questão, a finalidade do compromisso, foi uma espécie de “reforma” de cima para baixo, ou melhor dizendo, uma modernização conservadora, em que as melhorias nas condições de vida da classe trabalhadora – benesses

⁴⁰ Entendemos o termo consumo dirigido a partir da reflexão de Lefebvre (1990) que refere-se ao mesmo como sendo algo além de imposto, manipulado.

⁴¹ Por certo período da história o capitalismo demonstrou a sua versão “social”, permitindo a classe trabalhadora participar mesmo que distante dos ganhos de produtividade do trabalho.

⁴² LIPIETZ, 1989.

estas nunca vistas anteriormente na história do modo de produção capitalista – foram oferecidas na medida em que fossem mantidos intactos os interesses de manutenção e acumulação capitalista. O momento apenas deixa claro “como o grande capital vai aprendendo a administrar o conflito de classes, de forma a atender seus interesses de valorização” (SOUZA JÚNIOR, 1992, p.29).

As defesas Keynesianas⁴³ abriram o caminho para que o Fordismo pudesse ser disseminado. O fordismo/keynesianismo tornou-se um binômio bastante conhecido e permitiram que este modelo de organização não só do trabalho, mas da sociedade fosse adiante, em especial nos países de capitalismo desenvolvido, cujo modo de produção capitalista estava bem avançado.

Pelo exposto é perceptível que o processo de adoção do fordismo enquanto modelo de organização do processo produtivo não aconteceu de forma imediata. Na realidade remonta a um longo percurso histórico demarcado pela adoção de medidas aplicadas paulatinamente por parte do Estado burguês e este como é sabido sempre esteve a serviço do capital, e por isso mesmo, de acordo com as necessidades requisitadas de expansão e manutenção do sistema vigente.

3.7 O toyotismo: do Japão para o mundo

Antes de qualquer coisa um ponto deve ser deixado claro, o toyotismo ou ohnoísmo como também é conhecido o modelo de organização produtiva que nasceu no Japão surge quase que ao mesmo tempo em que o fordismo e não em épocas distintas.

O toyotismo nasce em meados da década de 1950 e coincide com a mesma época em que o fordismo predominava enquanto modelo de organização do trabalho nos Estados Unidos. Somente em 1980 é que o toyotismo se difunde para âmbito mundial e é adotado pelos países do Ocidente, visto que dentre os modelos de organização do trabalho que eram utilizados na mesma época, o toyotismo foi o que melhor se adaptou as novas condicionalidades de acumulação do capital no processo de reestruturação produtiva que se iniciou no período posterior a crise de 1970. (ANTUNES, 2007; GOUNET, 1999).

⁴³ Para Keynes, a crise que o capitalismo havia enfrentado, representava o fim da ideia do capitalismo enquanto um sistema auto-regulável e que por seu livre desenvolvimento seria capaz de garantir um nível de emprego satisfatório. A ação do Estado seria então de extrema importância no que diz respeito ao controle de um sistema complexo e suscetível a crises. O Estado atuaria no âmbito do controle monetário e na socialização dos investimentos.

Obviamente a “ocidentalização do toyotismo” nos termos de Antunes (2007) não se deu da mesma forma em todos os países, mesmo que estes viviam um momento comum de crise do capital as condicionalidades sociais, históricas e econômicas eram distintas, assim cada nação adaptou o toyotismo a sua realidade. O ideário neoliberal teve importante contribuição ao dispor os países do Ocidente às condições propícias⁴⁴ para difusão e adequação de suas realidades aos princípios toyotistas.

De forma alguma o toyotismo surgiu como uma forma de negação ou descontentamento com o fordismo implantado nas indústrias de montagem ocidentais. Taiichi Ohno o difusor do toyotismo era um grande admirador do fordismo, mas este modelo de produção em massa não cabia na realidade japonesa que vivia um contexto bastante diferente dos Estados Unidos no qual o fordismo era dominante.

O Japão havia passado por uma fase bastante complicada visto que o país havia saído destruído em todos os sentidos depois da Segunda Grande Guerra Mundial. Tinha um mercado restrito com fraco crescimento e a demanda por produtos variados, além de disputado por um número considerável de competidores. De forma alguma a produção em massa atingiria algum grau de sucesso se fosse adaptado ao contexto japonês, já que a demanda era bem mais reduzida. O que Ohno fez então foi adaptar o fordismo de forma que este se adequasse as condições socioeconômicas concretas vividas pelo Japão à época (GOUNET, 1999).

O mercado japonês requeria a produção de uma variada linha de produtos em modelos modificados e em pequenas quantidades o que já indica uma condição que vinha numa via contrária aos dos norte americanos de produção em massa dirigida a um mercado consumidor também massificado. Se a necessidade era então a de produzir em quantidades reduzidas uma série de produtos, a produção em massa rígida típica do fordismo haveria de ser substituída por uma forma alternativa mais flexível (MORAES NETO, 2003).

⁴⁴Ao contrario do Japão, onde as legislações trabalhistas não se apresentavam com a mesma força e de certa forma bastante fragilizadas visto que o movimento sindical japonês não tinha a mesma representatividade, nos países que experimentaram os anos gloriosos as lutas trabalhistas que resultaram no compromisso fordista permitiram aos trabalhadores a conquista de direitos relacionados ao trabalho. Para se adequar as exigências impostas pelo novo padrão de acumulação onde o toyotismo era o modelo de organização do processo de trabalho, tais leis dificultavam a manipulação por parte do capital do mercado de trabalho, assim, o neoliberalismo permitiu aos capitalistas a flexibilização das legislações trabalhistas tornando-as maleáveis e passíveis de serem modificadas e até mesmo regredidas, tudo isso para que o capital pudesse se fortalecer e recuperar as taxas de lucro que experimentara durante o pós-guerra.

O ohnoísmo não revolucionou o processo produtivo com a inserção de um novo aparato tecnológico. O toyotismo foi também um processo de produção em que era predominante a força viva de trabalho, o que Ohno fez foi apenas organizar a força de trabalho no interior das plantas produtivas de forma a obter uma máxima racionalização do trabalho e conseqüentemente a redução do tempo de trabalho necessário.

Tanto o fordismo quanto o toyotismo são formas de organização do trabalho amplamente lastreadas no trabalho vivo. A principal diferença então era na utilização da força de trabalho, se no fordismo tinha-se a necessidade de um contingente relativamente alto de trabalhadores empregados, no toyotismo têm-se a diminuição numérica dos operários ocupados no processo produtivo. As máquinas foram dispostas no chão de fábrica seguindo a forma de “U” e dessa maneira um único trabalhador era capaz de operar várias máquinas ao mesmo tempo e conseqüentemente tinha-se a total redução dos tempos mortos.

Uma vez que a operação de várias máquinas por um mesmo trabalhador já havia sido implantada com êxito, Ohno perseguiu o objetivo de agregar no mesmo posto de trabalho máquinas de diferentes finalidades, o que lhe permitiria, por conseguinte, concentrar no mesmo local, diferentes funções de trabalho, antes limitadas a departamentos distintos no espaço da fábrica pelo sistema taylorista/fordista. (PINTO, 2013, p.63).

Era o trabalhador polivalente, multifuncional que executava varias atividades, porém atividades desprovidas de qualificação⁴⁵ no processo produtivo. Mas o que o toyotismo requeria na verdade era a total captura da subjetividade do trabalhador através do seu envolvimento no processo de produção:

O que é específico do lastreamento ohnoísta no trabalho vivo, relativamente ao lastreamento fordista, é sua elevada dependência frente ao envolvimento dos trabalhadores, característica amplamente conhecida. A conquista da motivação operária passa a ser, então, um determinante crucial para eficiência produtiva. (MORAES NETO, 2003, p.107).

Que a dependência do capital frente a necessidade do trabalho vivo sempre foi um problema isto já é sabido mas em quais sentidos poderíamos enunciar esta dependência e seus

⁴⁵ Dentre as qualificações do trabalho podemos denomina-las enquanto qualificação *knowledge*, uma qualificação do trabalho que tem como base a experiência, um conhecimento científico prévio e a qualificação do tipo *skill* um tipo de qualificação do trabalho que não se baseia na experiência. Para Moraes Neto (2003) no toyotismo o trabalhador não portava nenhuma destas qualificações citadas acima, era na realidade apenas um trabalhador que operava uma máquina. O toyotismo conseguiu produzir um trabalhador que executava várias funções, mas todas elas desqualificadas.

empecilhos frente a utilização do trabalho no chão de fábrica? Qual a necessidade de atingir a captura do trabalhador de forma que este se sinta integrado à empresa?

Um dos principais problemas do fordismo foi a incapacidade de reconhecer que o trabalhador é um ser vivo e por esse fato se rebelaria diante dos seus descontentamentos como aconteceu de fato por volta da década de 1970 quando os trabalhadores fordistas se revoltaram diante da exploração e se manifestaram de várias maneiras principalmente através das greves. O que o toyotismo fez e obteve grande sucesso foi “a captura da esfera subjetiva” do homem trabalhador e isto aconteceu de tal maneira que o trabalhador não mais se via como empregado explorado, e sim como um “dono da empresa”, um colaborador (ANTUNES, 2007; ALVES, 2000).

Este foi mais um mecanismo utilizado pelo capital para aumentar a alienação⁴⁶ do trabalho. Sendo então um colaborador e não um explorado a contradição entre capital e trabalho era de certa forma velada e enquanto um dos donos o trabalhador literalmente “veste a camisa” da empresa o que acaba por enfraquecer os movimentos de revolta no interior das fábricas.

O modelo toyotismo se baseia num sistema de produção que tem enquanto pilares o *just in time*, a auto ativação, a produção enxuta e o controle de qualidade. Somente com a junção e operação concomitante destes quatro pilares é que o sistema toyotista de produção pôde ser desenvolvido e obtido sucesso enquanto modelo de organização produtiva (GOUNET, 1999).

O *just in time* consiste em adequar a produção as necessidades de demanda do mercado, produzir com a qualidade, no tempo certo a quantidade necessária de mercadorias. No fordismo a produção era empurrada, produzia-se em grandes quantidades e disponibilizava-se ao mercado para impulsionar o consumo. De forma mais clara poderíamos dizer que no fordismo era produzir para posteriormente vender. Sob o toyotismo esta forma de produção é invertida: primeiro se vende para depois produzir. A partir do *just in time* é que se desdobram os demais pilares do ohnoísmo. Se o intuito era produzir somente o necessário, o toyotismo elimina os estoques no interior das fábricas, o importante seria uma produção enxuta.

⁴⁶ “A alienação em marx é entendida como a relação contraditória do trabalhador com o produto de seu trabalho e a relação do trabalhador ao ato de produção, um processo de objetivação tornando o homem estranho a si mesmo, aos outros homens e ao ambiente em que vive” [...] (SILVA, 2005, p.104).

Por um lado, os estoques significavam gastos excedentes de produção e mais do que isso, no fordismo os estoques serviam para mascarar os defeitos durante a produção que somente eram corrigidos ao final do processo por uma equipe separada.

Com base em Antunes (2007), no toyotismo esta gestão da qualidade acontece no decorrer do processo de produção pelos próprios trabalhadores nos círculos e controle da qualidade (CCQ). Caso ocorresse algum problema durante a produção, ao contrário do que ocorria no fordismo, esta era interrompida imediatamente para que os problemas fossem corrigidos. Cabia aos próprios trabalhadores à atenção na produção e a interrupção do processo caso algum problema fosse detectado.

Ao transferir para o trabalhador esta autonomia, a interrupção do processo produtivo não contribuiria para o prosseguimento da produção assim os próprios trabalhadores se colocariam constantemente na busca de uma maior eficiência e qualidade nos processos de produção, a cadeia produtiva deverá apresentar pouquíssima incidência de defeitos e neste contexto o “como produzir” deveria ser constantemente melhorado. Isto somente foi possível por:

“unificar em cada trabalhador as funções de operador e controlador de qualidade. Este é o ponto crucial para a constituição do segundo pilar do ohnoísmo, a *auto-ativação*, que se caracteriza fundamentalmente pelo controle autônomo de defeitos por parte dos trabalhadores”(MORAES NETO, 2003, p.104). *Grifos do autor*.

O controle da qualidade ocorria durante o processo de produção, no próprio posto de trabalho através do trabalhador polivalente que além de produzir ficaria responsável pela qualidade da produção. Neste ponto fica clara a ideia do trabalhador polivalente que cumpre várias funções no interior do processo de produção. Os trabalhadores estariam em constante busca pelo aperfeiçoamento, do melhoramento contínuo:

[...] caracterizado pela noção de que jamais se deve considerar alcançado o mais elevado patamar possível de eficiência produtiva. Abre-se a possibilidade permanente de “inovações incrementais” no processo de produção, sob responsabilidade dos trabalhadores: a somatória de melhorias marginais proporcionadas por cada um dos trabalhadores permitiria significativo incremento de eficiência global (MORAES NETO, 2003, p.104).

O envolvimento subjetivo do trabalhador à empresa seria tal, que este passaria a se enxergar como um “dono”. Isso foi possível graças à organização dos trabalhadores em células ou círculos de controle da qualidade. Nestes círculos os grupos de funcionários são influenciados subjetivamente pelo capital a discutir sobre o desempenho de suas atribuições

se esforçando ao máximo para atingir uma produção elevadíssima e de qualidade quase inquestionável.

Mais uma vez, insistimos em dizer que: com o envolvimento do operário no toyotismo, o capital atinge “os limites da alienação” ao capturar a “esfera subjetiva” do processo de trabalho transformando o modo de pensar, a dimensão psicológica do trabalhador através de um novo modo de percepção da sua situação de explorado (ALVES, 2000).

Nos CCQ's, a criação artificial de uma identidade de interesses entre patrões e empregados colabora muito para se ocultar as contradições intrínsecas as relações inter-classes. Tanto é que se procura inibir qualquer manifestação de uma identidade mais genuinamente operária em todos os momentos. Procurando-se inclusive este controle, em nível da consciência. Deste modo, procura-se também carrear toda a sublimação operária para a realização da vontade patronal. O que em outras palavras, significa uma permanente tentativa de preparação dos trabalhadores, a nível psicológico, para a aceitação da intensificação, da duração, do desgaste físico e mental do trabalho como fatores consumados. (SOUZA JÚNIOR, 1992, p.97, *Grifos do autor*).

Os CCQ's tornaram-se verdadeiros espaços de disputa entre os próprios trabalhadores, eram nestes círculos de onde eram escolhidos os chefes, se o trabalhador apresentasse boa desenvoltura no interior dos círculos as chances de ascensão na empresa seriam maiores. Sendo os CCQ's área de disputa, os resultados seriam a quase total eliminação de falhas nos processos de produção no momento em que todos os envolvidos no processo produtivo estariam em busca de um único objetivo: uma maior produtividade com também uma maior qualidade.

Antunes (2007) afirma que este envolvimento participativo dos trabalhadores no interior dos processos produtivos não tinha outro propósito senão “uma participação manipuladora e que preserva, na essência, as condições do trabalho alienado e estranhado”.

Tanto a extração de mais-valia absoluta⁴⁷ quanto à mais-valia relativa foram levadas ao seu extremo no sistema toyotista:

Assim num período de baixa demanda, estabelecem-se as metas de uso do tempo de tal modo que os trabalhadores fiquem ocupados durante toda a jornada, sem formação de estoques de produtos. Elevando-se a demanda, este mesmo efetivo é chamado a cumprir novas metas e cada trabalhador assume a maior quantidade possível de postos. (PINTO, 2013, p.68).

⁴⁷Ao capitalista importa de todas as formas expandir o tempo de trabalho excedente. Existem duas formas de expandir este excedente de trabalho: por meio da mais-valia absoluta e da mais-valia relativa. A mais valia absoluta se dá através do prolongamento da jornada diária de trabalho. A segunda forma, a mais-valia relativa acontece quando o capitalista utiliza-se de novas tecnologias inseridas no processo produtivo. Tanto a mais-valia absoluta quanto a mais-valia relativa tem enquanto propósito a diminuição do tempo de trabalho necessário para a produção de cada mercadoria através da máxima racionalização do trabalho para aumentar a produtividade.

Com uma capacidade produtiva flexível, a adequação as necessidades do mercado eram realizadas sem a contratação de novos funcionários. A exploração do trabalho ocorria em todos os momentos. O capitalismo dos grandes monopólios encontrará sua base de acumulação no sistema toyotista.

O ideal no toyotismo seria operacionalizar uma empresa enxuta. Somente assim seria possível manter a produção em níveis ótimos de lucratividade. Isto significaria uma redução dos custos na produção que vai desde o corte do número de funcionários até o arrefecimento dos insumos necessários na produção das mercadorias. Este perfil adotado pela empresa permitiu ao mesmo tempo a adequação as demandas e a expansão de atividades realizadas externamente a empresa.

Com a horizontalização⁴⁸ da produção, a empresa fica responsável por apenas uma pequena parte da produção com enfoque no que é sua principal especialidade no processo de produção. Com uma base de trabalho flexível capaz de se adequar as flutuações das demandas o toyotismo

[...] se estrutura preservando dentro das empresas matrizes um número reduzido de trabalhadores mais qualificados, multifuncionais e envolvidos com o seu ideário, bem como ampliando o conjunto flutuante⁴⁹ e flexível de trabalhadores com o aumento das horas-extras, da terceirização no interior e fora das empresas, da contratação de trabalhadores temporários e etc., opções estas que são diferenciadas em função das condições de mercado em que se inserem. Quanto mais o trabalho se distancia das empresas principais, maior tende a ser a sua precarização⁵⁰. (ANTUNES, 2007, p.57).

Boa parte do que era produzido no interior da empresa é deslocado para as denominadas terceirizadas que logo em seguida passaram também a adotar as técnicas de gestão produtiva toyotista. A terceirização do trabalho não é uma realidade integrante apenas das indústrias de produção, nos últimos anos ela foi adotada paulatinamente por todos os setores inclusive pelos órgãos estatais⁵¹.

⁴⁸ A horizontalização da produção inaugurou o processo de terceirização do trabalho.

⁴⁹ Se expressa aqui a funcionalidade do exército industrial de reserva, a força de trabalho de trabalho flutuante que hora é requisitada e hora é expulsa dos processos produtivos de acordo com as exigências e condicionalidades de mercado e da produção.

⁵⁰ Em muitas situações a exploração do trabalho e a precarização é velada pela predica do trabalho autônomo. O contrato de trabalho é substituído por uma relação contratual e sob a falsa noção de trabalho autônomo os grandes capitais expandem sua extração demais valia tanto relativa quanto absoluta a todos os espaços. Este debate poderá ser mais bem apreendido em Tavares (2004).

⁵¹ Existem até legislações que permitem a adoção dos serviços terceirizados como a lei que passou a permitir e legalizar a terceirização que foi votada e aprovada no Brasil.

O sucesso do toyotismo somente foi possível porque suas características constitutivas se adaptavam facilmente a um sistema econômico baseado na produção de mercadorias. Isso não quer dizer que o toyotismo, no que foi seu processo de adoção pelas principais economias mundiais e até mesmo as economias ditas emergentes tenha ocorrido sem descontentamentos por parte da classe trabalhadora. Mesmo com a liberação de parte da força viva de trabalho do processo produtivo e mantendo controle sobre a mesma, em alguns momentos foi obrigado a lançar mão de estratégias ideológicas para fazer com que a classe trabalhadora jogasse a seu favor.

A força sindical japonesa era bastante expressiva. Graças a este traço presente no movimento sindical, a Toyota era colocada diante de manifestações grevistas. A solução encontrada foi um combate cruel contra as manifestações grevistas e posteriormente o desmonte do sindicalismo. Na realidade a Toyota não extinguiu o sindicalismo, mas o transformou em seu aliado, o sindicato de empresa. (ANTUNES, 2007).

Esta nova dimensão societária do sindicato o tornou totalmente submisso às decisões do patronato. Em contrapartida, os funcionários receberam gratificações salariais devido ao aumento da produtividade além da vitaliciedade no emprego. Ser integrante do sindicato era um dos primeiros passos a se tomar para ascensão profissional. A bandeira de luta por uma sociedade igualitária foi substituída pela defesa da própria empresa. O sistema flexível de organização do trabalho toyotista inicialmente foi adotado por empresas do ramo automobilístico, mas logo se espalhou a todos os setores industriais. Esta ampla aceitação do toyotismo foi condizente com a adoção das políticas neoliberais. (ALVES, 2000).

Desde a crise de 1970, até os dias atuais, o que se percebe é que o Estado vem se esquivando no que diz respeito ao cumprimento de políticas destinadas a melhoria de vida da classe trabalhadora. Todas as medidas econômicas são intuitivamente executadas oferecendo ao capital o todo necessário para sua continua expansão.

No próximo capítulo trataremos sobre as modificações das quais passaram os processos de trabalho com o desencadeamento da reestruturação produtiva no posterior crise de 1970. Neste movimento, onde o capital adota as mais variadas formas para aumentar o excedente de trabalho ao final do capítulo realizaremos alguns apontamentos da superexploração do trabalho e em especial tomaremos enquanto modelo de análise a superexploração do trabalho no Brasil.

4 A RECONFIGURAÇÃO DO MUNDO DO TRABALHO: a superexploração e sua funcionalidade na dinâmica do capitalismo atual – o breve exemplo brasileiro

Já colocamos infinitas vezes no decorrer deste trabalho que nos últimos anos a classe trabalhadora vem sofrendo o mais brutal ataque. No intuito de destacar este processo incessante e massivo de precarização do trabalho, neste capítulo trataremos sobre o processo de reestruturação produtiva decorrente do colapso de 1970 e neste sentido exponenciar e afirmar a nossa hipótese de que o capitalismo contemporâneo tem sua base de sustentação na exploração da força de trabalho.

Uma melhor compreensão deste emaranhado processo por sua vez requer um olhar atento que abarque a totalidade dos fenômenos, visto que somente assim será possível descortinar as mistificações que circundam a realidade social e contribuem para velar a contradição entre capital e trabalho.

Na busca de descortinar estas modificações, neste capítulo abordaremos a dinâmica brasileira e seu processo de superexploração do trabalho que se mantém enquanto sustentáculo de nosso capitalismo dependente e periférico. Ao estudar a economia brasileira, será possível a compreensão de como se desenvolve a superexploração do trabalho no país e o seu fundamento bem como a sua exacerbação devido as transformações ocorridas no sistema capitalista no posterior 1970 e que somente reforça o papel de subserviência no Brasil no comércio mundial.

4.1 A década de 1970: a crise e os impactos no mundo do trabalho

Sendo as crises inerentes ao próprio modo capitalista de produção elas tornam-se inevitáveis. Diante de suas ocorrências, o sistema do capital busca maneiras de se reerguer. No geral, as crises nascem num epicentro e de acordo com sua intensidade atingem nível global. Assim ocorreu com o colapso de 1970 que nasceu nos Estados Unidos – centro dinâmico do capitalismo monopolista – e logo se espalhou para as demais nações.

O esgotamento do modelo de acumulação do pós-guerra deverá ser tratado sob dois enfoques diferenciados, mas que se interconectam e se complementam. De um lado, ela se manifestou na esfera da produção, no interior mesmo dos processos de trabalho, na crise do sistema de produção fordista, e por outro, de fatores externos a produção em nível mais abrangente e intercapitalista.

No interior dos processos de trabalho até certo momento a exploração do trabalho foi velada graças a alguns benefícios concedidos aos trabalhadores o que também não perdura por longos anos. O operariado começava novamente a reivindicar melhorias nas condições de trabalho e de salários. A saída foi aumentar a intensidade e exploração do trabalho, o que por sua vez não surtiu o efeito esperado por algumas razões:

A primeira delas é o fato de que existem limites a intensificação do processo de trabalho, ao se atingir um determinado limiar máximo suportável em termos da saúde física e mental dos trabalhadores, os quais se aproveitaram da correlação de forças favorável para eles e resistiram efetivamente [...]. Em segundo lugar, a generalização das relações mercantis tende a elevar os custos sociais de reprodução da força de trabalho. [...]. E, finalmente, deve ser levado em conta, o efeito inflacionário que as grandes empresas provocam ao buscarem proteger seus capitais da desvalorização. (SOUZA JR, 1992, p.50,51,52).

Ademais disso, fica claro que:

[...] a crise fordista se caracteriza pela impossibilidade a longo prazo, de se adequar as exigências de valorização do capital monopolista, aos ganhos de produtividade do trabalho social. O que fica evidente, são os limites que estão colocados á tentativa de se forçar este último. (SOUZA JÚNIOR, 1992, p.52).

Todos esses descompassos hora ou outra viriam a se desenvolver graças mesmo a própria estrutura em que se fundamentou o modelo de organização do trabalho fordista.

Finalmente na década de 1960 são sinalizados os primeiros indícios de que algo haveria dado errado e nos primeiros anos do decênio 1970 o sistema capitalista mergulha numa profunda recessão, com resquícios que se apresentam até os dias atuais. Nos anos de 1974/75, as atividades produtivas do modo de produção capitalista que estavam em pleno vapor, arrefecem (MANDEL,1990).

Os principais países imperialistas apresentaram uma retração em suas atividades econômicas como nunca havia ocorrido anteriormente. Consequentemente, os produtos internos brutos apresentaram índices de quedas avassaladores. A “crise” do trabalho de forma alguma poderia ser tratada de forma isolada do contexto geral da crise em sua totalidade. O colapso da década de 1970 apresentava algo surpreendente : a amplitude da crise se estendeu em nível global, ao mesmo tempo, em que o número de desempregados se elevou em níveis nunca vistos anteriormente de forma bem mais expressiva que na anterior crise de 1929.

Concomitantemente a queda nas taxas de lucro, ocorriam dois movimentos: a retração dos investimentos em produção e na mesma via com intuito de restabelecer as taxas de lucro dos anos da fase precedente, os setores industriais iniciaram um processo de

demissões em massa o que acabou por expulsar parte representativa da força de trabalho para fora dos processos de produção. A elevação do desemprego e a queda no poder de compra provocaram a retração do mercado. Um mercado retraído representava queda na demanda e no consumo o que impacta a produção já que sem a concretização das vendas e sem a realização da mais valia na esfera da circulação a produção é comprimida gerando um nível de desemprego cada vez maior (HARVEY, 1992).

A fase de acumulação dos trinta anos gloriosos requisitou uma expressiva intervenção estatal através das políticas de orientação keynesiana. Dentre as políticas sociais efetivadas pelo Estado, estavam aquelas destinadas à população trabalhadora e neste sentido a elevação do desemprego exigiu por parte do Estado maiores gastos com programas destinados ao seguro desemprego o que elevou as suas despesas de forma que não mais poderia sustentá-las. A crise do sistema capitalista reflete-se então no Estado keynesiano que financeiramente torna-se incapaz de levar adiante o modelo de bem estar social.

Com base em Mandel (1982;1990) podemos dizer que tal crise atingiu tamanha proporção graças à contribuição de alguns importantes elementos. De um lado, os índices de desemprego se elevaram graças aos impactos da terceira revolução tecnológica que inseriu nas plantas produtivas industriais uma gama de novas tecnologias de automação. Com uma nova forma de produzir, seria possível atingir níveis elevados de produtividade com uma quantidade reduzida de mão de obra. De outro lado, a exacerbação do nível de desempregados foi expressivamente maior na crise da década de 1970 em comparação a crise de 1929, isso se deve em grande parte, ao acréscimo das inovações tecnológicas nas unidades produtivas.

Se a crise de 1970 foi ruim para a fase de desenvolvimento que vinha percorrendo capitalismo sem dúvida seus impactos foram bem mais negativos para a “classe que vive da venda de sua própria força de trabalho”.

Mas olhando no âmbito do processo de trabalho, quais seriam então os principais impasses do modelo fordista? O primeiro e principal de todos é o fato de ser um modelo de organização do trabalho que ainda permanecia amplamente lastreado no trabalho vivo.

Outro, se deve a própria rigidez da produção. A maquinaria fordista era adaptada para a produção de um modelo único o que já indicava a dificuldade e demora na adaptação à produção de modelos variados bem como para a introdução de tecnologias renovadas ou novas formas de organização do processo produtivo. As indústrias fordistas eram extremamente verticalizadas onde todo o necessário para o produto final era produzido no interior da mesma fábrica o que requiritava um imenso contingente de empregados e numa

fase econômica crítica manter no espaço produtivo grande número de operários era sinônimo de maiores encargos com as remunerações.

Além do processo produtivo, era agora a rigidez da própria legislação trabalhista implementada graças à intervenção do Estado keynesiano. O capital requisitava a flexibilização da legislação trabalhista para manipular de acordo com as suas necessidades o mercado de trabalho, ora empregando ora desempregando sempre que necessário um imenso contingente do exército industrial de reserva. Seriam necessários então novos modelos de organização do trabalho, novas legislações do trabalho que agora respondessem as requisições do capital.

O taylorismo/fordismo não mais se apresentava viável para levar adiante o período glorioso, o esgotamento do modelo de Estado keynesiano suscitavam inquietações e questionamentos, o capital pedia outro modelo de Estado. Ante a ameaça, o capital apodera-se de todas as ferramentas possíveis para retornar ao padrão de acumulação anterior e lança mão de uma reestruturação produtiva levada as suas últimas consequências.

Existiam no momento alguns modelos de organização do trabalho como, por exemplo, a especialização flexível, presente na Terceira Itália e o modelo japonês denominado de toyotismo, ambos modelos de organização do processo de trabalho adotado em países que não experimentaram o fordismo enquanto sistema produtivo. O toyotismo foi o modelo de organização do trabalho que se difundiu pelo mundo principalmente após a década de 1970, isto porque o toyotismo ou ohnoísmo não era apenas um modelo, mas o modelo de organização do processo produtivo que ia totalmente ao encontro das necessidades de acumulação e racionalização do trabalho requisitadas pelo capital.

4.2 O processo de acumulação flexível: saída para o capital

A substituição do padrão fordista de acumulação do capital pela acumulação flexível não corresponde apenas a mudanças organizacionais nos setores de produção, ela representa uma mudança muito mais profunda na dinâmica capitalista não modificando a sua lógica. A acumulação flexível é algo bem mais complexo e que configura uma nova estrutura de funcionamento do capital

A acumulação flexível, [...] é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de

inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços” [...]. (HARVEY, 1992, p. 140). *Grifos do autor.*

Independente de qualquer mudança, a força de trabalho continua sendo a responsável por toda riqueza socialmente produzida e é justamente o mercado de trabalho que sofreu os principais impactos das transformações ocorridas no mundo do capital.

A reestruturação produtiva não é um fenômeno apenas momentâneo que demarca somente uma fase do capital. A partir do momento em que foi estabelecido o modo de produção especificamente capitalista, as reestruturações no interior dos processos produtivos foram estratégias que demarcaram a cena capitalista no decorrer do seu desenvolvimento e isto indica que esse fenômeno que ocorreu posteriormente a crise de 1970 foi somente mais uma das várias tentativas do capital em restabelecer a sua lucratividade em patamares adequados.

A reestruturação do capital nos dizeres de Braga (1997), a restauração do capital, ocorreu após o colapso de 1970, causando transformações profundas que não dizem respeito apenas ao âmbito produtivo, envolvem estratégias das quais lançou mão o capital no único intuito de restabelecer suas taxas de lucratividade e que tiveram enquanto pressuposto o enquadramento da dinâmica política e social as suas necessidades de manutenção e sustentação de poder hegemônico.

Na concepção de Alves (2007), compreender a complexidade que circunda esta mais recente reestruturação produtiva requer que esta seja analisada sob a ótica das inovações sociais interiores e inovações exteriores que ao final irão nos possibilitar apreender a reestruturação produtiva em sua totalidade. As inovações interiores podem ser apreendidas enquanto inovações organizacionais, tecnológicas e sociometabólicas, já as inovações exteriores dizem respeito às inovações econômicas e geoeconômicas, político-institucionais e culturais. Seria então impossível tratar sobre reestruturação do capital sem fazermos referência a fatores que ocorreram fora do âmbito das indústrias produtivas e que tem importante relevância para compreender a essência dinâmica dos fatos.

Dentre estas inovações a globalização tem contribuindo de forma singular para o restabelecimento do capital, devemos colocar que globalização dos mercados vem propiciando o capital não apenas a busca de maiores lucratividades sejam elas financeiras ou

industriais em várias partes do globo, mas principalmente explorar a força de trabalho onde esta se encontre mais fragilizada e precarizada (CHESNAIS, 1996).

Em si mesmo, o termo globalização exige um cuidado maior em sua abordagem de definição. De tal forma que baseado em Costa (2008) a globalização poderá ser compreendida sob vertentes diferenciadas: os apologistas da globalização, os que veem a globalização como um mito e os que a concebem enquanto um fenômeno já antigo. Não vamos nos ater em detalhar todas estas concepções de globalização, mas neste trabalho tomaremos a globalização enquanto um movimento que acontece nas relações de produção capitalistas.

Para Costa (2008, p. 61) , globalização “está vinculado á internacionalização da produção, ocorrida a partir de meados da década de 1950, cujo fenômeno possibilitou posteriormente a internacionalização do sistema financeiro”.

Até os anos de 1950 as burguesias dos países de capitalismo avançado se apropriavam da mais-valia através do comércio e da exportação de capitais. Com o movimento de internacionalização ocorrido posteriormente a crise de 1970, e com a difusão do neoliberalismo as empresas transnacionais instalam-se nas mais variadas regiões do globo o que as possibilitam tanto a produção como a expropriação de mais-valia em vários países.

Ao produzir internacionalmente e internacionalizar as finanças, o modo de produção capitalista amadureceu efetivamente o ciclo de reprodução do capital em escala internacional, possibilitando a constituição de um ciclo único na economia mundial e transformando-se assim num sistema mundial completo. Isso porque, até meados da década de 1950, o capitalismo era um modo de produção mundialmente completo apenas no que se refere a duas variáveis da órbita da circulação, o comércio mundial e a exportação de capitais. Mas a globalização possibilitou ao sistema unificar mundialmente o ciclo do capital, estendendo a mundialização para as esferas produtiva e financeira [...]. (COSTA, 2008, p.62).

Muito de longe a globalização tem buscado integrar os mercados de forma mais equânime. O que temos é uma inserção subordinada de varias nações que são obrigadas a seguir as regras e condicionalidades impostas por uma minoria de países imperialistas. A falácia da globalização é apenas uma estratégia capitalista de manter o seu caráter classista e dominador, nas palavras de Druck (1996, p.23):

A globalização é um “movimento” de caráter estrutural do capitalismo, numa fase em que as principais tendências – presentes desde seus primórdios – são levadas as suas últimas consequências e se desenvolvem no seu limite máximo. Constata-se uma radicalização dos processos de concentração e centralização de capitais (crescimento dos oligopólios, intensificação das fusões e incorporações das empresas), assim como, simultaneamente, se difundem micro, pequenas, e médias empresas, com a formação de redes de subcontratação (terceirização) [...]. No

interior deste processo, destaca-se a transnacionalização de empresas [...] Simultaneamente ocorre o superdimensionamento da esfera financeira, cuja lógica vai se sobrepondo a lógica produtiva [...]. Num outro nível, são também indicadores deste novo momento do capitalismo, as mudanças nas formas de gestão organização do trabalho [...].

Ao que tudo indica o sistema capitalista sempre caminhou em direção à globalização e esta por sua vez não é um momento do capital, mas um elemento presente e necessário à própria dinâmica capitalista.

No contexto político, o neoliberalismo vem ganhando terreno. No capítulo anterior já abordamos de forma mais aprofundada sobre o neoliberalismo enquanto uma estratégia capitalista para restabelecer seu poder hegemônico, mais do que isso, o neoliberalismo vem para deixar clara a posição dos Estados Unidos enquanto potência capitalista imperial.

Além de firmar o poder dos Estados Unidos, a ideologia neoliberal vem demarcar a posição de subordinação e de enquadramento ao mercado mundial dos demais países, ao poder de comando dos norte americanos. Apesar de acontecerem no mesmo período histórico a globalização, a reestruturação produtiva e o neoliberalismo são caminhos táticos dos quais o capital lançou mão para se restabelecer deixando claro algumas importantes distinções:

Embora o ideário neoliberal comece a ganhar adesão no contexto da crise do fordismo na década de 70 nos países centrais, não se pode confundir-lo com o processo de reestruturação produtiva que também inicia nessa época. São movimentos de conteúdo e caráter diferentes. O neoliberalismo é um projeto político e econômico e constitui o arcabouço ideológico ideal para consolidar a reestruturação produtiva no contexto da globalização. Esses dois últimos são movimentos de caráter estrutural, cujas mudanças são mais de longo prazo, enquanto que as políticas neoliberais têm um caráter conjuntural. (DRUCK, 1996, p.29).

O capital utiliza-se da ideologia neoliberal numa conjuntura em que era extremamente necessário imprimir um novo modo de conceber a realidade. Assim como o antigo liberalismo cedeu espaço a intervenção estatal de linhagem keynesiana com o colapso da crise de 1929, no pós 1970 as políticas de cunho neoliberal tiveram que ser utilizadas visto que o desenvolvimento do capitalismo requirava de outros mecanismos de intervenção que fortalecessem seus ideais econômicos, sociais e políticos.

As inovações sociais interiores são condizentes as modificações que aconteceram no nas plantas de produção e que fazem especial referência à reestruturação produtiva, as alterações as quais foram submetidos os processos de trabalho e que tiveram enquanto único objetivo a máxima racionalização do trabalho do qual o toyotismo é o exemplo

paradigmático. O toyotismo extravasou os limites da indústria e nas últimas décadas passou a ser adotado pelos mais variados ramos empresariais capitalistas inclusive no ocidente,⁵² tudo isto enquanto resultado do processo de reestruturação produtiva .

O toyotismo não representou apenas a máxima racionalização do trabalho. Ele demarca a mais profunda manipulação do trabalhador pelo capital, da captura da subjetividade do trabalhador e a sua integração psíquica a lógica da produção do valor. Mais do que isso:

[...] o valor ontológico do toyotismo para o capital não se vincula apenas a sua morfologia intrínseca adequada a mercados restritos, mas a ser ele (o toyotismo) o resultado de um processo de luta de classes. O toyotismo é a expressão plena de uma ofensiva ideológica (e material) do capital na produção. Ele é um dispositivo organizacional e ideológico cuja “*intentio recta*” é buscar debilitar (e anular) ou “*negar*”, o caráter antagônico do trabalho vivo no seio da produção do capital. (ALVES, 2007, p. 161).

Através dos círculos de controle de qualidade, do total engajamento do trabalhador no processo de produção o toyotismo consegue enfraquecer a luta de classes, graças a captura do movimento operário que a partir de então tem mudada a sua dinâmica e passa a ser utilizado pelo capital como estratégia de elevar alienação do trabalhador. Os sindicatos perdem a sua essência de luta em prol do trabalho e passa a atuar junto ao capital e contra aos interesses do trabalho.

Sem sombra de dúvidas a força de trabalho sofre os momentos mais terríveis de sua história. Sem tratar da perda de força do poder sindical e da própria classe trabalhadora em si, a acumulação flexível tem contribuído de forma sem igual para expulsão de uma grande massa de trabalhadores e este índice tende a aumentar cada vez mais diante da concorrência desenfreada entre os capitais que diante do mercado anárquico aproveitam-se da máxima flexibilidade do mercado de trabalho para impor contratos de trabalho parciais, temporários, enfim, formas precárias de contratos de trabalho como afirma Harvey (2011) é tendência do mercado de trabalho reduzir ao máximo o número de trabalhadores “centrais” e empregar cada vez mais uma força de trabalho maleável que entra e é facilmente demitida sem custos referentes ao trabalho quando as coisas ficam ruins.

O que vemos no momento de acumulação flexível é a redução do proletariado estável com contratos de trabalho regulamentados. Mesmo que o capitalismo avance, poderíamos dizer que o mercado de trabalho está retrocedendo a épocas em que os contratos

⁵² Claro que o toyotismo se tornou aos poucos um modelo de organização do trabalho adotado em âmbito universal, isto não quer dizer que o toyotismo se adaptou da mesma forma nos mais variados países. Cada nação implementou o toyotismo de acordo com as suas particularidades e necessidades de desenvolvimento.

de trabalho eram realidades inexistentes. Assiste-se enquanto tendência mundial nos países regidos por práticas capitalistas, a regressão dos direitos trabalhistas.

No geral, graças à possibilidade de terceirização do trabalho inaugurada com o toyotismo, somente uma pequena parcela de trabalhadores mais qualificados tendencialmente são mantidos enquanto núcleo formal do trabalho. As funções mais simples são destinadas a empresas terceirizadas⁵³ e a precarização do trabalho se estende a estas empresas de forma bem mais brutal.

Se antes o desemprego era uma característica inerente aos países periféricos hoje a realidade é diferente. As economias desenvolvidas vêm apresentando elevação nas taxas de desemprego, o que nos permite afirmar com base em Tavares (2004) e também Soares (2008) que, não somente o desemprego, mas principalmente o trabalho precarizado, não são efeitos transitórios, mas características estruturais do modo de produção capitalista.

De tal modo que a nosso juízo, a única coisa de que temos certeza é que a classe trabalhadora vive nos últimos anos a exponenciação de suas formas de degradação e exploração em decorrência de fatores que foram desencadeados de tentativas do capital em amenizar os reflexos de sua própria crise.

4.2.1 A automação produtiva: contradição ou afirmação do capital?

Insistimos em reforçar que o capital sempre buscou se “libertar”, ou seja, (subsunção real) sobre do trabalho. Este fenômeno se deu exatamente com a inserção da automação microeletrônica nos processos de produção via a reestruturação produtiva nos anos 1970. Tal acontecimento proporcionou aos capitalistas recuperarem margens de lucro.

O capitalismo é em si um sistema cíclico. Isto indica que a utilização das tecnologias microeletrônicas não tem apenas enquanto fundamento a substituição e controle da força viva de trabalho no interior dos processos produtivos, elas também são uma contratendência utilizada pelo sistema para tentar mesmo que por algum tempo amenizar as manifestações de fases críticas.

O alastramento da utilização das novas tecnologias nos processos produtivos são então uma contratendência do sistema de produção capitalista para se erguer da fase de recessão que ocorreu no pós década de 1970. Pelo que tudo indica esta saída não surtiu efeito visto que as fases de recessão estão mais agudas e frequentes.

⁵³ Não queremos generalizações, visto que nem todo trabalho terceirizado é precário, mas independente de tudo as formas de trabalho terceirizado são efetivados sem as devidas coberturas trabalhistas necessárias.

O avanço tecnológico representou e sempre representará um grande salto para o avanço da humanidade mesmo porque as tecnologias também são fruto das capacidades mentais do ser humano e resultado do seu trabalho. Só que quando utilizada em favor do capital as novas tecnologias vem se transformando em mecanismos de opressão que contribuem para que o sistema capitalista de mercadorias prossiga seu caminho de expansão subsumindo de forma cada vez mais profunda a força viva de trabalho, como afirma Souza Jr (1992) não é a tecnologia que impõe uma determinada forma de organização do trabalho, na realidade são as próprias necessidades de acumulação que impõe esta forma de organização. E vão, desta maneira, conduzindo determinadas formas de progresso tecnológico que alienam o trabalhador e de acordo com a fase e o modelo de acumulação o capital vai se utilizando dos avanços da ciência e da tecnologia de acordo com suas necessidades.

É evidente que a substituição da força viva de trabalho por máquinas vem tencionando os debates em torno do trabalho no capitalismo atual. Independente de qualquer desenvolvimento de tecnologias empregadas a favor do capital, o trabalho sempre foi e é central para a produção de riqueza. De tal modo que a contradição entre o capital e o trabalho é ineliminável no modo de produção capitalista. Em suma, enquanto existir o modo de produção especificamente capitalista, a força de trabalho viva é necessária para o desenvolvimento e manutenção do sistema do capital.

Duas são as grandes polêmicas em relação ao desenvolvimento tecnológico e a sua utilização, seja no setor produtivo ou nos serviços. A primeira polêmica diz respeito à qualificação do trabalho, a outra é pautada na geração ou retirada de trabalhadores dos postos de trabalho. Neste presente estudo não realizaremos um aprofundamento destas referidas questões o que não é um impedimento para que possamos fazer alguns breves apontamentos.

Daqui em diante poderemos incorporar a temática de qualificação e desqualificação do trabalho. Claro que as novas tecnologias vêm impulsionando novas qualificações para o trabalho assim como também vem gerando vagas de emprego para os profissionais mais qualificados – qualificações do tipo *knowledge*. Na contramão deste processo, vem dispensando cada vez mais, força de trabalho viva em atividades simplificadas em número bem mais expressivo.

Ao serem incorporadas ao capital, aos desejos e vontades da acumulação ampliada do capital, a ciência e todo o desenvolvimento tecnológico tornam-se mecanismos de alienação e exploração do trabalho, a criatura agora se volta contra o criador:

[...] A ciência, que força os membros inanimados da maquinaria a agirem adequadamente como autômatos por sua construção, não existe na consciência do trabalhador, mas atua sobre ele por meio da máquina como poder estranho, como poder da própria máquina. [...] O processo de produção deixou de ser processo de trabalho no sentido de processo dominado pelo trabalho como unidade que o governa. [...] Na maquinaria, o trabalho objetivado se contrapõe ao trabalho vivo no próprio processo de trabalho como o poder que o governa, poder que, de acordo com sua forma, o capital é como apropriação do trabalho vivo. (MARX, 2011, p.581).

Esta passagem demonstra com profundidade o impacto que a inserção da ciência através da maquinaria trouxe para o trabalhador, apesar de escrita há décadas esta passagem é a mais atual expressão dos impactos da inserção das novas tecnologias nos processos de produção.

Apoiando na afirmativa de Moraes Neto (2003), se compararmos os mais variados ramos industriais, a utilização das máquinas de base microeletrônica representaram um grande avanço no que se refere a sua utilização como base produtiva nas indústrias de montagem⁵⁴. Nas indústrias de montagem especificamente no período fordista, tinha-se um grande dilema, ou se optava por um sistema automático, todavia extremamente dedicado adaptado a produção de produtos num modelo padrão, ou noutra via, tinha-se a opção pela flexibilidade, mas amplamente lastreada no trabalho vivo na execução de simples e desqualificadas tarefas do processo de produção, isto porque mesmo sendo as mais simples tarefas estas dificilmente poderiam ser executadas por uma máquina.

Somente através do desenvolvimento da microeletrônica foi possível quebrar aquele esquema automação dedicada/não automação flexível, isto porque a microeletrônica permitiu a geração de equipamentos que passaram a ter, em alguma medida, faculdades antes monopolizadas pelo homem. (MORAES NETO, 2003, p. 30).

Com o advento da microeletrônica temos a mais radical etapa de racionalização e intensificação do trabalho. As atividades humanas são concernentes apenas ao simples controle das máquinas. Se antes a relação que se tinha era a relação homem- produto, ou seja, o quanto um homem produzia esta relação é a partir de então deslocada para a relação máquina-produto. Sem sombra de dúvidas a microeletrônica se adequou de forma singular a acumulação flexível visto que se tornam muito mais fácil à adaptação de um sistema baseado em microeletrônica as necessidades de produção ditadas pelo mercado

Observando a indústria de montagem que sofreu os principais impactos das transformações nos processos de trabalho no século XX, podemos traçar um paralelo para extrair os impactos da utilização da microeletrônica. Durante o período em que vigorou o

⁵⁴ Não é por acaso que no estudo da organização dos processos de trabalho no século XX (taylorismo, fordismo e toyotismo) se dão nas indústrias automobilísticas, expressão típica das indústrias de montagem.

modelo de organização do trabalho taylorista/fordista o interior das indústrias concentrava um número expressivo de trabalhadores exercendo atividades meramente simples e uma quantidade mínima de trabalhadores mais qualificados que executavam as atividades de controle e elaboração das funções, expresso na figura 1. Com a introdução da microeletrônica é perceptível não somente uma inversão da pirâmide, ou seja, um número maior de trabalhadores qualificados em relação aos menos qualificados como também uma redução no nível total de empregados no interior do processo como um todo, expresso na figura 2.

Figura 1:

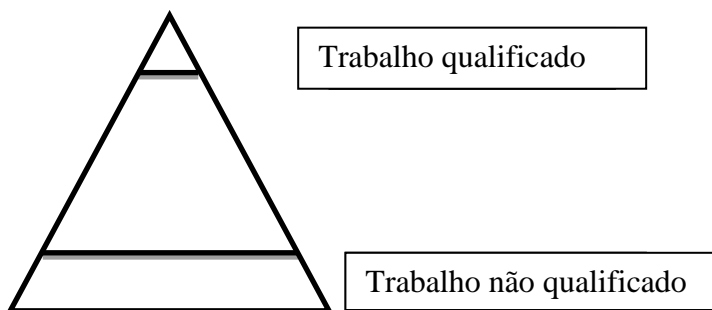
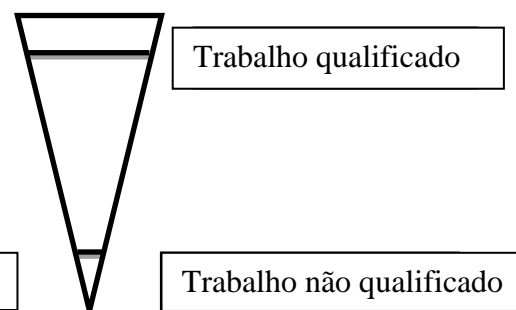


Figura 2:



Acontece uma revolução nos processos produtivos, o trabalho humano não é de forma alguma extinto, porque como já foi colocado é impossível para o capital se libertar por completo da dependência da força viva de trabalho, este, permanece no controle das máquinas, todavia, abre-se uma maior possibilidade de controle dos processos produtivos. A produtividade não depende mais do ritmo do trabalho humano, mas da capacidade de produção dos próprios equipamentos, ou melhor, a subsunção real do trabalho ao capital.

Considerando as atividades de montagem, como a robótica, por exemplo, um processo cada vez mais objetivo, a ciência utilizada a favor do capital atinge o seu ápice, “a robotização das linhas de montagem implica a radical eliminação do trabalho humano diretamente envolvido na atividade produtiva” (MORAES NETO, 2003, p.52).

Isto é claro porque ao se considerar os processos de montagem existiam algumas tarefas que apesar de serem extremamente simples e isentas de esforço mental eram impossíveis de serem executadas por uma máquina qualquer e somente poderia ser efetivada por seres humanos. Com o robô, as tarefas de montagem tornaram-se mais independentes do fator subjetivo do trabalho.

Quanto mais avançam os desenvolvimentos tecnológicos e científicos, mais a contradição entre capital e trabalho torna-se expoente. O desenvolvimento das forças

produtivas tende a expulsar cada vez mais dos processos de produção a fonte de toda riqueza socialmente produzida: a força viva de trabalho! A microeletrônica e expressa mais uma das contradições do sistema capitalista e constitui-se o berço da precarização do trabalho por expulsar um enorme contingente de trabalhadores que irão compor o exército industrial de reserva, e desta maneira, permitir ao capital o controle da força de trabalho ainda empregada com níveis salariais extremamente baixos.

Nas linhas finais deste capítulo buscaremos de forma um pouco sucinta apreender os impactos que a transformação do modo de produção capitalista tem acarretado para a classe trabalhadora nos dias atuais. Claro que em poucas páginas é simplesmente impossível elencar todos os reflexos - diga-se de certa forma bastante negativos - que o desenvolvimento do capital tem trazido para o homem que vende sua força de trabalho enquanto única estratégia de sobrevivência.

Como resposta do capital à *sua crise estrutural*, várias mutações vêm ocorrendo e são fundamentais nesta viragem do século XX para o século XXI. Uma delas, e de importância central, diz respeito às metamorfoses no processo de produção do capital e suas repercussões no processo de trabalho. Particularmente nos últimos anos, *como respostas do capital à crise dos anos 70*, intensificaram-se as transformações no próprio processo produtivo, por meio do avanço tecnológico, da constituição das formas de acumulação flexível e dos modelos alternativos ao binômio taylorismo/fordismo (ANTUNES, 2007, p. 180-181) *Grifos nossos*.

Como já dito, para sair do colapso da década de 1970 e reinstaurar a sua fase de acumulação ampliada, o capital deu entrada num amplo processo de reestruturação produtiva que associadas com as políticas de cunho neoliberal não tiveram espaço de impacto mais nefasto, do que, no âmbito do trabalho. Se não o maior, mas o mais importante impacto do processo de reestruturação dos processos produtivos foi o processo de fragmentação da classe trabalhadora implicando assim não o acirramento da luta entre o capital e o trabalho, mas, o combate entre frações no interior da classe trabalhadora.

O trabalhador submetido às práticas toyotistas está inserido num espaço de total manipulação ideológica do capital. Pois este é levado a acreditar numa falsa concepção de que ele faz parte da empresa e que o sucesso da produção é também o seu sucesso. Isto sem falar das mais variadas formas de trabalho que se expandem desde o setor de serviços até as práticas de terceirização e de trabalho autônomo. O que queremos dizer é que em plena vigência do século XXI o reconhecimento da classe trabalhadora enquanto ela mesma a produtora de toda riqueza social está cada vez mais distante. (ALVES, 2000).

Com a criação de novos nichos de mercado e a inserção das tecnologias microeletrônicas nos processos produtivos vem trazendo para os autores da sociologia do trabalho como tânia Frando, Graça Druck, Ricardo Antunes, entre outros, um debate bastante polêmico: a evolução tecnológica tem propiciado uma maior qualificação do trabalho? Para operar as novas máquinas e computadores realmente tem a requisição de trabalhadores mais qualificados por outro lado como a ciência vem tomando o lugar dos seres humanos dos processos de produção as atividades mais simples vem sendo substituídas por computadores e tecnologias microeletrônicas.

Observando a totalidade do processo podemos resumí-lo da seguinte forma: se observarmos não apenas indústrias de produção como também o setor de serviços, assistimos a uma massificação de trabalhadores que cumpriam á época do fordismo tarefas extremamente simples que não requeriam por parte do trabalhador nenhum esforço intelectual.

Com a introdução da microeletrônica nos processos produtivos em decorrência da reestruturação produtiva, estas mesmas atividades que antes eram realizadas por trabalhadores, hoje foram quase que extintas e/ou substituídas por robôs. Neste mesmo processo temos que para operar este aparato tecnológico requer-se de um número reduzido de trabalhadores extremamente qualificados para operação e controle das máquinas (MORAES NETO, 2003).

Sem maiores explicações, o sistema de produção do capital vem produzindo novas requisições para uma força de trabalho cada vez mais qualificada. Todo este processo também se deve a própria mudança no sistema de acumulação e produção, áreas de produção advindas da segunda revolução industrial, que vem sendo substituídas por novos setores de produção e de desenvolvimento:

Agora, o sistema capitalista está vivendo uma terceira grande transformação, impulsionada pelas necessidades da acumulação e pela inserção das novas descobertas científicas na produção, cujo processo vem revolucionando as forças produtivas. Nesta nova configuração estão ficando em segundo plano os ramos produtivos ligados à segunda revolução industrial, como a metal-mecânica, a química, o plástico etc. e, em segundo lugar, estão assumindo a liderança produtiva novos setores industriais, tais como a microeletrônica, a engenharia genética, a biotecnologia, a robótica, certos elementos de inteligência artificial, a nanotecnologia, além de tecnologias da informação, cujo desenvolvimento tem revolucionado a indústria da informática (*software e hardware*), das telecomunicações, da optoeletrônica e da radiofusão e proporcionando, entre outros fenômenos, a emergência da internet. (COSTA, 2008, p.106) *Grifos do autor.*

Num processo contraditório, na medida em que passa a requerer trabalhadores mais qualificados e melhor preparados para operar certas atividades, ao mesmo tempo produz um imenso contingente de trabalhadores que dispensam qualquer tipo de qualificação. Este processo de desqualificação do trabalho levado a cabo pelo sistema do capital tem produzido em quantidades inesgotáveis uma força de trabalho totalmente despreparada, sem as mínimas qualificações e sem acesso aos mínimos direitos trabalhistas, que ocupam as mais precárias formas de emprego e contratos de trabalho:

[...] que oscila entre os temporários (que não tem nenhuma garantia de emprego), aos parciais (integrados precariamente às empresas), aos subcontratados, terceirizados (embora se saiba que há, também, terceirização em segmentos ultraqualificados), aos trabalhadores da “economia informal”, enfim, a este enorme contingente que chega até a faixa de 50% da população trabalhadora dos países avançados, quando nele se incluem também os desempregados, que alguns chamam de *proletariado pós-industrial* e que preferimos denominar de *subproletariado* moderno (ANTUNES, 2007, p.60).

Afora a qualificação e desqualificação do trabalho, a transnacionalização das empresas vem acarretando uma cada vez maior divisão internacional do trabalho. Graças à terceirização da produção, fenômeno inaugurado pelo toyotismo, as grandes empresas capitalistas podem explorar a força de trabalho nas mais variadas partes do planeta colocando agora a classe trabalhadora numa luta não apenas em seu país, mas em nível global.

É indiscutível que nos últimos anos, a classe trabalhadora vem sofrendo o mais terrível ataque por parte dos mais variados extratos da classe burguesa e com o total apoio do Estado, graças a efetividade das políticas de cunho neoliberal, num cenário econômico em que realizam processos de contrarreformas, isto é, retrocessos e perdas de direitos sociais e trabalhistas.

4.2.2 A superexploração da força de trabalho: aumento da mais-valia para o capital

Nesta seção iremos discutir de forma sucinta o processo de superexploração da força de trabalho. Antes de qualquer coisa, vale colocar que a categoria superexploração do trabalho foi utilizada por Marini⁵⁵ para denominar um modo típico de exploração do trabalho que ocorre em economias dependentes como é o caso da América Latina e particularmente o Brasil. Apesar do conceito superexploração ter sido especificamente utilizado por Marini,

⁵⁵Ruy Mauro Marini trabalha a categoria de superexploração da força de trabalho especialmente nas obras: *Subdesenvolvimento e Revolução* e também em *Dialética e dependência*. Para uma aproximação às ideias de Marini, ver: Stédile & Traspadini. Ruy Mauro Marini – Vida e Obra. São Paulo, Expressão Popular, 2005.

vários autores defendem que Marx já havia dado apontamentos sobre a superexploração do trabalho em seu livro primeiro *d'O Capital*, quando analisa a exploração do trabalho enquanto fundamento do modo de produção capitalista.

Na sua abordagem Marx (2013) parte do pressuposto de que a sociedade capitalista se apresenta enquanto um conjunto de mercadorias e a partir daí traça o percurso em que analisa a mercadoria e seu valor. Neste percurso apreende-se que a própria força de trabalho também é transformada em mercadoria e como as demais são portadoras de um valor e a partir daí desenvolve o movimento de análise da exploração do trabalho enquanto fonte de mais valia. Em linhas gerais têm-se a superexploração do trabalho quando o trabalhador tem a sua remuneração abaixo do seu valor.

Durante todo seu processo de desenvolvimento das forças produtivas, o capital sempre objetivou a máxima extração de trabalho excedente seja através do aumento das jornadas de trabalho ou pela sua máxima racionalização aumentando sua intensidade e neste sentido:

[...] tanto o aumento da jornada de trabalho quanto o aumento da intensidade do trabalho, que acompanharam o aumento da produtividade do trabalho pelo emprego da maquinaria, ambas as formas elevam o desgaste da força de trabalho além do normal, implicando em elevação da necessidade de incremento nos meios de subsistência para reproduzir (repondo o desgaste extra) em condições normais a força de trabalho desgastada por aqueles novos mecanismos de exploração. [...] Marx [...] demonstra que a elevação do salário decorrente do aumento da jornada de trabalho e da elevação da intensidade do trabalho, ou seja, decorrente do desgaste da força de trabalho além do normal, não é efetivado a ponto de compensar tal desgaste e, por esta razão, não acompanha de forma proporcional o montante de mais trabalho (gerador por aqueles dois mecanismos) apropriado pelo capital. Ou seja, as horas extras(e o aumento da intensidade do trabalho) que a força de trabalho executa elevam seu valor, em termos de bens de subsistência necessários em virtude do desgaste extra, mas a remuneração pelas horas extras e pelo aumento de intensidade não repõem plenamente o desgaste extra, o que significa que, nesses casos, a força de trabalho passa a ser remunerada abaixo do seu valor. (DILLENBURG;NASCIMENTO; SOBRAL, 2015,p.11-12).

No capítulo XXIII do livro I *d'O Capital* que expressa o movimento de acumulação do capital e a pobreza enquanto resultante deste processo de acumulação, Marx deixa claro a funcionalidade do exército industrial de reserva neste processo de superexploração do trabalho pelo capital. Nos moldes de produção capitalista todo aumento de salário

[...] é confinado, portanto, dentro dos limites que não só deixam intactos os fundamentos do sistema capitalista, mas asseguram sua reprodução em escala cada vez maior. Na realidade, portanto, a lei da acumulação capitalista, mistificada numa lei da natureza, expressa apenas que a natureza dessa acumulação exclui toda a diminuição no grau de exploração do trabalho ou toda elevação do preço do trabalho que possa ameaçar seriamente a reprodução constante da relação capitalista, sua reprodução em escala ampliada. (MARX, 2013, p.697).

Em certos casos, um aumento salarial pode obscurecer a superexploração do trabalho, por exemplo, se uma empresa paga x ao seu funcionário e ele produz 10 sapatos numa jornada de seis horas por dia, uma empresa poderá pagar $2x$ e a produção diária de cada trabalhador será o dobro ou até o triplo. Neste caso o salário relativamente maior vela a superexploração do trabalho e nada ultrapassa os limites de valorização do capital.

No que tange a exploração do trabalho esta acontece durante a jornada normal de trabalho, do tempo de trabalho não pago ao trabalhador e apropriado pelo capitalista

A exploração se dá quando o capitalista não paga todo o valor acrescentado pelo trabalho humano as mercadorias produzidas em uma jornada de trabalho, se apropriando de uma parte que Marx chama de *trabalho excedente* (em oposição ao trabalho necessário que equivale ao valor dos meios de subsistência do trabalhador) (PEREIRA FILHO, 2017, p.03 *Grifos do autor*).

A superexploração do trabalho é fruto do próprio movimento do capital em sua busca por acumulação e nasce dentro do processo de exploração do trabalho

Ou seja, *utilização* da força de trabalho pelo capital está associado à exploração da força de trabalho pelo capital (dentro daquelas condições de normalidade). Totalmente distinto como afirma o próprio Marx, é a *espoliação* da força de trabalho pelo capital, que está associada a uma *exploração para além da normalidade*, a uma exploração que põe em risco a vida normal do trabalhador, uma exploração excessiva, uma superexploração. (DILLENBURG; NASCIMENTO; SOBRAL; 2015, p.114 *Grifos dos autores*).

É a partir dos apontamentos de Marx que Marini desenvolve a sua teoria da superexploração. Este autor marxista aplica à teoria de exploração de Marx a realidade das economias periféricas.

Amaral e Carcanholo (2009) colocam ao analisar a economia num nível mundial as relações de produção acontecem de forma desigual isto porque o desenvolvimento de algumas regiões se dá à custa do subdesenvolvimento de outras. Desta maneira o mercado mundial é controlado por algumas nações hegemônicas o que faz com que as nações dependentes transfiram parte do seu excedente para os países dominantes. Esta posição de dependência e subalternidade faz com que se aumente a exploração do trabalho através da superexploração.

De acordo com Marini, as diferenças de produtividade do trabalho entre a América Latina (periferia) e os países industrialmente avançados (países centrais) – refletindo diferentes composições orgânicas do capital – faz com que, na esfera da circulação das mercadorias entre periferia e centro, a mais valia produzida na periferia latino-americana de menor composição orgânica) seja apropriada pelos

países centrais (de maior composição orgânica). A redução das taxas de lucro decorrentes desta transferência de valor exacerbaria [...] a ânsia por lucro dos capitalistas latino-americanos, que passariam a super-explorar os trabalhadores. (DILLENBURG; NASCIMENTO; SOBRAL; 2015, p.17).

Esta superexploração do trabalho não representaria nada mais que os mecanismos de exploração do trabalho apresentados por Marx agora elevados a um nível que passam a afetar a saúde mental e física do trabalhador.

Marini destaca de acordo com Marques (2013, p.24) três formas de mais-valor obtidos com a remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor “1) O prolongamento da jornada de trabalho; 2) o aumento da intensidade do trabalho e 3) a conversão do fundo de consumo necessário do operário em fundo de acumulação do capital”. E acrescenta que:

A conjugação de uma ou mais dessas modalidades tornaria o salário (preço da força de trabalho) insuficiente para compensar um processo de trabalho que exija um desgaste físico e mental além do normal, o que implicaria a violação da lei do valor da força de trabalho e a reprodução atrofiada desta. Neste caso, o capital, ao encurtar o tempo de vida útil e de vida total do trabalhador, apropria-se no presente, dos anos futuros de trabalho. (MARQUES, 2013, p.14).

Mesmo sendo a superexploração do trabalho uma característica inerente principalmente às economias dependentes, elas não estão unicamente presentes nestas e também são utilizadas pelos países centrais.

No próximo item será analisado a título de exemplificação o processo de trabalho no Brasil buscando formas de demonstrar como se desenvolvem os mecanismos de superexploração do trabalho no país e quais seus rebatimentos sociais para o proletariado brasileiro. Para atingir este objetivo colocaremos de forma sucinta dois movimentos pelos quais vem passando a economia brasileira: a desindustrialização e a reversão neocolonial. Em conjunto, tais processos contribuem para reforçar o papel subalterno da economia brasileira e o consequente processo de superexploração da força de trabalho.

Como dito nas linhas iniciais deste capítulo, tomaremos de exemplo o caso brasileiro na tentativa de melhor esclarecer os mecanismos de superexploração do trabalho. Claro que a superexploração do trabalho não é um fenômeno que marca de forma exclusiva o nosso país, mas nada melhor que analisar um contexto próximo de nossa realidade. Para isso será feito um breve resgate histórico no percurso da formação social e econômica brasileira pois somente assim será possível compreender e localizar a nossa situação de subalternidade e subserviência bem como a superexploração que se dá em especial nas realidades dos países periféricos.

4.3 Reversão Neocolonial: fundamento da superexploração do trabalho no Brasil

Compreender a dinâmica social seja em nível mundial ou até mesmo de nações em específico requer dos indivíduos um olhar atento que ultrapasse o imediatismo. Somente assim será possível descarregar-se de conceitos pre-concebidos que ajudam a obscurecer a realidade contraditória que circunda a sociedade capitalista.

É neste sentido que devemos colocar em destaque a importância do papel histórico dos acontecimentos, isso porque, nada acontece de forma fortuita. Todo acontecimento e toda conjuntura existe devido a fatores que se estruturaram durante um percurso histórico. Partindo deste pressuposto e buscando elementos na realidade concreta tomaremos como base de análise a economia brasileira.

4.3.1 A produção do valor no Brasil

As mudanças da quais debatemos e abordamos nos capítulos anteriores ocorreram de forma mais profunda nas economias de capitalismo avançado o que não indica que nos países menos desenvolvidos tais mudanças não tenham ocorrido neste período. O que queremos indicar é que enquanto as nações desenvolvidas viveram o seu Estado de bem-estar, as economias em subdesenvolvimento também vinham sofrendo modificações que influenciaram a sua dinâmica de funcionamento.

Nesta seção abordaremos mesmo que de forma sucinta a dinâmica da economia brasileira no capitalismo contemporâneo, as formas de extração e precarização do trabalho que emergiram no cenário nacional nos dias atuais e assim procuraremos traçar um paralelo com a economia chinesa, um país que vem se desenvolvendo de forma excepcional nas últimas décadas e que ao mesmo tempo concentra em seu interior as formas mais grotescas de superexploração do trabalho que tendem a se difundir em nível mundial. Isso porque é tendência marcante do modo de produção capitalista a efetivação de formas de trabalho que possibilitem a máxima extração de trabalho excedente.

Para melhor compreensão do funcionamento do capitalismo brasileiro e a sua inserção no mercado mundial bem como o aprofundamento das mazelas sociais em nosso país, das formas de expansão do trabalho precário, da regressão dos direitos, falaremos de forma breve de como se desenvolveu a nossa economia que desde o período colonial se constituiu como uma economia dependente, de industrialização tardia e subalterna.

A discussão sobre o desenvolvimento do capitalismo brasileiro bem como o entendimento da inserção chinesa no modo capitalista de produção é muito ampla e complexa e seriam necessários inúmeros estudos a parte. Mesmo assim, isso não nos impede de abrir uma breve discussão sobre tais temáticas a fim de chegarmos a um ponto conclusivo no que se refere às relações de ambos os países na divisão internacional do trabalho. Este trabalho não se esgota aqui, ele apenas servirá para aguçar a curiosidade para compreensão da atual dinâmica mundial onde o capitalismo ancorado pelas premissas neoliberais caminha rumo à barbárie.

4.3.2 A particularidade capitalista do “país tropical”

Em pleno século XXI, em que as novas tecnologias vão sendo cada vez mais difundidas, o Brasil vem de certa maneira entrando num duplo processo de regressão que somente poderão ser mais bem compreendidos se nós voltarmos à nossa análise para a formação social, econômica e política de nosso país. Tais processos regressivos dizem respeito à desindustrialização e ao processo denominado por Sampaio Jr (2000) de “reversão neocolonial”.

Nos itens subsequentes serão tratados tais temáticas de forma um pouco mais abrangente. Por agora, nos concentraremos apenas em compreender de forma breve a estruturação econômica de um país que viveu durante séculos enquanto uma colônia de exploração e que foi incapaz de construir uma economia independente voltada para o seu próprio desenvolvimento socioeconômico interno.

A sociedade brasileira carrega em seu interior grandes desafios que embora para alguns pareçam ser episódicos e transitórios, será possível perceber que tais problemas são resultantes da própria estrutura de nossa formação. Problemas de uma sociedade dependente e subdesenvolvida que nasceu do processo de colonização, da busca das metrópoles de novos territórios para expansão de seus negócios. (PRADO JR, 2000).

As dificuldades que o Brasil enfrenta hoje são fruto de condições que se ergueram desde a sociedade colonial que na fase de transição para um Estado nacional não foram superados. Muito pelo contrário, estas anomalias brasileiras se mantiveram e se aprofundam. Vivemos num país em que a segregação social parece dividir a população rica da população pobre com um muro onde o mundo rico se sustenta com o aprofundamento da pobreza e o mundo pobre muito dificilmente conseguirá penetrar na sociabilidade do mundo rico. Isto nos possibilita dizer que, no Brasil de forma alguma a classe trabalhadora teve oportunidades

mesmo que mínimas de participação da riqueza socialmente produzida. Nosso nível salarial como diz Sampaio Jr (1999) “para baixo”, reflete a conformação de uma sociedade escravocrata com a ausência de qualquer remuneração justa capaz de prover o sustento do trabalhador e de sua família.

O Brasil se ergueu sob uma estrutura econômica voltada para fora, ou seja, uma economia extrovertida que caminhava de acordo com as necessidades do mercado externo e isto não foi eliminado. No decorrer da construção do capitalismo brasileiro este traço de dependência somente foi aprofundado e suas consequências se tornaram as piores possíveis.

Nossos dilemas não se concentram apenas na segregação social, o Brasil não conseguiu constituir-se enquanto uma nação independente, enquanto um Estado realmente nacional. Somos fruto do processo de colonização, somos resultado de um negócio, em que a metrópole sempre teve enquanto único e principal objetivo: a extorsão de nossas riquezas (PRADO JR, 2000).

Diante deste fator, nossa formação social e econômica é reflexo de nossa origem colonial, sempre dependente dos países capitalistas imperialistas que se sustentaram durante séculos sobre a base do trabalho escravo, das monoculturas e da concentração de riqueza e terra nas mãos dos senhores assim como também da formação tardia de nosso capitalismo. (SAMPAIO JR, 1999;2000).

Neste sentido, compreender todo este processo somente será possível se tomarmos enquanto ponto de apoio uma visão crítica da realidade que nos possibilite enxergar pouco mais além da superficialidade dos acontecimentos e extrair pontos-chaves que completam a totalidade da realidade brasileira.

Para análise de nosso trabalho tomaremos como marco de partida, um ponto-chave, a dizer, o próprio movimento de colonização por volta do século XVI. Como indicou Prado Jr, nesta fase os países da Europa – em especial Portugal (devido a sua estratégica localização litorânea) – deram entrada numa empreitada de desbravamento marítimo buscando a conquista de novos territórios comerciais.

A expansão marítima dos países da Europa, depois do sec. XV, expansão de que o descobrimento e colonização da América [...] se origina de simples empresas comerciais levadas a efeito pelos navegadores daqueles países. Deriva do desenvolvimento do comércio continental europeu que até o século XIV é quase exclusivamente terrestre, e limitado por via marítima, a uma mesquinha navegação costeira e de cabotagem (PRADO JR, 2000 p.21).

Tratando este movimento apenas enquanto uma fase de descobrimentos perdemos o seu real sentido e é neste contexto que devemos inserir o processo de colonização brasileiro reforçando que “em suma e no essencial, todos os grandes acontecimentos desta era se convencionou chamar com razão dos “descobrimientos”, articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comercio europeu” (PRADO JR, 2000, p.22).

Desde o seu “descobrimento” o Brasil se apresentou enquanto um grande negócio para os países de capitalismo já constituído, um território para ser integrado ao comércio capitalista. O país foi durante anos “o quintal” de Portugal. Daqui a coroa portuguesa retirava tudo o que fosse necessário e que não poderia ser produzido na metrópole e eram essenciais para sustentar a sociedade portuguesa.

É daí que podemos tomar nosso ponto de partida. Portugal em si mesmo nunca foi uma nação independente, muito pelo contrário, o país era dependente e norteou a construção da economia do Brasil de acordo com suas necessidades: “Portugal orientava, pois a colônia segundo as necessidades das economias de que dependia da Holanda e depois, sobretudo da Inglaterra e do seu capitalismo em pleno florescimento” (DOWBOR, 1982, p.30).

O Brasil foi uma colônia de exploração, o que quer dizer, que ao contrário de outros territórios também dominados pelas metropoles - as colônias de povoamento onde o objetivo não era apenas explorar mas fazer do espaço colonizado uma nação com economia e identidade próprias erigidas no mesmo período - não se objetivava aqui a construção de uma nação, de uma extensão dos países metropolitanos. O que nossa metrópole queria e via em nossas terras era somente a possibilidade de explorar e levar para fora todas as nossas riquezas naturais. A vasta extensão territorial, o clima favorável e as terras férteis se apresentaram aos colonizadores enquanto fontes inesgotáveis de riqueza que seriam produzidas para atender as necessidades de fora, as necessidades dos países metropolitanos que não gozavam das mesmas características. O fundamento da colonização não tinha outro propósito senão atender as necessidades comerciais dos países europeus:

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional a colonização dos trópicos toma um aspecto de uma vasta empresa comercial [...] destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu [...].E é com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras [...] (PRADO JR, 2000, p.31-32).

E assim se deu o início de nossa colonização. Vieram para o país somente os que possuíam recursos suficientes para desbravar nossas terras férteis e colocar a máquina terra

para produzir. Assim a base material da economia colonial se deu pela produção agrária com grandes concentrações de terra onde se produzia visando às necessidades de fora e para fora. As forças de trabalho empregadas nas grandes unidades de produção agrícola se davam sobre a base do trabalho escravo e todo o desenvolvimento da colônia se deu tendo o trabalho escravo enquanto a fonte de excedente econômico.

Neste contexto eram comuns latifúndios que concentravam em seu interior um grande número de escravos. Ali o proprietário do empreendimento agrário dominava de forma imperante e não parava somente aí, o seu poder extrapolava os limites da propriedade e exercia influências regionais.

Assim se apresentava a realidade brasileira, com regiões dominadas por senhores cada um exercendo o seu controle e submetendo a tudo e a todos as suas condicionalidades. O senhor, porém, não tinha total liberdade visto que ele era submisso à coroa portuguesa e produzia para ela, em troca disso ele tinha a garantia de sua posição social de domínio e prestígio.

Fernandes (1976), atenta para a importância que teve o escravismo durante as fases colonial e neocolonial e sua contribuição para que o capitalismo dependente se erigisse na sociedade brasileira. O escravismo foi essencial visto que foi graças ao emprego do trabalho escravo que permitia à Colônia um maior excedente econômico que seria mandado para a Metrópole. Esta base escravista se manteve com a vinda da Coroa Portuguesa para o Brasil.

Com a fase neocolonial o contexto social e econômico brasileiro sofre mudanças significativas, “[...] no conjunto tal transformação constituía uma revolução política de profundas consequências econômicas”. (FERNANDES, 1976, p.26). O controle decisório agora não depende diretamente da metrópole e se concentra na própria oligarquia agrária. O mais importante disso está no fato de que agora a maior parte do excedente econômico produzido graças à exploração do trabalho escravo fica a partir de então no interior do país, o que contribui para a formação do nosso mercado capitalista moderno.

O que não quer dizer que a elite burguesa externa não abocanhe parte deste excedente. Esta continuava a sugar e se aproveitar de nossas riquezas, mas num contexto diferenciado em que a nossa elite interna exerce mesmo que de forma ainda submissa, o controle dos que são boa parte das suas necessidades coletivas de fortalecimento e manutenção. No nível geográfico, dá-se início a descentralização do campo rumo às cidades com a constituição do mercado capitalista moderno e as relações de poder invadem e são sustentadas no meio urbano.

Assim caminhou a burguesia brasileira durante um longo percurso temporal. Ela se concentrava apenas em atender as suas vontades mesmo que estas aos poucos fossem enterrando a nação num foço profundo. Não havia nenhum espaço para questionamentos e a nossa classe burguesa se unia quando o problema era algo que fosse contra as suas vontades esta burguesia se entregou ao capital imperialista de corpo e alma.

Para se manter ainda mais forte, a burguesia brasileira toma para si o Estado e passa a dirigi-lo de acordo com as suas vontades. O nosso Estado é em verdade um Estado autocrático que existe para atender aos desejos e necessidades da burguesia nacional e não um Estado democrático que atende as necessidades da população como um todo. Se não fosse arriscado poderíamos afirmar que este se reveste em democrático quando os assuntos são referentes à manutenção dos objetivos burgueses e autoritário para o povo brasileiro quando este venha em algum momento representar perigo para os projetos burgueses. O Estado literalmente se converge no Estado burguês e atua de acordo com os desejos e vontades da burguesia.

Quando a burguesia brasileira fo obrigada a se modernizarem, ela não conseguiu acompanhar o processo e ritmo das economias capitalistas centrais. Claro que uma “modernização conservadora”, isto porque com o processo de industrialização tardia⁵⁶ e dependente que se instaurou no Brasil, as burguesias nativas se revestem e se renovam atuando no âmbito empresarial sem perderem seu caráter conservador e mandonista. Neste sentido a burguesia nativa se modernizou ao estabelecer uma elite industrial mas mantendo o seu caráter mandonista da época em que predominavam os antigos latifúndios rurais.

O antigo Senhor das grandes fazendas agora se representa na imagem do grande empresário que domina em suas mãos o controle das grandes indústrias e assim todo poder decisório permanece em suas mãos. Se por acaso, em algum momento elas se imaginaram e transpareceram a imagem de uma classe democrática, na realidade esta democracia restrita sempre foi democracia apenas para as classes burguesas e nunca uma democracia popular - esse seu lado é abandonado e ela se reveste de toda autocracia necessária para levar adiante os seus interesses particularistas e concentra em suas mãos os ganhos desta modernização no seu

⁵⁶ Se compararmos o processo de industrialização dos países de capitalismo avançado o processo de industrialização brasileira se deu de forma tardia visto que foi somente nops anos de 1930 durante o primeiro Governo Getúlio Vargas que o Brasil começa a implementar seu parque industrial. Neste sentido vale colocar que se comparado aos países já industrializados, todo maquinário utilizado aqui já era o bastante ultrapassado pois até mesmo nossa tecnologia industrial era vinda de fora. O que era aqui considerado tecnologia de ponta, nas nações desenvolvidas já despontava-se tecnologias muito mais avançadas o que as permitia produzir com baixos e conquistar lugar de destaque no comércio mundial.

espaço, dentro dos muros da própria burguesia enquanto classe, do que eram os seus objetivos. (FERNANDES, 1976).

Neste movimento interno da burguesia estava o seu condicionante externo: a sua entrega a burguesia internacional e diante desta, a nossa burguesia era extremamente frágil. De alguma maneira a elite externa proporcionava ao nosso capitalismo algum desenvolvimento, mas tudo dentro limites estabelecidos.

[...] estamos diante de uma burguesia dotada de moderado espírito modernizador [...]. Nunca para empolgar os destinos da Nação como um todo, para revolucioná-lo de alto a baixo [...]. A influência modernizadora externa se ampliara e se aprofundará; mas ela morria dentro das fronteiras da difusão de valores, técnicas e instituições instrumentais para a criação de uma economia capitalista competitiva satélite (FERNANDES, 1976, p. 216).

As burguesias nativas caminhavam na direção do que era exclusivamente seus objetivos, muito de longe elas visavam o bem da nação brasileira em seu todo, ou seja, a construção de uma sociedade mais igualitária e democrática, ao contrário disso, à custa da miséria da nação a “burguesia brasileira” traça o seu caminho mantendo e aprofundando a condição de subalternidade do país em relação ao capital imperialista externo.

O caráter autárquico⁵⁷ da burguesia nativa sempre foi uma necessidade. Esta tinha que se mostrar forte e imperante e diante de qualquer manifestação por parte da população trabalhadora ela tinha que se revestir e demonstrar o seu mais profundo caráter totalitário, a burguesia brasileira se une diante de um objetivo: o massacre da população e dos interesses da classe trabalhadora. A Oligarquia burguesa através do controle da máquina estatal demonstra a sua total impossibilidade qualquer convivência democrática no Golpe de 1964. A burguesia nacional demarca a sua face conservadora e antidemocrática. O desenvolvimento do país se deu conservando o poder e a dominação da oligarquia agrária, de nossa economia extrovertida e de uma nação amarrada à dependência e ao subdesenvolvimento (FERNANDES, 1976).

O capitalismo brasileiro se constituiu de forma peculiar o que exacerba os problemas sociais, escancarando a contradição entre as classes. A formação socioeconômica faz do Brasil um país em que a pobreza e a miséria são mais degradantes, assim como, também esta dependência coloca a barbarização e degradação da classe trabalhadora em primeiro plano. Isto acontece devido a vários fatores dos quais podemos enumerá-los. Em primeiro lugar devemos colocar que a burguesia nacional sempre direcionou e colocou os seus interesses enquanto interesses da nação e assim direcionou a construção de nossa economia de

⁵⁷ Caráter autárquico devido ao fato de que a burguesia brasileira concentra em suas mãos o controle da nação.

acordo com o que era interessante para ela e não para o povo. Em segundo lugar a nossa base escravocrata permitiu com que os salários sempre fossem os menores possíveis. Em terceiro lugar a nossa dependência não permitiu com que pudéssemos construir uma economia voltada para o desenvolvimento interno assim como também não tivemos acesso a um processo de industrialização consistente que pudesse dinamizar o país economicamente. Por fim pode-se concluir que a classe trabalhadora brasileira nunca teve acesso, mesmo que mínimo, da riqueza socialmente produzida.

A sociedade capitalista brasileira em especial, com sua forma simbólica de capitalismo que une subdesenvolvimento e subalternidade, se construiu de forma sempre pré-determinada pelas orientações do capital externo e a burguesia brasileira foi fundamental neste processo visto que sempre garantiu a dominação externa. No momento em que nossa burguesia se via ameaçada no que eram os seus objetivos, ela obteve de fora todo o apoio necessário para mostrar o seu poder e se apoiou Estado para voltar-se contra a própria nação. A burguesia nativa teve que se mostrar bastante forte e se munir de sua versão fascista contra a sociedade. A nossa burguesia se transformou e se uniu em torno de seus objetivos e sentiu a necessidade de impor a sua dominação, deixar claro que o poder e o destino da nação vão de acordo com as suas condicionalidades (FERNANDES, 1976).

O que é central consiste em que o grande latifúndio sempre se manteve em nossa base econômica. A grande concentração de terra dá sustentação aos grandes latifúndios que se concentram em monoculturas de exportação. O Brasil não construiu uma base industrial independente visto que até mesmo o nosso processo de industrialização deu devido a um processo de substituição de importações num cenário em que o país importava praticamente tudo, principalmente no que se refere ao setor de bens de capital.

Com base em Sampaio Júnior (1999) até mesmo o nosso modelo de desenvolvimento não é algo independente, muito ao contrário nós adotamos e copiamos modelos de desenvolvimento dos grandes centros de capitalismo desenvolvido o dito modelo de desenvolvimento baseado no desenvolvimento dos padrões de consumo o que somente vem a contribuir para fortalecer ainda mais a nossa concentração de renda, isto porque diferentemente dos países desenvolvidos onde o desenvolvimento dos padrões de consumo se dá diante de uma elevação do poder de compra do salário real, ou seja, o desenvolvimento da industrialização permite a população participar do processo de distribuição da riqueza, no Brasil este fato ocorre de maneira contrária: não existe uma elevação do poder de compra da classe trabalhadora, o que existe no Brasil é uma redução salarial se comparada ao

desenvolvimento das forças produtivas e a exclusão da maior parte da população deste processo.

A submissão de nossa nação ao capital financeiro internacional tem tornado mais expoentes a desigualdade social brasileira e o retrocesso social, econômico e político no qual estamos imersos.

4.4 Breves apontamentos sobre a industrialização brasileira e os impactos da reestruturação produtiva

O capitalismo brasileiro se construiu de forma peculiar, fundado numa economia dependente e como bem afirma Fernandes (1976) o nosso capitalismo consegue unificar o moderno ao arcaico e se constrói sobre estas bases. O que queremos expobenciar é que a formação socioeconômica brasileira nos moldes em que foi constituída consegue dinamizar a burguesia industrial nascente mas mantendo a sua face mandonista e autárquica como era durante em épocas passadas em que dominavam poderosos senhores das grandes fazendas.

Enquanto as grandes nações já vinham vivenciando um capitalismo já consistente e bem estabelecido, o Brasil ainda engatinhava na formação de uma sociedade que dava os primeiros passos para se inserir no mercado mundial o que já poderia apontar a sua inserção submissa a dinâmica global desse sistema.

Na mesma via, deve-se colocar que o nosso processo de industrialização é muito tardio visto que teve início nos anos de 1930, durante a era Vargas. Até este momento a economia brasileira se concentrava primordialmente na produção para exportação de produtos primários, como o café que era predominante no momento. O segundo momento de construção de um parque industrial em território nacional se deu na vigência do Governo Juscelino Kubitschek e finalmente durante a Ditadura Militar, nos anos posteriores ao golpe de 1964. O Brasil se industrializava mas ao contrário de outros países, a industrialização não acontecia com o objetivo de exportar mas de abastecer o próprio mercado interno.

O país estruturava-se, então, com base em um desenho produtivo bifronte: de um lado, voltado para a produção de bens de consumo duráveis, como automóveis, eletrodomésticos etc., visando um mercado interno restrito e seletivo; de outro, prisioneiro que era de uma dependência estrutural ontogenética, o Brasil continuava também a desenvolver sua produção voltada para a exportação, tanto de produtos primários quanto de produtos industrializados. (ANTUNES, 2014, p.13).

Todavia, esta fase de intenso processo de industrialização⁵⁸ não ocorreu ao acaso. Neste sentido devemos situar o Brasil no contexto histórico da época em questão. A fase de industrialização brasileira dá-se principalmente no mesmo período em que as nações de capitalismo avançado viviam os anos gloriosos do capitalismo:

O processo de industrialização, iniciado na virada do século XIX para o século XX, e intensificado a partir dos anos 1930, foi realizado com base no padrão fordista de acumulação e na recepção de grandes investimentos realizados por grandes corporações transnacionais que se instalaram no país, notadamente nas regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro (HESPANHOL, 2013, p.59).

O que tivemos neste percurso histórico foi sem dúvida uma enorme expansão das grandes empresas monopolistas que estavam em busca de novos espaços de expansão e encontraram no Brasil o terreno adequado para se instalarem e mais do que isso, essas empresas encontraram no Estado um grande apoio para o seu desenvolvimento no interior do nosso país. Durante todo este período, recursos do fundo público foram utilizados tanto para investimento em infraestrutura necessária à instalação das indústrias como também na criação de estatais em áreas estratégicas necessárias para o desenvolvimento industrial.

Não podemos negar o fato de que a industrialização brasileira evoluiu de maneira ímpar na mesma via em que o desenvolvimento social não atingia os mesmos patamares, muito ao contrário, o período de industrialização se deu tendo enquanto base a exploração do trabalho. Ao contrário dos países centrais que experimentaram o Estado de Bem-Estar Social que mesmo de forma ínfima permitiu a classe trabalhadora acesso a melhores condições de vida e de trabalho, no Brasil isto não aconteceu e não somente se manteve como se espraiou ao longo dos anos posteriores ao processo de reestruturação produtiva.

Com a passagem do grande colapso de 1970, os grandes centros imperialistas deram início a um intenso processo de reestruturação produtiva no Brasil este processo iniciou-se de forma lenta no final dos anos 1980 e só nos anos de 1990 o processo de reestruturação produtiva se tornou perceptível. Foi com a chegada de Fernando Collor de Mello ao poder que o país deu início à adoção das políticas de cunho neoliberal que se tornaram mais consistentes no governo Fernando Henrique Cardoso (ANTUNES, 2014).

⁵⁸Todo este movimento de industrialização trouxe transformações para a dinâmica social do país visto que este processo foi responsável por um longo processo de êxodo rural, visto que as populações rurais vinham para os grandes centros em busca de melhores oportunidades de trabalho. Este movimento contribuiu para expandir a mão de obra sobrando nos grandes centros o que permitiu uma massiva exploração do trabalho pelas indústrias que aqui se instalavam.

As empresas aqui instaladas passaram a adotar medidas baseadas no novo modelo de acumulação flexível, tudo isso amparado de forma legal graças aos ditames neoliberais que permitiram aos capitais nacionais dar início ao processo de intensa precarização do trabalho por meio da retração dos direitos sociais e trabalhistas.

O nível de desemprego e precarização se estenderam de forma preocupante no Brasil e estamos assistindo ao retorno das velhas formas predatórias de exploração do trabalho. O processo de reestruturação produtiva não é comum apenas às empresas privadas, nas últimas décadas, o Estado vem realizando um processo massivo de reestruturação, seja através da terceirização de parte das atividades por meio do incentivo à demissões voluntárias (TAVARES, 2004).

Com o advento e legalização da terceirização bem como dos processos de descentralização, as empresas deslocam-se em seu espaço geográfico e se instalam no país na busca de uma força de trabalho com baixa remuneração e uma elevada qualificação profissional. Indiscutivelmente a classe trabalhadora brasileira está assistindo desde as últimas duas décadas do século XX o seu massacre consentido pelo Estado e que se apresenta de formas bem mais desumanizantes num país de capitalismo dependente como o Brasil.

Nos dias atuais a classe trabalhadora vem sendo ao extremo precarizada. De forma nunca vista os direitos trabalhistas vem sendo retirados, camuflados e adaptados de acordo com às necessidades que são requeridas pelo capital e sem questionamentos por parte desta mesma classe trabalhadora que é vítima de todo processo. Os movimentos sindicais perderam o seu poder de organização e lutam apenas por seu espaço no interior da fábrica. Mais do que o seu massacre o pior parece ser a aceitação por parte da classe trabalhadora deste processo de precarização e aviltamento do trabalho.

4.5 A dinâmica da superexploração como alavanca do capital e o caso brasileiro

O século XX foi o século das transformações. Neste percurso temporal o sistema capitalista perpassou duas grandes crises agudas, a crise de 1929 e o colapso de 1970, sendo esta última a que demarca a entrada do sistema em sua fase financeirizada. Grosso modo, a grande maioria dos países foram inseridos nesta dinâmica cada um a sua maneira e resguardando as suas peculiaridades. Mas se existe um traço que é comum a todas estas nações são as modificações realizadas no mundo do trabalho, o aumento do desemprego e as discrepâncias sociais. Todos estes fenômenos apresentam-se de forma mais perversa nas economias subdesenvolvidas, como os países da América latina.

A superexploração do trabalho é um traço inerentemente característico das economias subdesenvolvidas isto mesmo devido a sua forma de inserção no mercado mundial. No caso brasileiro a superexploração do trabalho se desenvolve num contexto diferenciado que para a sua compreensão devemos fazer a ligação de uma serie de fatores dos quais serão colocados adiante fatores estes que marcam a singularidade delicada de uma nação dependente e subordinada onde sua burguesia nativa optou por manter seu *status quo* em troca de entregar a sociedade brasileira ao capital externo a sorte desprezível de uma nação subserviente e com extrema desigualdade social.

4.5.1 Desindustrialização: o retrocesso

Como afirmam os autores estudiosos no Brasil como Caio Prado Jr, Florestan Fernandes, Celso Furtado, dentre outros, o subdesenvolvimento de forma alguma é uma etapa pelo qual deverá passar e passou as economias para atingirem o desenvolvimento. A condição subdesenvolvida dá-se a própria inserção do país no mercado mundial. Esta característica de ser uma economia subdesenvolvida demarca a posição e a funcionalidade que exerce tais nações no interior do mercado global. O desenvolvimento seria então:

[...] o resultado de um longo processo de crescimento econômico, com elevado aumento da produtividade média, sem o qual o excedente não cresce o bastante para acelerar a taxa de investimento e diversificar a estrutura produtiva e do emprego. Esse processo intensifica a industrialização e urbanização para transformar de maneira progressista as estruturas sociais e políticas do país. Ademais, também se alterarão e modernizarão hábitos e costumes da sociedade. (CANO, 2014, p.02).

Dentro desta própria conceituação de desenvolvimento podemos apreender a importância não apenas da construção como também de políticas de manutenção e fortalecimento do setor industrial de um país. Visto que é através deste desenvolvimento consistente da indústria que uma economia se dinamiza e se desenvolve. As economias desenvolvidas não somente conseguiram instaurar um setor industrial forte como também incentivou este setor de tal maneira que de forma gradual atingiram o processo de desindustrialização.

A desindustrialização somente é possível quando o setor industrial se desenvolve, ou seja, quando o setor industrial elevada produtividade de modo a dinamizar determinada economia. À medida que se desenvolve a indústria no mesmo passo expande-se a renda per

capta o que induz a população a requisitar outras necessidades de consumo o que impulsiona a expansão do setor de serviços

A indústria possui um importante papel no desenvolvimento econômico e social devida sua capacidade de multiplicar a produção refletindo em um maior estímulo do setor por meio de maiores investimentos aliado ao crescimento da renda per capita[...].Com o avanço e consolidação da indústria, abriu-se espaço para a urbanização surgindo então uma nova economia em função da demanda por serviços e comércio. Essa nova economia irá absorver a mão de obra e o setor industrial, deixando de ser o principal gerador de empregos(CASTRO, 2014, p.06).

Os países da América Latina iniciaram o processo de desindustrialização nas décadas de 1980 e 1990 e o Brasil acompanhou esta fase. O que devemos destacar é que este processo ocorreu numa via totalmente contrária a dos países desenvolvidos onde este movimento não trouxe consequências negativas para o seu desenvolvimento econômico. Na América A desindustrialização progressiva dos países subdesenvolvidos veio acompanhada de uma série de traços negativos que auxiliaram e impulsionaram em grande medida as economias periféricas como, por exemplo, a economia brasileira.

No caso brasileiro o setor industrial não se dinamizou a ponto de impulsionar o processo de desindustrialização como colocado um pouco antes. De forma diversa, o processo de industrialização aconteceu num contexto diferenciado na fase desenvolvimentista. O incentivo e investimento industrial deram-se via endividamento externo num momento favorável com uma imensa disponibilidade de liquidez internacional. Logo que a corrente se inverteu o processo de industrialização foi barrado e houve a elevação das taxas de juros que contribuiu para exponenciar, a dívida brasileira. Nas últimas décadas, tanto os investimentos quanto a participação da indústria no PIB vem mostrando queda o que indica um processo de reversão da economia brasileira.

Dos países recentemente industrializados o Brasil era o que apresentava até o final do século XX um setor industrial diversificado como automóveis, roupas, calçados, brinquedos e materiais plásticos. Apesar de não ser líder em alta tecnologia possuía demanda interna e externa dos produtos acima citados. Porém, o início do século XXI mostrou ao mundo a evolução dos produtos asiáticos, ostentando melhor qualidade a preços competitivos enquanto a indústria nacional aparentava estagnação tecnológica a preços elevados (CASTRO, 2014, p.26).

Em contexto brasileiro, a desindustrialização aconteceu sem um amadurecimento do setor industrial. A renda per capita nacional é bastante inferior se comparadas aos países desenvolvidos e o nosso processo desenvolvimentista inconcluso apresentou para a economia brasileira enquanto estratégia concentrar seus esforços no setor primário da economia.

Além da reprimarização da economia brasileira esta veio acompanhada da diminuição do peso do setor industrial avançado em tecnologia e com produtos de alto valor agregado e concentrou-se na produção de manufaturados mais intensivos com baixo valor agregado. Esta inversão da economia brasileira aconteceu devido a sua perda de competitividade no mercado industrial visto que por não possui um setor industrial forte e avançado não apresenta condições de competir no mercado. Estaríamos dando entrada num processo de reversão neocolonial onde o país volta a exportar matérias primas e commodities com baixo valor agregado e importa produtos manufaturados com elevado valor agregado (SAMPAIO JR, 1999; 2010).

No que diz respeito ao processo de reversão neocolonial este é um processo que desencadeou-se nas economias subdesenvolvidas latino americanas após as transformações estruturais pelas quais passaram as economias capitalistas após os anos 1970. A reorganização do cenário econômico mundial, do comércio entre as nações e o fortalecimento das economias imperialistas reforçara o papel subserviente das economias subdesenvolvidas que estão dispostas a sede de lucro da burguesia internacional:

Transformadas em meros “mercados emergentes”, as economias da periferia tornaram-se alvos de verdadeiras operações de pilhagem por parte dos grandes conglomerados internacionais interessados em tirar proveito de privatizações, fusões e aquisições; utilizar o poder de monopólio para controlar segmento inteiros do mercado nacional e internacional; aproveitar a fragilidade e o desespero dos países endividados para extorquir-lhes polpudos recursos, sob a forma de benefícios fiscais e financeiros; explorar as vantagens comparativas derivadas do controle de matérias-primas estratégicas, da presença de mão de obra barata e da possibilidade ilimitada de deprestar o meio ambiente (SAMPAIO JR, 2010, p.45).

Enquanto os grandes centros que detém o domínio do mercado mundial e o controlam de acordo as suas vontades e necessidades restam as nações subalternas adequar as novas exigências e se encaixarem neste contexto no mínimo espaço que lhes sobram⁵⁹.

O processo de desenvolvimento baseado no endividamento trouxe consequências bastante complicadas e negativas para a economia brasileira que nos dias atuais esta inserida numa nova dependência com traços bem piores. A adoção do neoliberalismo mergulha o Brasil numa serie de submissões aos organismos financeiros internacionais que atuam em prol das burguesias imperialistas dos países hegemônicos. Todo este processo faz com que a economia brasileira se volte aos interesses dos países do centro e deixe e lado a sua própria identidade nacional.

⁵⁹ Se somarmos a isso o endividamento público chegamos à fatídica conclusão e que o Estado esta cada vez mais se abstendo da sua face que presa pelo bem social e entregando sem o menor esforço por parte da burguesia rentista internacional grande parte do orçamento da união que poderia ser destinado a melhorias das condições de vida da população.

Nesta preocupante situação a burguesia brasileira como sempre fez, volta seus olhos para os interesses de fora e atua voltada para fora, mesmo que o resultado disso seja a pauperização da maioria da população brasileira, combinada a um processo em que a economia nacional parece retroceder no tempo:

O deslocamento do centro dinâmico da economia para o mercado internacional fechou o espaço para a formação de sistemas econômicos nacionais e revitalizou atividades produtivas típicas de uma economia colonial, revigorando o latifúndio baseado na monocultura, na exploração de mão de obra barata e na depredação do meio ambiente. (SAMPAIO JÚNIOR, 2010, p.45-46).

Para Sampaio Jr (1999,2000) estes problemas que se aprofundam na sociedade atual são resultantes de fissuras que foram abertas na estrutura de nossa formação social e que não foram superadas na transição do Brasil colonial para o Brasil de hoje. Tais problemas se mantêm e se aprofundam devido a nossa posição de dependência:

“No Brasil, esses problemas são facilmente identificáveis: A extrema desigualdade social e regional que caracteriza a sociedade brasileira e a subordinação da vida nacional à lógica da acumulação do capital internacional”. (SAMPAIO JR, 2000. p.126).

Afora o curtíssimo período de industrialização baseado no modelo de substituição das importações, segundo este referido autor, o nosso capitalismo dependente não tem mais nada a oferecer a população nacional a não ser o aumento dos seus problemas sociais e econômicos que somente aprofundam e tornam mais graves à medida que a subalternidade se expressa. A reversão neocolonial não é uma questão que remete somente a industrialização brasileira mas a toda a sua dinâmica de formação interna:

O desaparecimento dos setores estratégicos do parque produtivo, o crescimento vertiginoso do subemprego e do desemprego aberto, a crise do pacto federativo, a corrupção como sistema de governo e os alarmantes sinais de perda da identidade nacional são os sintomas mais preocupantes do avançado estado de crise de reversão neocolonial que abala o Brasil. (SAMPAIO JR, 2000, p. 131).

Como dito anteriormente, devido a desindustrialização o Brasil vem se especializando na produção de gêneros agrícolas e deve-se ser colocado que tal ramo de produção não apresenta um elevado valor agregado o que coloca o Brasil numa relação comercial subalterna e desvantajosa devido ao fato de continuarmos a importar produtos de alto valor agregado produzidos com tecnologias de ponta. Para melhor compreensão deste processo de reversão pelo qual vem enfrentando a economia brasileira seria interessante fazer

uma breve colocação de que este processo de desindustrialização negativa foi impulsionado devido ao fato de que as empresas multinacionais estão deslocando seus investimentos para países onde a força de trabalho encontram-se mais fragilizadas e com remunerações bem mais inferiores como o Paraguai e também a China:

[...] a produtividade e competitividade da indústria brasileira contiveram-se e, em muitos casos, caíram e isto foi bem percebido pelo capital. Ao mesmo tempo, houve guinada de IDE predominantemente americano e asiático para a China em busca de trabalho barato, câmbio desvalorizado e alta competitividade. Por essa razão, ele se mudou, em grande parte, para a China a fim de produzir mais barato [...]. (CANO, 2014, p.17).

O autor ainda detalha que:

O exuberante crescimento anual da economia chinesa expandiu sobremodo sua demanda externa de forma generalizada. A nova divisão internacional do trabalho, elevada produtividade e câmbio desvalorizado fizeram, no entanto, com que as relações comerciais com a América Latina passassem a ter a forma clássica da relação centro periferia, com a pauta exportadora chinesa constituída, fundamentalmente de produtos manufaturados e sua pauta importadora, de produtos primários, ao contrário da estrutura comercial que praticava com o resto da Ásia, UE e EUA. (CANO, 2014, p.22).

Se observarmos o contexto em que se dá a produção brasileira que não conseguiu construir um parque industrial com tecnologias de ponta, devido mesmo a esta dinâmica econômica da China fica quase que impossível um país como o Brasil competir a par de igualdades no comércio mundial. Graças a isso assiste-se a falência das indústrias brasileiras isso sem contar que nos últimos anos até mesmo empresas brasileiras transferiram-se para China em busca de melhores condições de produção para competir no comércio mundial. Resta ao Brasil voltar seus olhos para o setor primário da economia e retroceder a fases remotas onde se exporta produtos primários e matéria primas, importa-se manufaturados.

Para amenizar essa posição desvantajosa a superexploração do trabalho é a única estratégia encontrada. A subalternidade da economia brasileira é descontada no trabalhador, que a cada ano assiste ao desmantelamento das legislações trabalhistas de forma a adequar a nossa legislação as novas necessidades impostas pelo imperialismo.

4.6 O trabalhador no contexto brasileiro: a regressão dos direitos como forma de adequação as necessidades de acumulação ampliada do capital

Pelo que foi minimamente exposto é possível perceber que o Brasil possui uma estrutura social e econômica que tornam mais perversos os seus problemas. A partir deste

pressuposto poderemos fazer um breve estudo do processo de regressão os direitos trabalhistas na busca de compreender a sua finalidade real e os reflexos que esta regressão traz para a classe trabalhadora brasileira. Com as transformações na dinâmica capitalista após os anos 1970, o processo de reestruturação produtiva e a difusão da ideologia neoliberal trouxeram impactos para a classe trabalhadora em nível mundial e o Brasil não se encontra isento do processo.

A realidade brasileira, inserida que está nessa lógica, também apresenta significativas modificações na configuração do mercado de trabalho nacional. Ao longo das duas últimas décadas do século XX, o Estado convalidou a flexibilização requisitada pelo empresariado, resultando no aprofundamento da precarização do trabalho, do desemprego, do subemprego e da informalização. (NASCIMENTO, 2015, p.02).

Analisando a situação brasileira em especial que se apresenta com uma elevada supexploração do trabalho como defendido por Marini e colocado no capítulo anterior, uma economia dependente traz em seu bojo uma característica inerente de ser portadora de um processo massivo de superexploração do trabalho. Isto deve a fatores estruturais da formação sócio-histórica. A extração de mais-valia necessitará ser maximizada já que ela deverá alimentar os desejos tanto do capital externo devido ao próprio traço dependente de nosso país como também atender aos anseios da burguesia local.

Os direitos referentes ao trabalho no Brasil surgiram principalmente a partir da década de 1930 com o início do processo de industrialização. Foi no Governo Vargas que se instituíram no país as principais leis trabalhistas através da CLT. Após os anos 1990 quando o neoliberalismo penetra profundamente na dinâmica da sociedade brasileira são perceptíveis às estratégias utilizadas pelo capital para adequar a legislação trabalhista brasileira as necessidades de acumulação capitalista.

Nas últimas décadas o enquadramento do Estado ao modelo de Estado neoliberal permite com que as grandes empresas capitalistas instaurem no país o seu modelo especial de sociedade. Modelo em que regridem os direitos e precarizam as relações de trabalho tornando mais discrepantes as polarizações sociais.

Sinalizamos que a ideologia neoliberal intuitivamente coloca o mercado enquanto ator central capaz de conformar a estrutura social de forma mais equânime. Nesta concepção os processos de mudanças que vêm ocorrendo na legislação trabalhista brasileira têm enquanto estratégia adequá-la a ideologia neoliberal que coloca as relações de trabalho em instâncias que devem ser mediadas pelo mercado e não pelo direito.

No que diz respeito a atuação do Estado, esta deve ser cada vez mais minimizada em relação ao social e presente ao máximo em relações e causas de interesse da burguesia.

Mas vale ressaltar que se trata de um Estado absenteísta no que se refere á garantia de direitos, mas um Estado forte quando se trata de retirar, flexibilizar, precarizar direitos (apresentados como privilégios), desmontar políticas sociais (mostradas como dispendiosas) e criminalizar movimentos sociais e populares que se colocam contrários à continuidade dessa lógica. No que se refere a movimentação governamental – em termos nacionais e internacionais – para viabilizar os negócios da burguesia, a intervenção é naturalizada e tratada como *negócios do Estado, do país, de interesse geral*.[...] Ou seja, a burguesia não pretende uma total desregulamentação dos mecanismos reguladores da economia, mantendo como imprescindível a presença do Estado para defesa dos seus interesses.(FORTI,MARCOSIN, MARCOSIN, 2012, p.26). *Grifos nossos*.

É perceptível que apesar do neoliberalismo pregar o mercado enquanto instância mediadora capaz de produzir o bem e a igualdade social a realidade é diferente. O mercado produz a falta de paridade e não uma condição de entes em par de igualdades

Trata-se, desse modo, de criar as condições para a prevalência do mercado na determinação da relação de emprego, submetendo os indivíduos ao assalariamento conforme a correlação de forças vigente em cada setor de atividade ou conjuntura. Ora, o mercado, como sabemos, é promotor de desigualdades e não de igualdade. Na ausência de proteção social, consagra-se a prevalência do mais forte, o que expõe os trabalhadores a uma série de riscos e insegurança (CESIT/IE/UNICAMP, 2017, p.19).

O pensamento neoliberal resgatou a premissa da força de trabalho enquanto mercadoria transacionada no mercado e por ser o portador desta força de trabalho um ser livre a venda de sua força de trabalho seria uma escolha. [...] “a relação entre empregado e empregador aparecia como uma troca voluntária entre sujeitos iguais, numa operação contratual e inscrita na ordem privada. A “liberdade da pessoa’ constituía a liberdade de fixação de contratos individuais de trabalho”. (CESIT/IE/UNICAMP, 2017, p.10).

As contrarreformas na legislação trabalhista que vem sido desenvolvidas nos últimos anos são formas de adequar o que foi legislado as condições ótimas de acumulação de capital. Marcosin, Marcosin e Forti (2012) detalham que a flexibilização da legislação trabalhista acontece no mesmo contexto do movimento de reestruturação produtiva, mas não é um resultado desta. A reestruturação produtiva, por sua vez, é concernente a mudanças na produção e acontece de forma permanente no movimento do capital:

Como existe uma inteira relação entre a economia e a política, a flexibilização da legislação trabalhista é conformada nesse processo, ganhando centralidade na sociedade do capital. Nessa relação entre a economia e a política é que entendemos

que a causa primária, então, não se localiza na reestruturação produtiva propriamente dita, mas a sua relação com o neoliberalismo, já que o capitalismo reestrutura-se desde sua gênese. (MARCOSIN, MARCOSIN E FORTI 2012, p.28).

Complementando que:

O ohnoísmo/toyotismo foi introduzido como técnica voltada para a redução de custos, um novo padrão de produção alinhado a acumulação flexível, ou seja, compatível com os tempos do ideário neoliberal. No âmbito da produção absorve-se o toyotismo a flexibilização da produção (do aparato produtivo e do processo de trabalho) e nas relações de trabalho almeja-se a domesticação dos organismos sindicais dos trabalhadores, instituindo-se uma severa ofensiva contra os sindicatos. (MARCOSIN, MARCOSIN E FORTI 2012, p.28).

A lei geral da acumulação capitalista torna-se presente no contexto atual. O numero expressivo de trabalhadores expulsos do processo produtivo é uma arma para o capital que leva adiante as suas estratégias desumanas de exploração do trabalho. Por medo de perder o emprego os trabalhadores que ainda permanecem com vínculos empregatícios são submetidos as mais precárias condições de trabalho além de terem paulatinamente retirados os direitos trabalhistas frutos de muita luta por parte da classe trabalhadora.

A reforma trabalhista brasileira é a representação viva do ataque do capital contra a classe trabalhadora com o total apoio do Estado. O DIEESE afirma com segurança que:

Entre os principais pontos que dizem respeito a esse tema está a regulamentação de um “cardápio” de contratos precários que se somam ao contrato temporário recentemente aprovado pela Lei 13.429/2017, garantindo ao empregador uma variedade de formas de contratação com menores custos. Para os trabalhadores, significará inserção no mercado de trabalho com menor proteção. (2017, p.01).

A “reforma trabalhista” é justificada pelos seus defensores enquanto algo moderno visto que o mundo passou por intensas transformações e a legislação trabalhista defendida na constituição brasileira de 1988 já estaria ultrapassada. Dessa forma afirmam ser moderno formas precárias de trabalho que remontam á épocas antediluvianas de capital. As reformas objetivam resgatar o trabalho escravo e a ausência das coberturas mínimas de direitos e condições humanas de trabalho.

Além do retrocesso dos direitos existem outros mecanismo de superexploração. Martins (1994) faz em seu trabalho alguns apontamentos sobre as formas de trabalho escravo existentes no Brasil, em especial a peonagem nos grandes latifúndios da região amazônica.

Diversa da escravidão clássica, que no Brasil se firmou no cativeiro do negro, a peonagem recente entre nós é marcada por extrema violência física contra os

trabalhadores, em alta proporção culminando com o assassinato daqueles que procuram fugir. A tese do autor é a de que a escravidão por dívida é a variação extrema do trabalho assalariado em condições de superexploração, isto é, em condições de mercado em que a exploração do trabalhador é levada ao limite de comprometer sua própria sobrevivência. (MARTIS, 1994, p.01).

O autor salienta que estas formas de trabalho estão presentes em ramos econômicos antigos como é o caso do extrativismo de borracha como também nas modernas fazendas de criação de gado ligadas a grandes grupos internacionais.

Quando a escravidão se apresentou enquanto uma barreira para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil ela foi barrada o que na realidade nunca foi um impedimento para que formas de trabalho escravo fossem mantidas e desenvolvidas

Pode-se dizer que o capital tanto remove ou dissolve relações sociais (e relações de produção) que bloqueiam sua reprodução ampliada, quanto incorpora a ela aquelas persistentes relações que, ainda que temporariamente, podem ser substituídas. Nesse sentido, de fato ele as *recria*, mas agora como momento do seu processo de reprodução. Elas parecem ser as mesmas relações, mas agora são outra coisa, isto é, são agora forma social carregada de novas determinações decorrentes da mediação do capital no movimento da sua reprodução ampliada.(MARTINS, 1994, p.06).*Grifos do autor.*

Se antes a persistência da escravidão era vista enquanto reflexos de sociedades em áreas em que ainda não havia penetrado por completo as práticas capitalista de produção, na realidade são resultado do próprio desenvolvimento contraditório deste sistema.

Outra forma escancarada de superexploração do trabalho no Brasil é o salário mínimo. De acordo com Luce (2013, p.173):

[...] um parâmetro para avaliar a remuneração da força de trabalho em condições próximas do seu valor é o salário mínimo necessário (SMN). Calculado pelo DIEESE, [...] o SMN toma em consideração não apenas o salário mínimo legal no comparativo com a inflação, mas o salário que deveria expressar a quantia necessária para “cobrir os gastos com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social”. Ou seja, a quantidade de valores de uso necessária para a força de trabalho se reproduzir em condições normais [...].

De acordo com dados do DIEESE, em dezembro de 2017 o salário nominal no valor de R\$937,00 estava muito distante do salário mínimo real de R\$3585,05. Ou seja, o trabalhador brasileiro recebe R\$ 2648,05 a menos do que ele realmente necessita para sobreviver e manter o sustento de sua família.

O fato de receberem um valor inferior o necessário faz com que muitos trabalhadores trabalhem além da jornada diária de trabalho. “A manutenção de um percentual elevado de assalariado que trabalham além da jornada legal constitui um claro sintoma de que

a taxa salarial média no país permanece muito baixa [...] (ARAÚJO, 2013, p.09). Para manter-se de forma digna grande parte dos trabalhadores no Brasil exercem cargas horárias de trabalho superiores ao estabelecido na legislação.

[...] podemos mencionar algumas medidas adotadas pelo Estado sancionando a violação do valor da força de trabalho: (1) banco de horas; (2) abertura do comércio aos domingos; (3) flexibilização da CLT autorizando a venda de 1/3 das férias; (4) mediante portaria do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), facultando negociar redução de 50% do horário de almoço (LUCE, 2013, p.178).

Complementando o autor salienta que:

Do ponto de vista do capital, reduzir os poros da jornada – seja da jornada diária, seja a jornada anual – de modo a exigir do trabalhador maior dispêndio de sua força viva sem incorrer em custos adicionais para contratação de novos empregados consiste de um método de se apropriar de uma massa superior de valor atentado contra o fundo de vida do trabalhador. Quanto a este, contar com menos tempo para repouso e recuperação de sua força vital [...] não poderá ser compensado com aumento da quantidade de bens consumidos. Com isso, o sobredegaste de sua corporeidade físico-psíquica tende a levar à piora e suas condições de vida, ao adoecimento e ao esgotamento prematuro de seu tempo de vida útil (LUCI, 2013, p.179).

Em sua essência as contrarreformas trabalhistas demonstram a expansão de mecanismos que legalizam a superexploração. Nas décadas atuais ainda é comum o desenvolvimento de formas de trabalho de séculos anteriores. Apesar de se modernizar o sistema necessita manter em seu interior formas de trabalho ultrapassadas isto porque são funcionais a este modo de produção em sua fase atual

Na verdade, a regressão dos direitos estão entre as estratégias do capital para restabelecer suas taxas de lucro através da diminuição dos custos com o trabalho. A reforma ao invés de criar mais oportunidades de emprego como defendem os seus precursores possibilitam as empresas não somente dispensarem força de trabalho sempre que necessário de acordo com as oscilações do mercado, mas também diminuir os custos que tal dispensa acarreta.

O que presenciamos não somente na dinâmica brasileira mas em toda dinâmica mundial é que as formas não só de exploração mas de superexploração do trabalho são tendências que tendem a se espalhar por todas as nações capitalistas. Mais do que isso, estas formas de superexploração acabam por ser consentidas e legalizadas pelo Estado o que nos permite afirmar e reforçar que no contexto da sociabilidade burguesa torna-se impossível consorciar desenvolvimento do capital à uma democracia social que preze pelos direitos e

melhorias da condições de vida da classe trabalhadora. Uma transformação social somente se efetivara quando a classe trabalhadora se reconhecer enquanto produtora de toda riqueza e tornar-se sujeito revolucionário reconhecendo o seu real papel na sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O capitalismo contemporâneo sofreu modificações em sua dinâmica de funcionamento. Sob a égide do capitalismo financeirizado, as finanças tornaram-se o principal lócus de valorização do capital. Com o desenvolvimento dos sistemas de informação as indústrias desterritorializadas operam em qualquer ponto do planeta comandadas pelas matrizes em seus países de origem nos grandes centros capitalistas mundiais. O que não muda e continua a ser o cerne deste modo de produção é a exploração da força de trabalho através do qual ele se sustenta e se mantém.

Durante todo o seu percurso constitutivo o modo de produção capitalista exerce modificações nas organizações dos processos produtivos, visto que estas mudanças impactam na produção de valor e mais-valor por meio da exploração da força de trabalho. No intuito de aumentar essa produção de valor e mais-valor, as reestruturações produtivas são necessárias para este sistema. Isso nos permite sinalizar que apesar da crise de 1970 levantar um grande debate sobre a reestruturação produtiva fazendo com que esta pareça um fenômeno novo, na realidade não o é.

Mesmo sendo algo concernente ao próprio modo de produção capitalista, a reestruturação produtiva trouxe consigo as mais perversas formas de exploração do trabalho enquanto umas das principais formas de retomar as taxas de lucro do período anterior. Tudo isso nos leva a apontar que os crescentes níveis de desemprego, o resgate das formas de trabalho escravo que na realidade nunca foram eliminados, o subemprego e a superexploração do trabalho não são caos fortuitos e passageiros, mas características mais que funcionais na atual etapa do modo de produção capitalista.

Durante os anos gloriosos, o capitalismo conseguiu se sustentar -isto é claro nos países de capitalismo avançado – num modelo de acumulação que no âmbito da produção tinha um padrão de organização do trabalho baseado no fordismo. No âmbito econômico e social a forte intervenção estatal típica do “Estado Keynesiano”. A junção entre o fordismo e keynesianismo sustentou o capitalismo durante cerca de três décadas e teve enquanto retorno taxas elevadas de lucro e desenvolvimento.

Enquanto as economias dos países de capitalismo avançado se desenvolviam internamente fortalecendo suas economias de forma mais independente, algo diferente vinha ocorrendo nos países periféricos. Estes, por sua vez, iniciaram um processo de industrialização baseados no endividamento externo, o que em longo prazo veio a trazer complicações devido a alavancagem da dívida pública.

Ao mesmo tempo, estes países foram alvo das empresas multinacionais que se espalhavam pelo mundo na busca de novos espaços para valorização. E foram justamente nestes moldes que ocorreu o processo de industrialização no Brasil, de forma tardia e sem uma base independente de sustentação e com um grande endividamento público. Além de tudo, o apoio do Governo brasileiro foi fundamental neste processo ao oferecer as multinacionais toda infra-estrutura necessária para sua instalação.

O sucesso do comunismo e o medo de que este modelo alternativo ao capitalismo pudesse vir a se desenvolver e se espalhar para todas as nações suscitou entre as duas grandes potências -Estados Unidos e União Soviética - um combate que em sua essência teria mais um fundamento político do que uma questão armada. O resultado deste combate veio em com o colapso de 1970 e com a criação por parte dos EUA do “programa guerra nas estrelas”.

Além de demonstrar que as crises são inerentes a este modo de produção e dele são inelimináveis, indica que cedo ou tarde, elas tendem a se manifestar devido a elementos que se erguem no interior de um modelo de acumulação, a crise de 1970 demonstra também que o modo de produção mercantil é incapaz de sustentar em seu interior projetos que englobe desenvolvimento social e econômico.

A hegemonia das finanças coloca em questão a própria sobrevivência do capital visto que nesta forma de sociabilidade já se esgotaram todas as possibilidades de desenvolvimento social e que agora somente nos resta esperar que as barbáries aconteçam (NETTO, 2010).

Se de um lado o desenvolvimento tecnológico vem permitindo as grandes empresas se libertar da força viva de trabalho e aumentar a produtividade, por outro o desemprego que antes era um fenômeno característico das economias subdesenvolvidas nas últimas décadas também é característico as economias desenvolvidas. O retorno as velhas formas de extração de mais valia, a precarização da vida social demonstram uma das faces mais perversas desta organização social. A situação torna-se mais complexa se olharmos a situação em que foram inseridas as economias dependentes. Estas nações tiveram barradas as possibilidades na construção de uma economia interna independente e diante da nova dinâmica capitalista, tudo indica que a superexploração do trabalho é a única alternativa para que elas consigam sobreviver ao ataque do capitalismo desenvolvido.

Não podemos nos esquecer que as políticas neoliberais que insistem em colocar o mercado enquanto o centro do processo propicia o desmantelamento da legislação trabalhista além da precarização dos serviços públicos para que estes sejam mercantilizados. O Estado vem se abstendo da provisão pública e fortalecendo o seu lado de apoio ao capital.

A superexploração nos dias atuais é um fenômeno presente em inúmeros países porém, sua manifestação é mais expositiva nas economias periféricas. Se observarmos em especial como se dá a superexploração do trabalho no Brasil, este parece retroceder no tempo, configurando-se como uma nação agroexportadora.

Buscando uma melhor compreensão e esclarecimento do movimento pelo qual vem percorrendo a economia brasileira este se tornará mais claro se compararmos a economia brasileira à economia chinesa. Há esta altura abrindo um breve parêntese, seria interessante colocar que ao contrário do Brasil, a China concentra sua produção em produtos manufaturados de alta tecnologia e elevado valor agregado. Este fato fica claro ao se observar as relações comerciais entre o Brasil e a China que se estreitaram nas últimas décadas. Para Cardoso (2005) as relações comerciais entre os países se intensificaram através do peso do agronegócio onde o Brasil exporta para a China grandes quantidades de produtos primários. A China por sua vez exporta para o Brasil produtos eletrônicos e de última tecnologia.

Ao observarmos a dinâmica de ambos os países no comércio mundial é perceptível que graças ao impressionante desenvolvimento econômico e principalmente tecnológico tem permitido a China produzir a baixos custos. Neste mesmo contexto seria importante colocar em destaque a importância que exerce o exército industrial de reserva chinês. Com a maior população mundial do planeta a força de trabalho na China vem sendo rebaixada de tal maneira que nos dias atuais o país tem sido o território alvo para instalações das maiores multinacionais do mundo que se instalam no país em busca de menores custos de produção justamente devido a alta tecnologia encontrada no país como também o seu imenso contingente de força de trabalho sobrando que impulsiona o achatamento do valor das remunerações salariais.

O Estado neoliberal vem agindo diretamente no desmantelamento dos direitos trabalhistas de modo a melhor adequá-los às necessidades do capital. O modelo de superexploração do trabalho chinês tendencialmente se tornará “moda” entre os países capitalistas. Num país em que as condições de trabalho são as piores possíveis, apesar disso, atrai inúmeras empresas multinacionais que se instalam ali na busca de força de trabalho com as mais baixas remunerações, isto é claro, na produção de mercadorias que são intensivas em trabalho vivo. Além do mais, as altas tecnologias vêm permitindo a China se desenvolver e competir no mercado mundial.

Aos poucos o Brasil parece vir se enquadrando ao modelo de superexploração do trabalho chinês devido aos sucessivos processos de contrarreformas que vem sendo executado

de forma paulatina desde que o país se inseriu ao modelo neoliberal (SAMPAIO JÚNIOR, 2017).

Este modelo de sociabilidade há muito já está esgotado e é praticamente impossível enxergar um horizonte mais social e igualitário que preze pelos valores humanos em detrimento da lógica de acumulação. A mudança deste cenário somente acontecerá quando os seres sociais submersos em processos de degradação e desumanização reconheçam numa sociedade onde as classes se organizam baseadas na superexploração de uma sobre a outra não permite o bem estar social é que será preciso lutar e conquistar uma organização social alternativa que valorize o homem, o trabalhador produtor da riqueza social.

REFERÊNCIAS

- ABRUNHOSA, Rafael David; MAURÍCIO, Francisco Raphael Cruz. Ensaio sobre o papel subimperialista da China na reorganização da divisão internacional do trabalho. Disponível em:<http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/69-18033-08072013-170746.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2018.
- ALVES, Giovanne. Reestruturação produtiva, novas qualificações e empregabilidade. Disponível em:< www.giovannialves.org/capitulo%2010_texto.pdf>. Acesso 09 mar. 2018.
- ALVES, Giovanne. **Toyotismo e subjetividade**: as formas de desefetivação do trabalho vivo no capitalismo. Disponível em:<www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/article/download/394/294>. Acesso em: 07 fev. 2017.
- ALVES, Giovanne. **Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal – Precarização do trabalho e redundância salarial**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802009000200008>. Acesso 09 mar. 2017.
- ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva**: Ensaio de sociologia do trabalho. Disponível em:< <http://www.giovannialves.org/drpf.pdf>>. Acesso 09 mar. 2017.
- AMARAL, Marisa Silva. CARCANHOLO, Marcelo Dias. **A superexploração do trabalho em economias periféricas dependentes**. Disponível em: <https://social.stoa.usp.br/articles/0016/3157/A_superexploraA_A_o_do_trabalho_em_economias.pdf>. Acesso 27 dez. 2017.
- AMARAL, Marisa Silva. **Dependência e superexploração do trabalho na América Latina em tempos neoliberais**. Disponível em: < <http://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT3/gt3m1c5.pdf>>. Acesso em 17 dez. 2017.
- ANDERSON, Perry. **Balanco do Neoliberalismo**. In: SADER, E. (Org.). Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- ANDRADE, Magali Alves. A desindustrialização da economia brasileira: uma análise por período de governo (1990-2010). Disponível em:< <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/16170/1/MAGALI%20ALVES%20DE%20ANDRADE%20-%20DISSERTA%C3%87%C3%83O%20COMPLETA.pdf>>. Acesso 19 jan. 2018.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 12 ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos Do Trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, Ricardo. **A nova morfologia do trabalho e as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil dos anos 1990**. Revista da faculdade de letras do Porto, p. 11-25 vol. XXVII, 2014.

ARAÚJO, Eliseu Serra. A relevância da superexploração do trabalho na fase atual do capitalismo no Brasil. Acesso em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo2-transformacoesnomundodotrabalho/arelevanciadasuperexploracaodotrabalhonafaseatualdocapitalismonobrasil.pdf>> Acesso em: 22 jan. 2018.

BARUCO, Grasiela Cristina & CARCANHOLO, Marcelo. **A crise dos anos 1970 e as contradições da resposta neoliberal**, 2011. Disponível em <<https://pt.scribd.com/doc/59623809/A-crise-dos-anos-70-e-as-contradicoes-da-resposta-neoliberal>>. Acesso: 18 ago. 2014.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O consenso de Washington**: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. Disponível em: <<http://www.consultapopular.org.br/sites/default/files/consenso%20de%20washington.pdf> >. Acesso em 19 dez. 2017.

BOITO JUNIOR, Armando. Política neoliberal e sindicalismo no Brasil. São Paulo: Xamã. 1999.

BONENTE, Bianca. **Desenvolvimento em Marx e na Teoria econômica**: Por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista. 2011. 153 f. Tese (doutorado)- Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas da universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro- RJ.

BORTOLUZZI, Juliana Neves. As relações econômicas entre China e África no início do século XXI. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/103819>>. Acesso em 15 jan. 2018.

BRAGA, Henrique Pereira. **Limites e possibilidades do capitalismo**: uma introdução ao estudo da riqueza e da pobreza na crítica a economia política. Disponível em: <http://taurus.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/286513/1/Braga_HenriquePereira_D.pdf>. Acesso em: 13 Nov. 2016.

BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

CANO, Wilson. (Des) Industrialização e (Sub) Desenvolvimento. Disponível em: <www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3368&tp=a>. Acesso 18 jan. 2018.

CARCANHOLO, Reinaldo & NAKATANI, Paulo. **O capital especulativo parasitário: Uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da Globalização**. Ensaios FEE, Porto Alegre, v.20, 1999.

CARDOSO, Renato. **A defesa comercial da no âmbito das relações Brasil- China**. In:

CARINHATO, Pedro Henrique. Neoliberalismo, reforma do Estado e políticas sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/aurora/article/view/1192/1060>>. Acesso 03 jan. 2018.

CARVALHO, André Cutrim; CARVALHO, David ferreira. Desindustrialização e reprimarização da economia brasileira contemporânea num contexto de crise financeira global: conceitos e evidências. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/view/17548>>. Acesso:19 jan. 2018.

CASTRO, Leonardo Rocha. Desindustrialização no Brasil. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/10245/1/2014_LeonardoRochadeCastro.pdf> Acesso: 21 jan. 2018.

CESIT/IE/UNICAMP. Contribuição crítica a reforma trabalhista. Disponível em: <<https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/Dossie14set2017.pdf>>. Acesso 17 jan. 2018.

CHESNAIS, François (Org). **A finança Mundializada**. São Paulo: Boitempo: 2005.

CHESNAIS, François. **A Finança Capitalista**. In. BRUNHOFF, Suzane (Org.). São Paulo: Alameda, 2010.

CHESNAIS, François. **A mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, François. **Capitalismo de fim de século**. In. COGGIOLA, O. (Org.). Globalização e Socialismo. São Paulo: Xamã 1997.

COSTA, Edmilson. **A globalização: e o capitalismo contemporâneo**. São Paulo: expressão popular, 2008.

DIAS, Edmundo Fernandes. “Reestruturação Produtiva”: forma atual da luta de classes. Disponível em: <<http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-1-03.pdf>>. Acesso 09 mar. 2017.

DIEESE. A reforma trabalhista e os impactos para as relações de trabalho no Brasil. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec178reformaTrabalhista.pdf>>. Acesso 17 jan. 2018.

DIEESE. Desindustrialização, conceito e a situação do Brasil. Disponível em: <www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes...e.../file>. Acesso:15 jan.2018.

DILLENBURG, Fernando Frota. NASCIMENTO, Carlos Alves. SOBRAL, Fábio Maia. Exploração e superexploração da força de trabalho em Marx e Marini. Disponível em: <

https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2012/trabalhos/7008_Do%20Nascimento_Carlos.pdf >. Acesso 18 dez. 2017.

DILLENBURG, Fernando Frota. NASCIMENTO, Carlos Alves. SOBRAL, Fábio Maia. Teoria da exploração e da superexploração da força de trabalho em o capital (livro I) de Marx. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/cadernosdeciencias/article/viewFile/4799/4595>>. Acesso 17 dez. 2017.

DOWBOR, Ladislau. A formação do capitalismo dependente no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1982

DRUCK, Maria da Graça. **Globalização e Reestruturação Produtiva:** o fordismo e/ou japonismo. Disponível em:<<http://www.rep.org.br/pdf/74-3.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

DRUCK, Maria da Graça. Globalização, reestruturação produtiva e movimento sindical. Disponível em:<<https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18647>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

DUMÈNIL, Gerard; LÉVY, Dominique. A crise do neoliberalismo. São Paulo: Boitempo, 2014.

ESPÓSITO, Maurício. O processo de desindustrialização no Brasil nas últimas décadas Disponível em:< www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=000852451>. Acesso em 18 jan. 2018.

FARIA, Andréia Farina; PREVITALLI, Fabiane Santana. Reestruturação Produtiva e controle do trabalho o caso do setor de tabaco em Uberlândia/MG. Disponível em: http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt4/sessa04/Fabiane_Previtalli.pdf.>. Acesso 10 set 2017.

FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil.2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976

FERREIRA, Cândido Guerra. O Fordismo, sua crise e o caso brasileiro. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%2065.pdf>.> . Acesso 17 out. 2017.

FERREIRA, Gilberto Rique. Desindustrialização Precoce? Um breve estudo da economia brasileira entre 1990 a 2010. Disponível em: <http://pantheon.ufrj.br/handle/11422/1808>. Acesso em: 19 jan. 2018.

FILHO, Jomar Fernandes Pereira. Superexploração da força de trabalho: implicações no ciclo do capital e no hiato das economias dependentes. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo2/superexploracaodaforcadetrabalhoimplicacoesnociclodocapitalenohiatotecnologicodaseco.pdf> > . Acesso 26 dez. 2017.

FORTI, Valéria; MARCOSIN, Cleier; MARCOSIN, Adauto F. Neoliberalismo e reestruturação produtiva: debatendo a flexibiização dos direitos trabalhistas no

Brasil. Disponível em: <
<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/11614/11633>>. Acesso 10 set.
 2017.

FURLAN, Fernando; FELSBURG, Thomas. BRASIL CHINA: Comércio, Direito e
 Economia. São Paulo, Aduaneiras, 2005, p.95-121.

FURLAN, Fernando; FELSBURG, Thomas. BRASIL CHINA: Comércio, Direito e
 Economia. São Paulo, Aduaneiras, 2005.

GALVÃO, Andréia. O neoliberalismo na perspectiva marxista. 5º Colóquio Marx e Engels-
 UNICAMP, 2007. Disponível
 em:<www.marxists.org/portugues/meyer/1991/mes/enigma.pdf>. Acesso em: 02 Jan. 2016.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**: Os intelectuais, o princípio educativo,
 jornalismo.. Vol 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HANONES, Fabiane Fernandes. Desindustrialização no Brasil: um processo natural ou
 precoce do seu desenvolvimento econômico. Disponível em:<
http://bdm.unb.br/bitstream/10483/6568/1/2012_FabianeFernandesHanones.pdf>. Acesso 22
 jan. 2018.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 21 ed. São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2011.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. 4 ed . São Paulo: Loyola, 2004.

HOBBSBAWM, Eric. **A era dos extremos**: o breve século XX. 2 ed. São Paulo: companhia
 das letras, 1995.

KATZ, Claudio; COGGIOLA, Osvaldo. O neoliberalismo ou crise do capital? São Paulo:
 xamã, 1996.

LAPAVITSAS, Costas. **Beneficios sin producción**: cómo nos explotan as finanzas. Madrid:
 traficante de Sueños, 2016.

LAPAVITSAS, Costas. **El capitalismo financeirizado**. Madrid: Maia Ediciones, 2009.

LIPIETZ, Alain. **Audácia**: uma alternativa para o século XXI. São Paulo: Nobel, 1991.

LUCAS. Márcilio Rodrigues. A racionalização do trabalho: questões teórico práticas.
 Disponível
 em:<<http://www.niepmarx.blog.br/MManteriores/MM2011/TrabalhosPDF/AMC83F.pdf>>.
 Acesso em: 16 fev. 2017.

LUCE, Mathias Seibel. Brasil: Nova classe média ou novas formas da superexploração da classe trabalhadora. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462013000100010>. Acesso: 22 jan. 2018.

MACIEL, Cleiton Ferreira; MOURA, Jeanne Maciel Brito. De Mao a pior? A questão trabalhista na China contemporânea. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/1790>>. Acesso em: 19 jan. 2018.

MANDEL, Ernest. **A crise do capital: Os fatos e sua interpretação em Marx** São Paulo: Ensaio, 1990.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARQUES, Rosa Maria ; NAKATANI, Paulo. **O que é o capital fictício e sua crise**. São Paulo: Brasiliense, 2009.

MARTINS, José de Souza. A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20701994000100001&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 22 jan. 2018.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro primeiro, tomo1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARX, Karl. Grundrisse. São Paulo: Boitempo; editora UFRJ, 2013.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro terceiro, tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro terceiro, tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

MARX, Karl. O capital; critica da economia política. Livro primeiro. São Paulo: Boitempo, 2013.

MEDEIROS, Marilia Salles Falci. Abordagem histórica da reestruturação produtiva no Brasil. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/latitude/article/viewFile/641/pdf_44>. Acesso 17 set. 2017.

MÉSZÁROS, István. **O século XXI: Socialismo ou Barbárie?** São Paulo: Boitempo, 2003.

MEYER, Victor. O enigma do chamado socialismo Real. Seminário Centro de Estudos, Pesquisas e Acessoria Sindical, 1991. Disponível em: <www.marxists.org/portugues/meyer/1991/mes/enigma.pdf>. Acesso em: 23 Dez. 2016.

MORAES NETO, Benedito. **Automação e Trabalho: Marx igual a Adam Smith?** Estudos Econômicos, IPE/USP, São Paulo, 1995.

MORAES NETO, Benedito. **Maquinaria, taylorismo e fordismo: A reinvenção da manufatura**. Revista de Administração de Empresas, FGV, São Paulo, 1986.

MORAES NETO, Benedito. **Marx, Taylor e Ford: as forças produtivas em discussão**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MORAES NETO, Benedito. **Notas sobre Marx e o processo de trabalho no final do século**. Pesquisa & Debate, São Paulo: PUC, 2000.

MORAES NETO, Benedito. **Século XX E Trabalho Industrial: taylorismo/fordismo, ohnoísmo e automação em debate**. São Paulo: Xamã, 2003.

MORAES NETO, Benedito. **Trabalho e Cidadania**. Revista Perspectiva, São Paulo: Unesp, 1999.

NASCIMENTO, Liliane de Lima Andrade. Precarização do trabalho no Brasil em tempos de neodesenvolvimentismo. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo2/precarizacao-do-trabalho-no-brasil-em-tempos-de-neodesenvolvimentismo.pdf>>. Acesso 17 jan. 2018.

NETTO, José Paulo & BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. **.A face contemporânea da Barbárie. Serpa – Portugal, 2010**. Disponível em : <<http://pcb.org.br/porta1/docs/umafacecontemporaneadabarbarie.pdf>>. Acesso em 15 de outubro de 2016.

NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e Ofensiva Neoliberal**. 3. Ed, São Paulo: Cortez, 2001.

PEDROZO, Gustavo Erler. A via chinesa de desenvolvimento e o papel das empresas estatais na dinamização da economia. Disponível em:<www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/aurora/article/download/1207/1075>. Acesso 17 jan. 2018.

PINTO, Geraldo Augusto. **A Organização Do Trabalho No Século XX: Taylorismo, Fordismo e Toyotismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

POMERANZ, Lenina. A queda do muro de Berlim: reflexões vinte anos depois. Revista USP, n. 24, p. 14-23, 2009-2010. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/download/13781/15599>>. Acesso em: 23 dez. 2016.

PRADO JUNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil: Colônia e império**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

PRADO JUNIOR, Caio; FERNANDES, Florestan. **Clássicos sobre a revolução Brasileira**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

PRIEB, Sérgio. **A classe trabalhadora diante da terceira revolução industrial**. Disponível em: <www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/.../gt4/.../Sergio_Prieb.pdf>. Acesso em: 03 Abr. 2017.

ROSSI, João Luis; MARQUES, Rafael. **Investimento estrangeiro direto: Experiências Chinesa e Sugestões para o Brasil**. IN: FURLAN, Fernando; FELSBURG, Thomas. BRASIL CHINA: Comércio, Direito e Economia. São Paulo, Aduaneiras, 2005, p123-146.

ROZALES, Suelen Sperb. **As relações de trabalho na china após a abertura econômica**. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/34803>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

SABADINI Maurício. **Trabalho e Especulação Financeira: Uma Relação (Im) Perfeita**. In: Revista Temporalis n. 22, Brasília, 2011.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda. **Crônica de uma crise anunciada: crítica à economia política de Lula e Dilma**. São Paulo (SP): SG Amarantes Editorial, 2017.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio. **Entre a Nação e a Barbárie: os dilemas do capitalismo dependente**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio. **Imperialismo, reversão neocolonial e revolução na América Latina**. IN: CASTELO, Rodrigo. ENCRUZILHADAS DA AMÉRICA LATINA NO SÉCULO XXI. Rio de Janeiro, Pão e Rosas, 2010, p.35-55.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio. **Sete notas sobre a teoria da Revolução Brasileira**. IN: FERNANDES, Florestan & PRADO JÚNIOR, Caio. CLÁSSICOS DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA, São Paulo: Expressão Popular, 2000.

SAMPAIO, Isadora Castelo Branco. **Reestruturação produtiva e flexibilização do trabalho: Um estudo sobre os processos de subcontratação e relações de trabalho na Alunorte S/A**. Disponível em: <<http://www.ppgcs.ufpa.br/arquivos/dissertacoes/dissertacaoTurma2005-IsadoraCasteloBrancoSampaio.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2017.

SANTOS, Vinícius Correia. **Da era fordista ao desemprego estrutural da força de trabalho: mudanças na organização da produção e do trabalho e seus reflexos**. VI Colóquio Internacional de Marx e Engels 2009. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2009/trabalhos/da-era-fordista-ao-desemprego-estrutural-.pdf>. Acesso em: 13 Abr.2017.

SILVA, Marcelo Lira. **A natureza e os fundamentos do neoliberalismo**. ORG&DEMO, Marília, v 14, n.02, p. 127-154, 2013. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/article/view/3427/2706>>. Acesso em: 02 Jan. 2017.

SOARES, Marcos Antônio Tavares. **Trabalho Informal: da funcionalidade à subsunção ao capital**. 1. Ed. Bahia: UESB, 2008.

SOUZA JUNIOR, José de Almeida. **Trabalhadores, crise e novas tecnologias de automação na reestruturação produtiva**: um balanço crítico. 1992. 197 f. Dissertação (mestrado). Departamento de Política Científica e Tecnológica do Instituto de Geociências da universidade estadual de campinas.

TAVARES, Maria Augusta. **Os Fios Invisíveis da Produção Capitalista: Informalidade e precarização do trabalho**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2004

WOOD, Ellen Meiksins. **O Império do capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.